



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Paulo Cesar Silva

**O processo de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do  
Atlântico no período de 2005-2012**

São Gonçalo  
2013

Paulo Cesar Silva

**O processo de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no período de 2005-2012**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cátia Antônia da Silva

São Gonçalo

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S586 Silva, Paulo Cesar.  
O processo de resistência à instalação da Companhia Siderurgia do Atlântico no período de 2005-2012 / Paulo Cesar Silva. – 2013.  
126f. :il.

Orientador : Prof<sup>a</sup>. Dra. Cátia Antonia da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Companhia Siderúrgica do Atlântico (Brasil) – História – 2005-2012 – Teses. 2. Pesca artesanal – Sepetiba, Baía de (RJ) – História - 2005-2012 – Teses. I. Silva, Cátia Antonia da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 669.1(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Paulo Cesar Silva

**O processo de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no período de 2005-2012**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2013.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cátia Antônia da Silva

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Andreelino Campos

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

---

Prof. Dr. Gelsom Rosentino de Almeida

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Catherine Prost

Universidade Federal da Bahia

São Gonçalo

2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à luta dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba e aos militantes dos movimentos sociais nas resistências aos projetos do capital por contribuírem com a minha formação na história que a gente faz.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Andreino Campos, Gelson Rozentino e especialmente a professora Catherine Prost pelo trabalho na banca examinadora.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas sob a coordenação e orientação prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cátia Antônia da Silva pelo apoio obtido na elaboração dos mapas.

Aos pescadores artesanais da baía de Sepetiba pelas horas dedicadas às entrevistas e a outros conhecimentos do cotidiano da cultura da pesca, especialmente aos pescadores Isac Oliveira e Jaci Nascimento.

Ao professor Alexandre Pêsoa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz pela elaboração da linha do tempo do movimento social de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, instrumento que tanto nos auxiliou.

Aos companheiros militantes de toda essa frente de resistência pela disposição firme para as lutas sociais, em especial à bióloga Mônica Lima e aos professores pesquisadores da Fiocruz processados pela siderúrgica por declararem publicamente os efeitos nocivos dessa indústria para a população.

Agradeço o apoio de todo corpo docente e funcionários da UERJ-FFP, em especial à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cátia Antônia da Silva pela orientação e discussões tão valorosas.

Aos meus familiares, em especial à Rita de Cássia da Silva, Ana Cláudia da Silva Valentim e Gustavo de Carvalho Silva pelo apoio tão necessário nessa empreitada.

Ao deputado estadual Marcelo Freixo da Alerj ? Assembléia legislativa do estado do Rio de Janeiro por ter colaborado para que conseguíssemos os dados das renúncias fiscais.

## RESUMO

SILVA, Paulo Cesar. *O processo de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no período de 2005-2012*. 2013. 1 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

Esta dissertação analisa as consequências socioambientais que a *Companhia Siderúrgica do Atlântico* (também chamada *ThyssenKrupp CSA* ou, simplesmente, *CSA*) tem tido para o cotidiano dos habitantes e dos trabalhadores da pesca artesanal no entorno da Baía de Sepetiba, em cujos arredores esse vultoso empreendimento transnacional se instalou em Santa Cruz, na Zona Oeste, periferia da cidade do Rio de Janeiro. A perspectiva da análise é a do movimento que vem resistindo ao complexo siderúrgico-portuário da CSA, desde antes de ser este construído às margens da referida baía, quando se meava a década de 2000. A dissertação baseia-se em entrevistas com destacadas lideranças deste movimento social de resistência, narra as experiências das lutas por uma política econômica socialmente justa para o território de trabalho da pesca artesanal, e bem assim faz uso tanto de bibliografia teórica relevante para o assunto, quanto de pertinentes e variados mapas, tabelas, quadros e fotografias, evidenciando-se deste modo o caráter ambiental problemático da atuação da CSA na localidade a que se refere a pesquisa. Analisa-se o fenômeno recorrendo-se à concepção marxista reelaborada por vários autores, e considerando-se o processo de acumulação capitalista pelo qual se transforma o espaço social. Da mesma forma, examina-se, à luz da história dos lugares, como o espaço geográfico circunvizinho ao enorme complexo siderúrgico-portuário foi construído e, com o tempo, transformado em zona industrial. Além disso, apontam-se as tendências dos movimentos sociais de hoje, e descreve-se a pluralidade de novas formas de mobilização nestes albores do século XXI.

Palavras-chave: PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Modernização. Pescadores artesanais. Expropriação. Território

## ABSTRACT

This dissertation analyses the socio-environmental consequences which the *Companhia Siderúrgica do Atlântico* (also known as *ThyssenKrupp CSA* or simply *CSA*) has had for the everyday lives of residents and artisanal fishers in the environs of the Bay of Sepetiba, on the edge of which the large transnational plant was built in the district of Santa Cruz, in *Zona Oeste*, a peripheral area in the city of Rio de Janeiro. The analytical perspective is that of the social movement which has resisted the CSA steel mill and seaport complex since before the transnational corporation built the complex on the edge of the above-mentioned bay in the mid-2000s. The dissertation is based on interviews with outstanding leaders of the resistance social movement, narrates the experience of struggles waged in demand of socially fair economic policies for the working territory of artisanal fishery, and makes use both of a theoretical literature relevant to the subject and of a series of pertinent maps, tables, charts and photographs, with the problematic socio-environmental character of CSA activities thus becoming evident in regard to the locality that the research concerns. In order to analyse the phenomenon, one resorts to Marxist concepts as reworked by several authors, and reflects on the process of capitalist accumulation whereby social space changes. One also examines, in the light of the history of places, how the geographical space in the vicinity of the huge steel mill and seaport complex was built and, over time, was turned into an industrial zone. Moreover, one points out the trends in today's social movements and describes the new forms of mobilisation at this dawn of the 21st century.

Keywords: Social Movements. Modernization. Fishermen. Expropriation. Territory.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro (2010).....	24
Mapa 2 -	Configuração rodoviária região da Baía de Sepetiba.....	25
Tabela 1 -	População residente e número de matriculados nos setores educacionais no bairro carioca de Santa Cruz.....	26
Mapa 3 -	A bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba e seus diversos usos.....	29
Tabela 2 -	A crise na América Latina: algumas variáveis macroeconômicas na década de 1980.....	33
Figura 1 -	Área de conflitos territoriais: a pesca artesanal e o complexo siderúrgico-portuário.....	41
Mapa 4 -	Impactos da modernização nas áreas da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (2012/2013).....	42
Quadro 1 -	Associações de pescadores dedicados à pesca na Baía de Sepetiba.....	45
Fotografia 1 -	Manifestação em defesa da pesca artesanal à porta do BNDES.....	47
Quadro 2 -	Renúncias fiscais do governo do Estado do Rio de Janeiro em favor da TKCSA (até 2010).....	51
Fotografia 2 -	Pier sobre um território de trabalho dos pescadores artesanais: o manguezal.....	54
Fotografia 3 -	Manifestação do movimento social em frente ao portão da TKCSA.....	55
Quadro 3 -	A construção do movimento social de resistência ao complexo siderúrgico-portuário e suas dimensões espaço-temporais.....	58
Fotografia 4 -	Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em Santos, SP, em junho de 2010, para unificar os movimentos sindical e popular e discutir a expropriação do território de trabalho do pescador artesanal da Baía de Sepetiba.....	64
Fotografia 5 -	Passeata da resistência à instalação da TKCSA, em maio de 2009, na Avenida João XXIII, em Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro. Os manifestantes percorreram 3km da Praça do Gado aos portões da siderúrgica, que se estava construindo.....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPG	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
ASFOC-SN	Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NUCLEP	Nuclebrás - Equipamentos Pesados S.A
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
SEPE-RJ	Sindicato dos Profissionais de Educação do estado do Rio de Janeiro
SISEJUFE	Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal
TKCSA	Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>A EXPROPRIAÇÃO DAS "TERRAS COMUNS": FENÔMENO FUNDANTE DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA</b> .....	10
1.1	<b>Sobre a "acumulação primitiva"</b> .....	15
1.2	<b>Sobre o conceito de "expropriação"</b> .....	16
1.3	<b>Sobre o conceito de "expropriação"</b> .....	18
2	<b>O LITORÂNEO BAIRRO DE SANTA CRUZ: O ESPAÇO GEOGRÁFICO SIDERÚRGICO E PORTUÁRIO</b> .....	21
2.1	<b>O espaço geográfico</b> .....	21
2.2	<b>A transição do espaço rural ao urbano-industrial</b> .....	22
2.3	<b>A criação da Zona Industrial de Santa Cruz e os novos estabelecimentos</b> .....	32
3	<b>A HISTORICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA À TKCSA</b> .....	36
3.1	<b>A luta em defesa do território de trabalho da pesca artesanal</b> .....	40
3.2	<b>O direcionamento na privatização dos recursos públicos</b> .....	40
3.3	<b>Portos industriais na Baía de Sepetiba: impactos na produção da pesca artesanal</b> .....	53
3.4	<b>A análise da prática militante</b> .....	64
3.5	<b>A crise da demanda de aço no mundo: a venda da TKCSA e as novas propostas do movimento</b> .....	70
3.6	<b>Discutindo os conceitos: movimentos sociais e novos movimentos sociais</b> .....	72
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	80
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82
	<b>ANEXO A - Linha do Tempo sobre o Caso TKCSA - 2005 a 2012</b> .....	86
	<b>ANEXO B - Declaração do Encontro Unitário de Camponeses (Brasília, de 20 a 22 ago. 2012)</b> .....	106
	<b>ANEXO C - Homenagem a pesquisadores, na Cúpula, vira ato ?Fora TKCSA?</b> .....	111
	<b>ANEXO D - Emissão de títulos para BNDES influencia aumento da Dívida Pública Federal em junho</b> .....	113
	<b>ANEXO E - Lei Nº 466, de 21 de outubro 1981 - Dispõe sobre o zoneamento industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b> .....	114
	<b>ANEXO F - ThyssenKrupp Constrói no Brasil o maior Complexo Siderúrgico da América Latina - Página 2</b> .....	118
	<b>ANEXO G - Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no Município do Rio de Janeiro</b> .....	122

## INTRODUÇÃO

Responde este trabalho à necessidade de analisar a história dos movimentos sociais no Brasil do limiar do século XXI, história essa construída no fogo das lutas que se travam em torno dos territórios sobre os quais se faz sentir o impacto da atual fase de modernização. O objeto específico do presente estudo é a história da frente de movimentos sociais que resistem, como sujeitos políticos, à instalação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Focaliza-se a dinâmica socioespacial contextualizada por esse empreendimento, o primeiro dentre tantos megaprojetos que marcam a política de desenvolvimento econômico do Estado brasileiro para a Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro da década inicial deste novo século.

No processo de formar-se a resistência contra a instalação da TKCSA em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste carioca são protagonistas o movimento sindical, as organizações não governamentais, as associações e várias lideranças da pesca artesanal. Diversas organizações constroem o movimento, sobressaindo-se entre elas: o SEPE Regional IX (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – sede Regional IX), o ASFOC (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz), a organização não governamental Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e as associações de pescadores artesanais da área abrangida. O ineditismo desta problematização justifica-se pela relativa unidade política de que se reveste o formar da resistência defensora tanto do modo de vida dos pescadores que atuam na Baía de Sepetiba, quanto dos direitos das pessoas que moram nas áreas circunjacentes à siderúrgica. Esta pesquisa discorre acerca da concretização da unidade, ainda que frágil, de diferentes segmentos da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora definida como o conjunto dos trabalhadores assalariados que não são donos dos meios de produção, é o agente privilegiado da busca da mudança histórica, envolvendo-se nesta ação social as representações sindicais dos trabalhadores assalariados que usufruem as melhores condições de vida entre os da sua classe social, mas que nem por isso abandonam os trabalhadores informais, nem abdicam da luta classista, e abominam a formação de uma aristocracia operária. Assim, travando as organizações sindicais a sua luta de resistência contra a instalação da TKCSA, rompe-se o verticalismo dominante, tão comum

nas sociedades de classes, manifesto não só nas unidades produtivas como também no cotidiano, e produzem-se novas ações contrárias às tendências hierarquizantes e fragmentadoras que a acumulação do capital procura infundir nos espaços de trabalho e de existência.

Mulheres e homens expropriados dos meios de produção disponíveis para qualquer trabalho na lógica do mercado, mesmo quando não sejam assalariados com empregos e salários formais, perfazem o conjunto da classe trabalhadora definida como a classe dos que vivem do seu próprio trabalho, conforme ressalta Antunes (2001). Os pescadores artesanais, por serem expropriados e também por causa da constante degradação da vida marinha na Baía de Sepetiba, ora passam a trabalhar como ajudantes de pedreiro, ou noutras atividades tidas por formais e informais que no mercado estejam disponíveis, ora voltam a exercer a pesca num mar, cujo espaço comum se torna cada vez mais privatizado a serviço da circulação do capital das grandes transnacionais, neste importante período em que a economia brasileira cresce em meio à crise de superprodução e de reestruturação da acumulação de capital no mundo. É uma crise que se expressa na busca de meios de reproduzir tanto capital excedente, uma vez que a batalha do capital contra o trabalho prossegue simultânea, criminalizando-se as lutas por direitos e por melhores salários, enquanto os salários baixos e o alheamento de grande parte dos trabalhadores aos seus próprios direitos trabalhistas acarretam a crise da demanda efetiva, e tomam parte na precarização imposta a grandes contingentes da força de trabalho de que dispõe o modo de produção capitalista.

As relações de produção do capitalismo já não reproduzem toda a riqueza produzida, mas criam formas de retê-la, como lembra (MARX, 2001). Arrastam-se ao desemprego milhares de trabalhadores dos chamados países centrais, outrora Primeiro Mundo, onde as políticas de pleno emprego e de direitos sociais, praticadas durante as primeiras décadas do pós-guerra, anunciavam o fim da luta de classes, pretendendo inculcar que no capitalismo a cidadania estava concretizada. Agora essas garantias sociais tornaram-se anacrônicas, depois que o desmoronamento da antiga União Soviética e a abertura da China possibilitou ao capital-imperialismo novas formas de acumulação. A saída capitalista é comprometerem os Estados o orçamento público, transferindo para a classe trabalhadora as perdas oriundas da queda da taxa de mais-valia do capital. Semelhante conjuntura tem levado os movimentos sociais para as ruas, sem, no entanto, mudar os rumos da chamada macroeconomia. É nesta conjuntura que se analisa aqui a luta do movimento social dos atingidos pelos grandes empreendimentos na Baía de Sepetiba.

Para fundamentação do trabalho utilizaram-se dados das seguintes fontes: IBGE; BNDES; PACS; jornais do SEPE Regional IX; Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; mapas com a análise geográfica do território em questão; e a história oral que mostra diferentes concepções das lideranças entrevistadas.

Permitiu a história oral obter importantes informações não registradas em outras fontes, e bem assim fatos obscurecidos, vivências e emoções. Destarte a pesquisa ofereceu um entendimento melhor de como se constrói a representação de indivíduos e de grupos no contexto socioespacial estudado. Entrevistando pescadores e cientistas da área de saúde pública, versou-se principalmente sobre a forma como os entrevistados participam na resistência contra a instalação da TKCSA. Os depoimentos colhidos afirmaram a importância que para a sociedade tem essa resistência, e enriqueceram o conhecimento sobre as diversas trajetórias da luta que se empreende em defesa da pesca artesanal e da liberdade do trabalho acadêmico, assim como em prol do direito à saúde das comunidades atingidas.

Fica dividido o estudo em quatro partes. No “Capítulo I: A expropriação dos espaços comuns: fenômeno fundante da *acumulação do capital-imperialismo*”, estuda-se acumulação capitalista, levando-se em conta a historicidade dos conceitos de *acumulação primitiva*, *expropriação*, *acumulação por espoliação* respectivamente trabalhados nas publicações de Marx (1985), Fontes (2010), Harvey (2010) e de outros estudiosos desse problema, relacionando o processo histórico da resistência à instalação do complexo siderúrgico e portuário com a expropriação dos espaços comuns harmonizada com as contradições fundamentais do processo de acumulação do capital e, deste modo, lançando mão do conceito de imperialismo.

O “Capítulo II: Santa Cruz”, examinam-se o espaço geográfico e os movimentos sociais à luz da relação entre a espacialidade de Santa Cruz e o processo de resistência, apontando-se os aspectos econômicos, sociais e territoriais que conformam a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Tecem-se reflexões acerca da ampliação dos projetos siderúrgicos e portuários das margens da Baía de Sepetiba, ampliação essa consoante à inserção do Estado brasileiro no processo do capital imperialista, principalmente na primeira década do século XXI. Isto, analisando-se as ações políticas do governo estadual que, afinado com os interesses dos grandes conglomerados transnacionais, usa reiteradamente da renúncia fiscal e de outros meios, para favorecer as chamadas vantagens comparativas, em detrimento das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais.

O “Capítulo III” investiga a resistência à instalação da TKCSA, ponderando-lhe a historicidade enraizada na década de 1980, período em que no Brasil surgiam tanto o

chamado Novo Sindicalismo, quanto o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e outros movimentos sociais, que se formaram nas últimas décadas do século passado, e se assemelham no abandonarem o vanguardismo dos movimentos anteriores e buscarem autonomia em relação aos partidos políticos e à máquina do Estado.

Na quarta e derradeira parte da pesquisa, remata-se com uma tentativa de reflexionar sobre o movimento estudado, evitando-se, porém, a pretensão de exaurir o assunto, e mais ainda a de dar a última palavra a respeito dele, pois o que em especial se abrange aqui é o tempo presente, o tempo em que pulsa a atualidade e relevância social da resistência contra a instalação do complexo siderúrgico e portuário da Baía de Sepetiba. Outros vestígios, documentos e conceitos há sobre os quais ainda poderão debruçar-se novos estudos, para melhor compreenderem os motivos, as dificuldades, o significado e a dinâmica do esforço com que a essa instalação resistem os atingidos por ela.

## 1 A EXPROPRIAÇÃO DAS “TERRAS COMUNS”: FENÔMENO FUNDANTE DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O conceito de *expropriação das terras comuns*, trabalhado por Marx (1985), explicita-se nesta pesquisa, mas embebendo-se da atualização de que o dota Harvey (2010). Este recontextualiza-o, dá-lhe nova contemporaneidade e amplia-o no conceito de *acumulação por espoliação*, pois o de *acumulação primitiva* Marx formulou-o referindo-se às expropriações que antecederam à fase monopolista do capital. Sob o novo conceito, baseado no de Marx, Harvey abrange, como originada num processo que está em andamento, a supressão de direitos dos trabalhadores pelos governos neoliberais, além de outras formas de expropriação. Embora concernisse originariamente aos albores do capitalismo industrial, ao período do *cercamento dos campos comuns* na Grã-Bretanha, o conceito de *acumulação primitiva* reafirma-se diante das expropriações realizadas pela geografia desigual dos atuais processos de acumulação capitalista, porque, se foram violentos os daquela época, também o são os de que hoje se vale o capitalismo para expropriar inúmeras populações mundo afora, inspirando a Harvey (*ibid.*) o conceito de *acumulação por espoliação*.

Com base nestes pressupostos é que se entende aqui a instalação do grande complexo industrial, siderúrgico e portuário nas margens da Baía de Sepetiba. O espaço comum da pesca artesanal vai-se privatizando a bem da navegação dos imensos navios que transportam mercadorias alheias às necessidades do lugar. Para haver acumulação é preciso circular mercadorias; e estas ali circulam: minério de ferro, carvão mineral, calcário e chapas de aço lotam os navios que sulcam as águas da baía. Do minério de ferro, vastas quantidades sob a forma de pó vão diariamente parar nessas águas, quando no porto o movimentam as esteiras ou os guindastes, para encaminhá-lo à produção siderúrgica.

As comunidades de pescadores da Baía de Sepetiba fazem a sua existência e os seus caminhos no mar. Têm neste o seu espaço comum. Vivem a dinâmica existencial que produz culturas e saberes firmemente territoriais. Conhecem as marés, os ventos, a flora litorânea e a fauna marinha. Experienciam emoções e histórias de vida. Com o colonialismo da modernização, porém, coloniza-se a vida segundo a lógica da acumulação capital-imperialista, vão-se eliminando os cultivos e despejando gases tóxicos sobre as residências circunvizinhas.



## 1.1 Sobre a “acumulação primitiva”

Na sétima parte do primeiro volume de *O Capital*, ao analisar o conceito de *acumulação primitiva*, Marx adverte em que as relações sociais de produção pré-capitalistas se davam com predomínio do trabalho agrícola, de modo que o capitalismo, para se afirmar historicamente, cuidou de expropriar ao campesinato isto que era o principal meio de produção, a terra.

Separar desta o camponês, nota Marx, transformou as relações de produção e criou a figura do trabalhador assalariado como *homem livre*. As enormes massas violentamente expropriadas dos seus meios de produção converteram-se nas hordas de indigentes e desocupados, vindo a constituir a mão de obra proletária disponível para qualquer trabalho que os novos donos dos meios de produção houvessem por bem criar. Assim, Marx (1985) desdiz os seus contemporâneos que pretendem ter-se o capitalismo originado da poupança, redarguindo-lhes que esta não poderia favorecer a formação de capital, se não predominassem já as relações sociais de produção capitalista: a poupança que beneficiou os primórdios do capitalismo ocorreu numa sociedade já historicamente determinada pela acumulação de capital. Marx (*ibid.*) julga que o *cercamento dos campos*, e bem assim aquilo que os fez mercadoria, representam uma parte da organização revolucionária e das relações sociais de produção que, favorecidas por novas leis da época, transformaram os camponeses em proletários assalariados e os adequaram ao novo modo de vida.

Não existe, pois, capitalismo que não acumule. As crises de superprodução de mercadorias são crises de acumulação, exigindo que se arranjem novas maneiras de acumular e que se reestremem as já existentes. Harvey (2010) aponta o fato de a expropriação de direitos dos trabalhadores efetuar-se nessa reestruturação interna do Estado capitalista.

## 1.2 Sobre o conceito de “expropriação”

Sobre a perda de espaços da pesca artesanal, esta um meio de existência, lançam luz as ponderações de Fontes (2010, p. 43) acerca de como o expropriar dos meios de produção gera, em favor do capitalismo, a liberdade dos trabalhadores assalariados:

A produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer. Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraido”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital.

A pressão sobre as culturas relativamente autônomas ligadas aos meios de produção da vida, ainda não dominadas inteiramente pela acumulação de capital, é avassaladora. Com a urbanização em curso no Brasil, principalmente a partir dos anos 1960, aprofundou-se a degradação dos mananciais e baías. Conforme dados do censo demográfico do IBGE, em torno de 36,16% da população brasileira era urbana em 1950, e a percentagem mais do que dobrou nos dados de 2007, quando 83,48% da população se havia tornado urbana. Apartados da terra, seu principal meio de produção da vida, são lançados ao mercado de trabalho milhares de trabalhadores livres e expropriados, que ali entram alheios ao seu entorno, presos aos horários da longa jornada de trabalho, totalmente disponíveis ao mercado de venda da força de trabalho. Assim sendo, produz-se o homem alienado da sua espacialidade. Com o aprofundamento da concentração e da monopolização, as expropriações cada vez mais avançam sobre as áreas ainda não totalmente submetidas às relações capitalistas.

Nas últimas décadas, salienta Fontes (2010), a concentração de capital produz avassaladoramente a geografia do capitalismo. A autora discorre sobre o que, no início do século passado, Rosa Luxemburgo escreveu acerca das formas ainda não capitalistas de existência. Entende Fontes (2010) que no começo do XX a geografização do capitalismo ainda facultava a uma grande parte do mundo permanecer livre das relações engendradas pela concentração de capital. Mas a autora lembra que os vultosos capitais investidos na logística da circulação de mercadorias sob controle dos grandes conglomerados, se por um lado é o encurtamento, que o trabalho-morto patrocina, das distâncias, por outro lado exigem novas

áreas que expropriar, pois a expropriação é indispensável para que se expanda e mantenha o capital-imperialismo.

O conceito de capital-imperialismo presta-se a explicar o nosso tempo presente. Segundo Fontes (2010, p. 149):

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica.

As expropriações, vistas como condição e, ao mesmo tempo, decorrência da concentração dos recursos sociais de produção, revelam ser contradições indissociáveis do capital-imperialismo contemporâneo, tais como as trabalha conceitualmente Fontes (2010), que pondera nas hipóteses com que Wood (2001) examina a sujeição do trabalho ao mercado, aqui tido, qual no entender de Wood, como compulsão de produzir cada vez mais competitivamente. Deste modo, a transformação das relações mercantis realiza-se num processo revolucionário de ruptura, e a compulsão da concorrência impõe expropriar-se a maioria da população. Daí por diante, as expropriações serão fundamentais para que se acumule e expanda o capital. O que Fontes (2010) quer explicar é que para Wood (2001) não são as expropriações uma condição para se originarem as relações sociais de produção capitalista, mas sim são um resultado da compulsão à concorrência, o que Fontes chama de mercado em transformação. Woods (2001) esclarece que as forças competitivas do mercado (compulsion) foram, portanto, um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas a intervenção coercitiva direta ajudou essas forças econômicas a expulsar os ocupantes da terra ou extinguir direitos consuetudinários.

As forças competitivas do mercado, como escreve Woods (2001), não se dissociam nem dos meios de produção nem da expropriação destes ao uso espontâneo da coletividade. As expropriações transformam o espaço geográfico em mercadoria, expropria-se mundialmente a produção social, mas a geografia do capital-imperialismo não ocorre em todos os cantos do mundo ao mesmo tempo, nem do mesmo modo. As diferenças ou a impossibilidade desse processo dependem da composição orgânica do capital das grandes transnacionais, do Estado e da história dos lugares.

### 1.3 A “acumulação por espoliação”

Para Harvey (2010), a *acumulação por espoliação* é a atualização da *acumulação primitiva* no mundo deste limiar do século XXI, que volta a expandir-se num tempo em que a supressão de direitos dos trabalhadores se agiganta inclusive nos países centrais. O capital migra para outros países, para aí assentar as suas bases industriais, provocando grandes perdas para a classe trabalhadora, que então, é forçada a abrir mão de seus direitos históricos consagrados no período do Estado de Bem Estar Social. Daí que o mesmo capital que suprime direitos nos países centrais expropria os espaços comuns da pesca artesanal, estrangula meios de existência relativamente livres da exposição ao mercado de trabalho. Gostaríamos de ressaltar que os estudos de Marx (1985) apontam que as expropriações continuariam mesmo depois da expropriação dos camponeses, quando se reporta ao conceito de *acumulação primitiva*.

Para que a acumulação de capital seja contínua nesses tempos de *crise de superprodução* de mercadorias, é necessário que se suprimam direitos. Segundo Harvey (2010), a reatualização do roubo é o processo dessa expansão.

Problematizando a análise feita por Harvey (2010), Fontes (2010) lembra que enquanto os trabalhadores dos países centrais viviam o chamado Estado de Bem Estar Social no âmbito dos direitos conquistados numa sociedade de capitalismo “normalizado”, regulado nos seus contratos e direitos, os trabalhadores da América Latina e de outros pontos do planeta viviam sob violentas ditaduras que garantiam a expansão do capital-imperialismo. Segundo Fontes (2010), a “normalização” da relação-capital dá-se num processo em que enormes massas expropriadas já estão disponíveis ao mercado, sem que seja necessária a coerção do capital. Apontam-se, então as formas desiguais de expansão do capitalismo. Segundo Harvey (2011, p. 55), a despossessão da população é contínua:

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição que tem que trabalhar para o capital sobreviver. A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos cerca de 2 bilhões de trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a

integração das populações camponesas até então independentes nas forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres, agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global. Está agora disponível uma piscina enorme de força de trabalho para a expansão capitalista.

Com a expropriação das “terras comuns”, meio de produção da vida das populações, faz-se a história do homem alienado produtor do trabalho abstrato. Assim, a geografia do capital vai renovando os processos de acumulação e diversificando o espaço geográfico essencial para a sua reprodução. Nesse sentido, a luta dos pescadores artesanais por permanecerem em seus territórios contraria com a privatização da baía pelos grandes conglomerados internacionais. Num período em que segundo Santos (2005) não basta, pois, produzir; é indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade já não é a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção. Neste sentido, a Baía de Sepetiba é tão importante quanto a siderúrgica como objeto fixo, já que permite a circulação das chapas de aço e das matérias-primas importadas e exportadas nos seus portos. Reiterando com a reflexão de Santos (2005), tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada de fluidez. Isto exemplifica a produção do complexo siderúrgico nas margens da baía, onde toda a produção das chapas de aço é exportada para os Estados Unidos e países da Europa. Mas essa fluidez precisa de normas e, portanto, precisa também de objetos técnicos e geográficos, o que leva Santos (2005) a empregar o conceito da entidade sociotécnica para denominá-la. Deste modo, as normas ou desregulamentações precisam do Estado, pois este tem o monopólio da violência para impor o seu poder legal e burocrático, criador de novas normas com o interesse de assegurar os privilégios do mercado global, que as grandes corporações comandam. O Estado busca lugares para extrair mais excedentes, visando sobreacumular o capital de épocas anteriores, processo que Fontes (2010) conceitua como capital-imperialismo. Segundo observa a autora, usou-se e abusou-se do termo globalização, tornaram-no um bordão repetido exaustivamente, para se criar a miragem de um mundo de consumo sem conflitos, fazendo aparentar-se imparcial a crescente mobilidade e fluidez dos capitais, que se intensificou após o término da Guerra Fria. Percebe Fontes (2010) que se procura escamotear, com esse termo, o processo de violentas expropriações realizado pelo capital-imperialismo, dando-se a entender que a globalização seja uma coisa insuperável, e apontando-se o fim da história.

Neste sentido compreende-se aqui o modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro neste começo de século, especificamente quanto ao fato de tal modelo contribuir para intensificar a industrialização às margens da Baía de Sepetiba, no bairro carioca de Santa Cruz. Depois do fim da Guerra-Fria, as políticas de entrega das estatais aos grandes

conglomerados transnacionais socorreram o capital-imperialismo da sua crise de acumulação, com o que se pôde acumular evitando os gastos com as obras de infraestrutura, cujo ônus coube ao Estado, e bem assim lucrando com as jazidas de ferro e de outros minerais, passadas para o controle direto desses conglomerados. A transnacional Vale, ex-estatal Companhia Vale do Rio Doce, é sócia da TKCSA em prover o abastecimento da principal matéria-prima de que se compõe o aço: o minério de ferro. O monopólio de exploração das jazidas minerais, que competia à estatal brasileira, foi então entregue ao conglomerado privado transnacional Vale. Assim, vê-se um exemplo de quanto as privatizações fazem a geografia do capital-imperialismo e põem fim à soberania da nação, pois não só as companhias foram entregues ao capital, mas também o foram o subsolo e todos os recursos ambientais disponíveis no espaço geográfico.

No próximo capítulo, descrever-se-á como o bairro de Santa Cruz se tornou um espaço industrial e portuário de atividades altamente impactantes para as comunidades locais, e como nos últimos anos surgiram os movimentos sociais de resistência destas à modernização.

## **2 O LITORÂNEO BAIRRO DE SANTA CRUZ: O ESPAÇO GEOGRÁFICO SIDERÚRGICO E PORTUÁRIO**

Tendo por objetivo tratar a dinâmica do espaço urbano-industrial com a formação do movimento de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, enfatizam-se os aspectos da formação histórica do espaço geográfico de Santa Cruz na divisão territorial do trabalho e seus aspectos sociais e econômicos. Na segunda parte, examina-se o projeto de criação da Zona Industrial de Santa Cruz e a ampliação dos estabelecimentos industriais, ligados à política de modernização.

### **2.1 O espaço geográfico**

A intervenção humana na natureza produz o espaço geográfico. Mas o homem também é natureza, de sorte que, ao intervir no mundo natural, a humanidade faz a sua própria história. Para Moreira (2007) o espaço surge na história pela organização territorial que o homem dá à sua relação com o meio. Dos determinantes iniciais para a estabilidade da relação do homem com o seu espaço, o primeiro foi a descoberta do fogo e o segundo, a agricultura. O nosso espaço geográfico, segundo afirma Moreira (2007, p. 68) é:

Uma formação espacial capitalista encerra em seu cerne a luta que travam capital e trabalho ao redor do controle dos meios e modos da reprodução. Primeiramente, porque através dos elementos extraídos à “primeira natureza” o que se garante não é a conversão da dispensa primitiva em meios de sobrevivência dos homens, mas a reprodução, sob a forma de matérias-primas brutas, do capital circulante. Em segundo lugar, porque através da geração de condições espaciais de reprodução o que se gera não são aquelas condições de continuidade da vida sem as quais os homens não garantem com regularidade a sua sobrevivência, mas a reprodução do capital fixo. Em terceiro lugar, porque através do uso do capital circulante e do fixo o que se está gerando não são as estruturas de reprodução da vida dos homens, mas a própria sociedade capitalista.

A formação socioespacial do espaço litorâneo de Santa Cruz atende às exigências do capital-imperialismo de reprodução da mais-valia. Para sediar o capital fixo das grandes

corporações transnacionais que concentraram capitais nos seus países de origem com a exploração da força de trabalho dos países centrais. Mas é necessário acumular mais em menos tempo. Observa Moreira (2007, p. 57):

Daí a emergência de novos sujeitos: por um lado, a classe rentista, hegemônica sobre a reestruturação e que a conduz no sentido de levá-la a concretizar a livre mobilidade territorial como o novo modo espacial de regulação e domínio; por outro lado, as classes territoriais, formadas de sociabilidades não capitalistas, que se pensava dissolvidas na história pela mundialização das relações avançadas de mercado, e que passam a intervir no processo de reestruturação ativamente. Desfaz-se assim a última fronteira da agora velha sociedade industrial da história.

Degradar os ecossistemas que constituem os espaços comuns mantém a continuidade da acumulação, pois não há acumulação de capitais sem a transformação natureza em mercadoria:

Massas crescentes e concentradas de capitais de qualquer origem, capital sob a forma monetária que se converte em capital formador de juros ou em capital fictício, apesar de parecerem totalmente distanciadas do mundo da produção, precisam contribuir direta e, sobretudo, indiretamente, para a exploração da força de trabalho que, por seu turno, gerará o mais valor que sustenta a base de todo o processo. (FONTES, 2010 p. 38.)

O processo cada vez mais concentrador de capital dá-se no espaço geográfico, nesta totalidade que abarca homem e natureza no movimento da sociedade produtora de excedentes e conflitos.

## **2.2 A transição do espaço rural ao urbano-industrial**

Não é propósito deste trabalho aprofundar na história de Santa Cruz do período jesuítico, nem sequer na dos tempos do Brasil colônia. Trar-se-á à baila, apenas brevemente, a importante espacialidade que este lugar configurou no passado.

O bairro de Santa Cruz, sito no extremo oeste da área geográfica do município do Rio de Janeiro, originou-se da Fazenda de Santa Cruz dos tempos do Brasil colônia. A vastidão de terras planas que principiavam nas margens da Baía de Sepetiba, indo até as terras onde hoje é os municípios de Seropédica e Nova Iguaçu, foi tratada sob o comando dos jesuítas durante muito tempo. Abriram-se canais para drenar as áreas alagadas da baixada que depois deram início aos plantios e às primeiras edificações. Pontes e outras obras que remontam o período jesuítico, ainda intacto, pertencem ao patrimônio histórico do bairro. Já no Brasil imperial do



século XIX Santa Cruz passou a abrigar o matadouro industrial originariamente instalado na Corte, o qual se fora deslocando para mais longe, conforme crescia a cidade e as políticas higienistas impunham afastar para os lugares mais distantes as atividades tidas por impróprias ao centro.

O matadouro industrial de Santa Cruz tinha até vila operária. A vida no seu entorno cresceu. As praças que o rodeavam abrigaram grandes festividades. Assim, desde o séc. XIX, o espaço geográfico de Santa Cruz traz essa marca da divisão territorial do trabalho. A cidade do Rio de Janeiro conheceu, na segunda metade do século XIX, diversos “surto” de industrialização, segundo Abreu (1997, p. 54). Era uma indústria com baixo grau de mecanização, dependia da economia que predominava em torno do setor agrário exportador. A reprodução de capital a partir da própria indústria como fator predominante da economia era dificultada por diversos motivos. Assim:

Esta reprodução era afetada, ainda, pela inexistência de fontes regulares de produção de energia, pela dificuldade de recrutamento da força de trabalho qualificada; pela concorrência de produtos estrangeiros; pela dependência, em alguns setores, da mão-de-obra escrava em extinção; e pelas constantes epidemias de febre amarela, que atacavam preferencialmente os bairros operários da cidade. (ABREU, M, 1997 p.54)

A indústria cresceu, embora presa aos limites de uma baixa composição orgânica de capital. Na maior parte, eram indústrias dedicadas à produção dos bens de consumo da época, ainda que houvesse as pequenas indústrias de metalurgia.

Nossa abordagem aos tempos do final do século XIX e início do século passado mostra a relevância de um território usado. Preenche de histórias e tendências que ficaram suas marcas produzindo suas geografias. Muito mais independentes que as culturas de hoje, pois a comunicação entre os lugares era difícil. Deste modo, a cooperação entre as partes do território era tênue.





**Tabela 1 - População residente e número de matriculados nos setores educacionais no bairro carioca de Santa Cruz**

VARIAVEIS DIVERSAS	NÚMERO ABSOLUTO	UNIDADE
- Área Territorial (2003 ):	12.504,43	ha
- População (2000 ):	191.836	Total
- Domicílios (2000 ):	52.983	Total
- População (2010 ):	217333	Total
- Domicílios (2010 ):	76295	Total
- Creches (2011 ):	2147	Nº Matriculados
- Pré-escola (2011 ):	4297	Nº Matriculados
- Ensino Fundamental (2011 ):	29500	Nº Matriculados
- Classe Especial (2011 ):	306	Nº Matriculados
- EJA (2011 ):	1117	Nº Matriculados
- Total (2011 ):	37367	Nº Matriculados
- Escola (2012 ):	45	Nº Matriculados
- Creche (2012 ):	18	Nº Matriculados
- Creche (2012 ):	18	Nº Matriculados
- Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (2012 ):		Nº Matriculados
- Escola Especial (2012 ):	1	Nº Matriculados
- Total (2012 ):		Nº Matriculados
- EJA (2012 ):	1022	Nº Matriculados
- RA:	XIX - Santa Cruz	
- Bairros da RA:	Paciência , Santa Cruz , Sepetiba .	

Fonte: Instituto Pereira Passos, 2012.

Em Santa Cruz, na primeira década do século XXI, aumentou 50% o número de domicílios, considerados os novos conjuntos habitacionais e os chamados loteamentos ilegais, as ocupações urbanas. Muitos desses loteamentos resultam do processo de autoconstrução. Geralmente comportam maior número de moradores do que os bairros mais urbanizados, áreas elitizadas da cidade onde se registra em cartório o direito à propriedade e se cuida da manutenção da vida urbana, com recolhimento de lixo e acesso a equipamentos públicos.

A conta de abrigar indústrias altamente poluidoras, como as de siderurgia e de outras atividades voltadas à exportação e importação, tem-se debitado ao bairro de Santa Cruz, impactando na desvalorização dos imóveis do litoral e da pesca desde Pedra de Guaratiba, sub-bairro de Campo Grande, até Sepetiba. O Distrito Industrial de Santa Cruz é a parte onde,

na cidade do Rio de Janeiro, se instalaram as indústrias pesadas (duas grandes siderúrgicas), além da Casa da Moeda do Brasil. A bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba recebe nos seus rios e canais muito do esgoto doméstico e industrial de tais bairros. Essa baía, com as suas águas calmas e as suas ilhas de mata atlântica, vem deixando de ser considerado um espaço economicamente adequado ao turismo e à pesca artesanal. Desde o tempo da ditadura militar vêm-se tomando de cobiça por essas águas os portos que lucram tais qual o da Ilha Guaíba, com a exportação de minérios. Na década de 1980, ainda sob a ditadura militar, inaugura-se na Ilha da Madeira, em Itaguaí, o Porto de Sepetiba. A poluição industrial, o esgoto doméstico *in natura* e o assoreamento resultante duma urbanização desordenada, com ocupação das margens dos seus canais e rios, tudo levou o abandono às praias de Sepetiba, de Pedra de Guaratiba, do Cardo e da Brisa.

Aqui, as obras de infraestrutura e saneamento, como água tratada e energia elétrica, chegam aos poucos, e muito depois dos primeiros moradores. Vários desses loteamentos surgiram nos arredores de Santa Cruz, neste limiar do século XXI. Alguns são muito populosos e representam verdadeiros enclaves de mão-obra migrante nordestina, como a Favela da Foice. É de ver, na tabela anterior, que a duplicação do número de domicílios se deve muito aos novos loteamentos que nesses arredores se formam sem a mínima infraestrutura de equipamentos urbanos.

Os caminhos, as estradas de ferro e a localização litorânea fizeram diversas geografias de Santa Cruz impostas pela sociedade no decorrer do tempo, visto que os objetos geográficos ganham outras significações com o sentido dado pela política. Nos fins do século passado, essa configuração territorial veio a abarcar novas espacialidades com a construção da Zona Industrial de Santa Cruz.

Desde a primeira metade do século XX, o espaço geográfico de Santa Cruz já era visto como lugar apropriado para a instalação de grandes siderúrgicas. Nos idos da década de 1940, ainda sob os efeitos da crise da economia cafeeira, cria-se o modelo cidade-fábrica com o cunho nacional-desenvolvimentista do governo Vargas, que segundo Moreira (2012) consolidará a sociedade brasileira numa moderna sociedade urbano-industrial.

A cidade-fábrica que se instalou em Volta Redonda com a implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) poderia ter-se instalado em Santa Cruz, pois este figurou entre os lugares cogitados, sendo a ferrovia da Central do Brasil e a proximidade do mar dois requisitos essenciais para a possível escolha. A localização entre os dois maiores mercados consumidores de aço como São Paulo e Rio de Janeiro também favorecia que se escolhesse Santa Cruz para se instalar a siderúrgica que representou a

mudança paradigmática da história do trabalho no Brasil. Segundo Wirth (1973), em Santa Cruz, na Baía de Sepetiba, os serviços de transporte terrestre e marítimo resolveriam o problema da logística com as jazidas não só do mercado interno como do externo. Além disso, poder-se-ia receber por navio o carvão oriundo de Santa Catarina, e os mananciais que compõem a bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba poderiam satisfazer a demanda de água doce necessária para os processos de resfriamento.

Mas a essas considerações, nota Moreira (2012), prevaleceram outras, que levaram a CSN para Volta Redonda, no Vale do Paraíba, localização que, embora um tanto longe do litoral, ficava mais perto do mercado paulistano e ademais tinha a proteção da Serra do Mar, pois a conjuntura da Segunda Guerra Mundial estava latente.

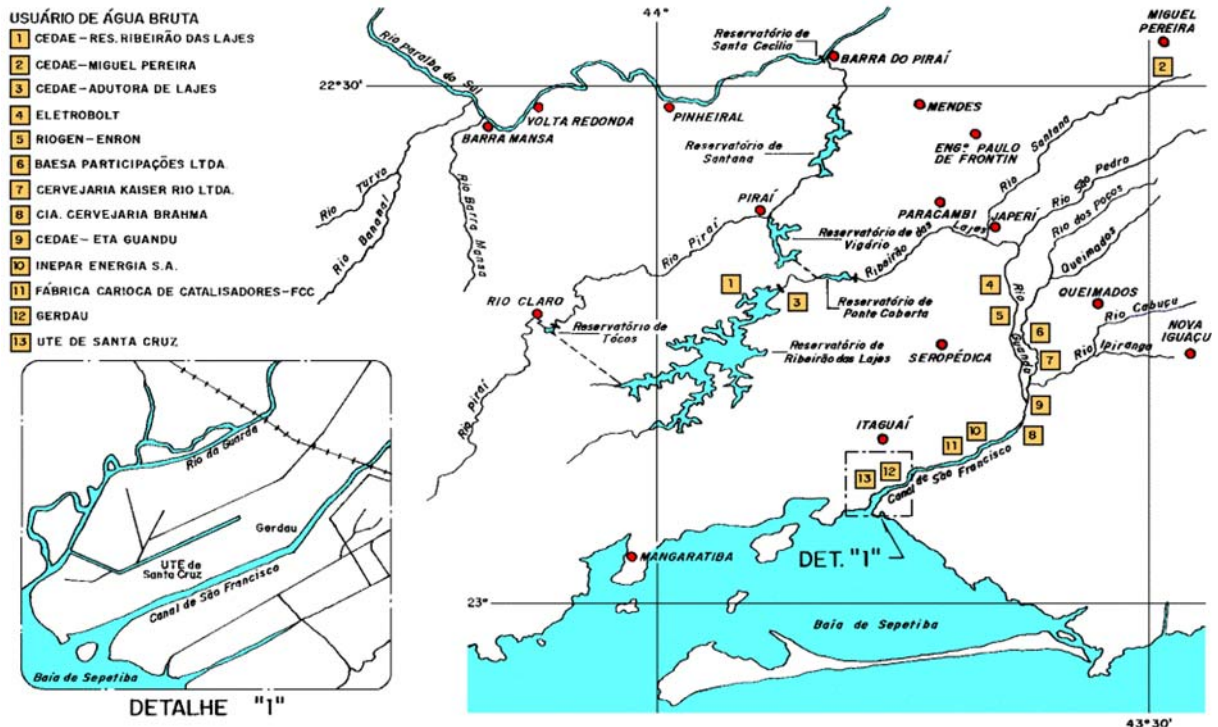
As águas abundantes do rio Paraíba do Sul, pesaram ainda mais na escolha por Volta Redonda, mas, segundo Wirth (1973), além do objetivo prioritário de tornar o Brasil independente da importação dos produtos de aço, houve outro, secundário, de criar um modelo de sociedade nova, industrial. Em se localizando numa região como o Vale do Paraíba, que representava a decadente economia agroexportadora da cafeicultura, a siderúrgica de Volta Redonda veio, pois, simbolizar a transição e mudança socioeconômica paradigmática da nossa história sob o comando e a expensas do Estado brasileiro.

Todas estas considerações sobre a localização adequada aos grandes projetos de siderurgia em Santa Cruz há mais de seis décadas, antes de se instalar o complexo siderúrgico e portuário da TKCSA, demonstram a força dos objetos geográficos do passado sobre a sociedade do presente. A questão dos mananciais resolveu-se com a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu, permitindo-se, mediante a construção da represa de Ribeirão das Lajes, que o relevo oriental da Serra do Mar fizesse escorrer essas águas até à baixada litorânea de Santa Cruz. Assim, uma vez construída a represa, o Rio Paraíba não apenas supriu o Rio Guandu da água cuja escassez o desmatamento das matas ciliares e outros fatores da urbanização acelerada agravavam, mas ainda abasteceu a região metropolitana fluminense, e propiciou localizarem-se no Estado do Rio de Janeiro duas das maiores siderúrgicas do mundo.

A ilustração do mapa seguinte mostra apenas o Canal de São Francisco, entre os rios e canais que afluem à bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba. A preferência por destacá-lo em detrimento dos outros deve-se à importância socioeconômica dele. Até à estação de tratamento da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgoto), mostra-se a ETA Guandu no vários afluentes da bacia do rio Guandu, nome dado à montante do Canal de São Francisco. Mais acima vê-se a transposição das águas dos rios Paraíba do Sul e Pirai, ambos

pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, no Vale do Paraíba. Cresceu a relevância socioambiental do Canal de São Francisco, depois que em 2006 passou a sediar nas suas margens a Companhia Siderúrgica do Atlântico, a jusante, na boca da Baía de Sepetiba.

**Mapa 3 - A bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba e seus diversos usos**



Fonte: SOS Praia do Saco. Disponível em: <<http://sospraiadosaco.blogspot.com.br/2011/12/mangaratiba-ignora-o-comite-da-bacia.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Relevam aqui duas categorias que Santos (2006) utiliza: a configuração territorial e as relações sociais. A configuração territorial corresponde ao conjunto dos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área, assim como os acréscimos que a esses sistemas naturais sobrepuseram os homens. Explica Santos (2006) que a configuração espacial não é o espaço, pois ela possui uma realidade que lhe advém da sua própria materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a esta anima. A configuração territorial goza, portanto, de uma existência material própria, mas só as relações sociais lhe conferem existência real.

O lugar hoje conhecido como Santa Cruz, sito às margens da Baía de Sepetiba, era um conjunto de sistemas naturais; aí era a natureza que dava o comando. Mas com a história das estradas de ferro, dos portos, das habitações e das fábricas, a natureza natural foi sendo substituída pela natureza socializada, feita completamente humana. O início da produção na TKCSA, em 2010, não atenuou a ação dos movimentos sociais. A globalização, entendida como sendo a unicidade das técnicas historicizada e geografizada com a ação dos agentes

hegemônicos que é representada pelas grandes empresas transnacionais, dá-se com esquizofrenia no lugar, ou seja, com mutações muito velozes que negam a história dos lugares – suas memórias, suas identidades, sua territorialidade e sua historicidade – o cotidiano, o vivido, o concebido, considerando-se que:

A atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade. O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização para manter-se à frente da corrida. (SANTOS, 2006, p. 32).

Para Santos (2006), os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente: em cada momento histórico, o valor da ação e do lugar relaciona-se por vários modos, dando valores diversos ao lugar. Pois, o valor do espaço não independe das ações que ele é susceptível de acolher. Neste sentido é que se pode afirmar que o espaço geográfico de Santa Cruz se tornou um espaço geográfico privilegiado da globalização:

A luta pelo uso do espaço coloca em posição ativa as empresas gigantes e reserva as demais uma posição passiva, subordinada. Essa é uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida. Segundo as circunstâncias, mas, em todo caso, regulada. O “mundo” não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e dos poderes locais, nos seus diversos níveis. (SANTOS, 2006, p. 335)

As novas sociabilidades originadas desses conflitos entre o local e global constituem o corpo desta pesquisa, uma vez que a vida das pessoas muda, e também suas formas de entender o mundo, na medida em que:

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada qual com o sistema mundo. (SANTOS, 2006, p. 314)

Uma vez que, bem o observa Santos (2006), a uma globalidade maior corresponde maior individualidade, três fatores recriam o espaço geográfico em questão e tornam o lugar mais diferente dos outros: um desses fatores é a expropriação mesma dos espaços comuns de pesca; outro, o conseguirem trabalho em atividades alternativas muitos pescadores artesanais desservidos por tal expropriação; e ainda outro fator são os privilégios com que o Estado obsequia o complexo siderúrgico-portuário. A este fenômeno chama Benko (1990)



*glocalidade*. “Para apreender essa nova realidade do lugar”, adverte Santos (2006, p. 314), “não basta adotar um *tratamento localista*, já que o mundo se encontra em toda parte” (grifo do autor).

Na medida em que os lugares selecionados são diferenciados dos demais então, há uma guerra entre os lugares, que são sujeitos da produtividade e competitividade conforme o interesse da acumulação capitalista:

Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessário uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam fora do processo, mas também as demais empresas excluídas das mesmas preferências. (SANTOS, 2002, p. 87-88.)

Assim se evidencia a palavra de ordem do capital transnacional: as vantagens comparativas. Os seguidores desta tendência defendem a maior lucratividade possível para as grandes empresas transnacionais. Dizem eles que os estados devem regulamentar a atividade econômica em prol do mercado, como se o mercado fosse uma coisa abstrata, um deus imparcial. Argumentam que inúmeras garantias e direitos trabalhistas e previdenciários conquistados pela classe trabalhadora organizada devem ser revistos ou suprimidos, a fim de atrair capitais, quer se destinem estes a comprar os títulos públicos brasileiros, que os remuneram com os maiores juros do mundo, quer vão alocar-se nos setores da indústria ou do agronegócio, os quais o Estado favorece. Segundo (FIORI, 2010), tal forma de desenvolvimento são reformas de alto para baixo. Políticas de Estado determinadas pelos monopólios industriais e financeiros.

Diante disso, no espaço geográfico as formas de luta orientadas pelo senso comum podem-se entender como resistência aos projetos da acumulação do capital monopolista. A ditadura do consumo é contraditória, realiza-se como ordem do capital, mas não pode permanecer inalterada. As crises de superprodução de mercadorias levam à reestruturação das forças produtivas.

Considera-se segundo Soja (1993) a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a divisão internacional do trabalho e outras formas da totalidade da geografia do capitalismo. É nesse sentido que podemos espacializar a antítese corporificada no *homem lento*, segundo Santos (2006). Para Santos (2006), a lentidão das relações construídas no cotidiano do lugar, busca dos valores de uso socialmente necessários à vida do pobre da metrópole, constitui-se

no *homem lento*. Para Ribeiro (2005), é na urgência cotidiana que o *homem lento* conduzido pela cultura ordinária aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Na dialética desse processo socioespacial, surgem novas sociabilidades predominantes. Sendo assim, deve-se compreender também que:

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível criar normas locais, normas regionais. (SANTOS, 1996 p.19)

É a cidade com a sua diversidade social a engendrar a política da horizontalidade e a garantir, na proximidade dos espaços, o lugar da organização espontânea dos *homens lentos*. Nessa geografia é que se produzem os movimentos sociais na resistência às verticalidades das ações hegemônicas estranhas ao cotidiano.

### **2.3 A criação da Zona Industrial de Santa Cruz e os novos estabelecimentos**

Novas técnicas vão interligando o território. Os novos conteúdos de ciência e técnica definem um novo espaço geográfico. Nas últimas décadas do século XX, o Brasil viveu o período da ditadura militar, que terminou em 1985, apenas quinze anos antes de iniciar-se o novo século. Foi ela que criou Distrito Industrial de Santa Cruz em 1975. Assim é de notar que:

Além de condicionar a construção de especializações, essa nova estruturação segmenta o território. Os compartimentos mais ativos são aqueles mais aptos aos produtos exigidos pelo chamado mercado mundial. Porque é preciso ligar num único processo as parcelas do trabalho desenvolvidas em lugares distantes, impõe-se mais cooperação entre os pontos do território e a circulação ganha um novo ímpeto. Alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial. As novas vocações regionais amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais. (SANTOS, 2003 p. 105-106.)

A ditadura militar assegurou a acumulação capitalista, desenvolveu uma política de terror contra os movimentos sociais, porém estes, depois da volta da democracia representativa ao Brasil, rearticularam-se enfrentando a lógica da corporatização do território pelas grandes empresas, e objetivando com a sua organização e mobilização impedir que os

de “baixo” sejam desterritorializados. Nesse sentido, este trabalho faz um apanhado da história recente, ao analisar a luta dos trabalhadores no contexto da sua territorialidade.

Após o desenvolvimento econômico do período da ditadura militar, viveu-se a chamada “década perdida”, a de 1980, com altas taxas de inflação que chegaram a cerca de 80% ao mês (IBGE, 1991). Essas altas taxas inflacionárias denunciavam o muito que crescia a dívida dos chamados países em desenvolvimento. A saída para a acumulação de capital depois da crise dos petrodólares foi endividarem-se os Estados nacionais, principalmente os do Sul.

**Tabela 2 - A crise na América Latina:  
algumas variáveis macroeconômicas na década de 1980**

<b>Variações percentuais %</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1989</b>
Crescimento do PIB (índice)	100,0	103,5	113,1
Crescimento do PIB per capita (índice)	100,0	92,3	91,7
Inflação	54,9	274,7	1.157,6
Dívida/exportações	2,1	3,5	3,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina E O CARIBE (CEPAL), Chile, in BRESSER, L.C. *A Crise do Estado: ensaios sobre a crise brasileira*. 1992.

O “milagre econômico” fomentado pelo aumento da dívida pública coadunava-se com a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, e a maximização dos lucros para o capital excedente apoiou-se na Lei 466, de 21 de outubro de 1981, que dispõe sobre o zoneamento industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - No zoneamento urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro as atividades industriais se localizarão em zonas definidas como:

I - zonas de uso estritamente industrial (ZEI) - destinadas, preferencialmente, à localização de estabelecimentos industriais cujos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, ruídos, vibrações, emanações e radiações possam causar perigo à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações, mesmo depois da aplicação de métodos adequados de controle de tratamento de efluentes, nos termos da legislação vigente;

II - zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI) - destinadas, preferencialmente, à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbem o repouso noturno das populações;

III - zonas de uso diversificado (ZUD) - destinadas à localização de estabelecimentos industriais cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural em que se situem, e com elas se compatibilize, independentemente do uso de métodos especiais de controle da poluição, não ocasionando, em qualquer caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar, e à segurança das populações vizinhas.

Parágrafo único - Nas zonas de uso estritamente industrial (ZEI), será permitido exclusivamente o uso industrial, tolerando-se no entanto, a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços, complementares às atividades industriais ali instaladas. Nas zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI), o uso industrial tem preferência sobre os demais. Nas zonas de uso diversificado (ZUD), o uso industrial pode coexistir com os demais usos urbanos, dependendo da natureza, porte, e características de cada indústria.

Esta lei criou a Zona Industrial de Santa Cruz quando ainda vigorava a ditadura militar. Com uma intensa urbanização impulsionada pela concentração cada vez maior das terras nas grandes lavouras monocultoras, e com a posição burguesa de não efetuar a reforma agrária, avolumou-se então uma massa trabalhadora imensa que procura qualquer trabalho na lógica do mercado para sobreviver, e um canto na cidade para morar, descansar e repor as suas energias. Assim o espaço banal, que é o espaço de todos, é também o lugar dos conflitos. Esta a visão com que o presente estudo investiga as territorialidades do recorte da espacialidade problematizada, visto ser impossível um conhecimento neutro. Mas o conhecimento produz-se analisando-se as particularidades que compõem o todo, as quais, com as suas contradições internas, conferem movimento a este, e assim o curso do pensamento abstrato que vai do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo.

Daí a racionalidade capitalista e as formas de luta de sobrevivência do homem simples. Na medida em que essas estratégias, sendo parte da geografia, vão modelando a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e apontam a resistência ao projeto hegemônico, faz-se a história viva. Nesse sentido, considera-se que:

[...] talvez, na atualidade, estes espaços sejam territorialidades da resistência, formadas no cotidiano, sob os mandamentos do senso comum. Nestes mandamentos, o trabalhador pai de família tem valor. Afinal, a banalidade constitui não raramente, a única barreira ao excesso de artificialismo e de manipulação do mundo. A reiteração de valores fazendo aflorar a ação espontânea constitui uma aposta, mesmo que frágil na territorialização de direitos e, também, um dos sistemas mais nítidos da precariedade da integração permitida pela última modernidade, tão insistente na promessa do consumo excepcional. É a ação espontânea – organizada, apenas, na reiteração de valores – que com frequência, apoia lutas de apropriação do território, numa conjuntura econômica em que os fluxos ensaiam, sem jamais conseguir se impor sobre os fixos. (RIBEIRO, 2005, p. 99.)

Porque está na metrópole o complexo siderúrgico-portuário da Baía de Sepetiba, as formas herdadas carregam histórias de luta da apropriação desse território e a busca permanente da sobrevivência pelos mais pobres que o habitam. Daí a resistência.

A região da bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba rege-se pela Portaria 176/1983 do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do RJ – classificação das zonas de uso estritamente industrial (ZEI) e zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI). Alude-se aqui aos zoneamentos de Santa Cruz, bairro onde existem várias zonas de ambos os tipos: a ZUPI de Guaratiba, a de Inhoaíba, a de Palmares e a de Santa Cruz; a ZEI do Distrito

Industrial de Palmares e a do Distrito Industrial de Santa Cruz. A concepção de tais zoneamentos não leva em conta o crescimento populacional de Santa Cruz e arredores, nem os novos dispositivos com que veio a Constituição Federal de 1988 balizar a luta por direitos e cidadania.

Na ZEI é onde se situam as indústrias que comportam elevado risco à saúde e ao bem-estar da população, e onde, mesmo depois de tratadas as águas fluviais que elas poluem, esse risco permanece alto. Mas cada vez mais se habitam os arredores dessas zonas insalubres, nos quais o Estado constrói vários conjuntos habitacionais. São, diz Ascerald (2004), as chamadas *zonas de sacrifício* ou *paraísos de poluição*, onde além da desregulamentação vantajosa para o grande capital, já abundam, pelo que se sabe, generosas isenções fiscais concedidas pelo Estado brasileiro aos grandes conglomerados.

Mostram estudos de Zborowski (2008) que o Distrito Industrial de Santa Cruz é um dos que ocupam maior área e agregam maior quantidade de indústrias potencialmente poluidoras. Os resíduos industriais costumam desaguar no Canal de São Francisco, por canais que drenam toda a zona. O Relatório Diagnóstico do Comitê Guandu, elaborado em 2006, informa estarem implantadas no distrito industrial dez indústrias, cujos nomes e linhas de atuação ficam indicadas abaixo:

- Misel Engenharia Ltda. (oficina mecânica e caldeiraria);
- Pan-Americana S.A. Indústrias Químicas (produtos para a indústria farmacêutica);
- BASF S.A. (massa corrida);
- Fábrica Carioca de Catalisadores (catalisadores para refino de petróleo);
- EcoLab Química Ltda. (pastas, detergentes, amaciantes, etc.);
- Sicpa Indústria de Tintas Ltda. (tintas especiais);
- Rexam Beverage Can South America S. A. (latas de alumínio);
- Liarte Metalquímica Ltda. (resinas acrílicas);
- Morganite Brasil Ltda. (isolantes térmicos);
- Casa da Moeda do Brasil (moedas e cédulas de dinheiro).

Estas indústrias de tintas, de detergentes e de mais produtos assaz poluidores, numerosas que são na Zona Industrial de Santa Cruz, exercem intenso efeito deletério sobre os rios da bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba, rareando as espécies de pescados e fazendo decair a produção pesqueira, o que atinge diretamente os trabalhadores da pesca artesanal.

### 3 A HISTORICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA À TKCSA

Em agosto de 2011, fui à Pedra de Guaratiba entrevistar o pescador Isac Alves de Oliveira. Ele apareceu de bicicleta no lugar do encontro, e daí caminhamos para a sua casa. No trajeto disse-me que nela morava de aluguel, pois a casa que a pesca de camarão lhe permitira construir, ficara para a ex-esposa quando se separaram. Na casa simples, aos fundos duma rua um pouco distante da praia, acomodamo-nos em cadeiras no pequeno quintal.

Então, o pescador passou a falar da sua trajetória de luta à frente de movimentos sociais de resistência à instalação da TKCSA. Lembrou que, antes de tornar-se pescador, trabalhara de garçom e que, depois, ao iniciar-se na pesca, apaixonou-se pela nova profissão. Agora entristecia-se com os danos que os grandes empreendimentos têm causado à Baía de Sepetiba. A segurança e a clareza da sua fala deixavam perceber que ele realmente atuava nos movimentos sociais. Declarou o entrevistado:

Foi em 2006, com a chegada da CSA como grande vilã de tudo que está ocorrendo com tudo isso. Costumamos dizer que essa siderúrgica foi a ponta de lança. Chegou pensando que não haveria resistência, mas houve. Atualmente temos muitas lutas envolvendo muitas organizações aqui no Brasil e no exterior. Uma resistência grande. Nós não estamos lutando apenas contra a CSA, mas contra o modelo de desenvolvimento que tira o pescador do mar, toma o nosso território e, finalmente, para nós pescadores, é o fim. No caso da Baía de Sepetiba começar com a CSA. (10 ago. 2011)

Claro está que a frente dos movimentos sociais que formam a resistência à instalação do complexo siderúrgico-portuário da Companhia Siderúrgica do Atlântico, tem suas matrizes históricas nos movimentos sociais que surgiram nos fins da década de 1970 e nos começos da seguinte. Nesse tempo, em que se vivia a *abertura política*, realizada sob controle do governo militar, nasceram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) e outros movimentos sociais emblemáticos da organização da chamada sociedade civil. A historiografia gerou trabalhos importantes que ajudam a interpretar este período recente da história das lutas populares no Brasil, tais como as abrange Badaró (2003) no conceito de *novo sindicalismo* e Sader (2001) na sua análise dos movimentos sociais da Grande São Paulo. O novo sindicalismo veio representar a luta sindical que buscava autonomia diante dos órgãos do Estado, e, para rompimento com as direções sindicais que os

interventores fiéis à ditadura militar ainda controlavam, formaram-se as comissões de fábrica, cujo objetivo era construir pela base uma organização sindical autônoma na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Irromperam numerosas greves que se contrapunham às políticas das direções nomeadas no período ditatorial. Segundo (SILVA, 2006), toda essa formação acelerou a crise do regime militar. Os profissionais de educação do estado do Rio de Janeiro organizaram sua greve histórica em 1979. O estudo também revela que, no mesmo ano, a fusão entre Sociedade Estadual de Professores (SEP) e a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ) criou o SEPE-RJ, nome que a nova entidade assumiu na sua assembléia geral de 12 de dezembro de 1988.

Para (SADER, 2001) a aproximação dos sindicatos aos movimentos sociais ocorreu devido ao desgaste político e à perda de popularidade dessas instituições. Para superarem o esvaziamento, buscaram movimentos mais espontâneos e alheios ao dirigismo dos partidos, governos e instituições. Da mesma forma, abundavam os desiludidos com as organizações partidárias de cunho leninista, que agora arrumavam um jeito de continuar militando sem seguir as orientações de um comitê central. Preferiam-se as lutas cotidianas que não visavam contribuir para um processo revolucionário, como o objetivado pelas organizações esquerdistas que empreenderam a luta armada no Brasil das décadas de 1960 e 1970.

Atualmente a maior parte da direção do SEPE-RJ apoia a frente dos movimentos sociais que resistem à instalação da TKCSA. Nas eleições do Sindicato para três consecutivos triênios, de 2006 a 2012, saiu vencedora a linha política dos que romperam com a CUT, reiteradas vitórias essas que mostram a resistência aos projetos de modernização conservadora dos governos Lula e Dilma. Isso apontou as ações do sindicato em resistência aos projetos de modernização conservadora dos dois governos petistas consecutivos. Para (BADARÓ, 2003), há mais tempo a CUT já rompeu com o *novo sindicalismo*:

A conjuntura dos anos 1990 foi marcada pelo desemprego estrutural, políticas econômicas neoliberais (abertura da economia, privatização, desregulamentação das relações trabalhistas, etc.) e agressiva ação empresarial para enquadramento dos trabalhadores em seus empregos nas novas metas de crescimento e produtividade. Essas características ajudam a entender o refluxo da ação sindical marcado na apenas pelo menor número de greves, mas também pela adesão de muitas direções da CUT a um ideário de parcerias e colaboração com o empresário, na busca de soluções pactuadas, pudessem frear as perdas dos trabalhadores. (BADARÓ, 2003, p. 71)

Segundo esse grupo majoritário do SEPE-RJ, a referida central sindical nascida no berço do novo sindicalismo tornou-se governista após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente da República. Por isso, o grupo reporta-se aos referenciais políticos do *novo*

*sindicalismo* e dos movimentos sociais que buscavam autonomia em relação ao Estado para situar as matrizes históricas da referida frente de movimentos sociais em estudo.

Para analisar os movimentos sociais do contexto histórico do novo sindicalismo, faz-se referência ao trabalho de (SADER, 2001), embora mais de duas décadas depois, constrói-se a resistência à instalação da CSA nos servimos das suas formas de organização e concepção de forma parcial. É nessa linha de entendimento que podemos relatar a experiência de luta do pescador Isac:

Somos marginalizados e criminalizados. Nós denunciemos na Europa e em varias partes do Brasil realizando denuncias e manifestações. Nossas denuncias tiveram forças na Alemanha sendo ouvidas e a partir daí muitas coisas novas aconteceram, mas o governo brasileiro não nos escuta. Nós temos articulação com a Associação Rosa Luxemburgo na Alemanha, temos com a Bom para o Mundo, a Anistia Internacional, OIT, etc. Como tinha dito tivemos apoio lá, aqui no Brasil não. Em relação ao governo não temos apoio. Eles sempre a todo o momento se mostra como advogados da empresa. O secretário Minc é uma mentira do Rio de Janeiro. Conhecemo-lo de muitos embates, estivemos com ele. Ele usa aquele colete para dizer que é uma mentira, muito grande. O secretário Minc e a senhora Mara Ramos que é presidenta do INEA. Eles são incríveis, ridículos. Recentemente estivemos em uma audiência pública em Santa Cruz com eles mostrando como porta-vozes da empresa. Eles não defendem os interesses nossos. É defendendo por eles os interesses da empresa no caso CSA. Ele não está preocupado com o meio ambiente. Ele se recusa a ouvir os pescadores. Quando é realizada uma reunião com Carlos Minc. Ele se mostra com toda a responsabilidade falando por duas horas e a nossa vez é apenas três minutos. Nessas duas horas é falado por ele é realizada a propaganda da empresa “Isso é importante, irá trazer a riqueza para todo o Estado do Rio de Janeiro”, “O país irá crescer”. Ele está esquecendo que no meio do caminho que estamos nós. Só no caso do pescador são 8.000 famílias, no meio desse “desenvolvimento” nós estamos sofrendo. No caso de Santa Cruz são nove comunidades ligadas diretamente impactadas pela CSA, é um povo que estão no meio do caminho do “desenvolvimento”. (Isac, 08 out. 2011.)

Assim verificamos uma das funções dos movimentos sociais formando sujeitos numa relação com o mundo distante, mas ligados às horizontalidades que representam os movimentos sociais. Para (SADER, 2001) nessa representação a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, converge fazendo surgir um sujeito coletivo com visibilidade pública. Em 2009, o movimento social levou ao parlamento alemão um representante dos pescadores, para que este denunciasse os crimes ambientais que a CSA perpetrava, desde o início, com o seu complexo siderúrgico-portuário no litoral da Baía de Sepetiba, e os males que a implementação de tal projeto ambientalmente danoso vinha causando também aos territórios da pesca artesanal. Um simples pescador tornou-se história da luta coletiva, rompendo com o fragmentado cotidiano da sua vida privada. Tem razão Sader (2001) em afirmar que os movimentos sociais desenvolveram formas de coordenação, articulação e unidade política, mas contudo, mantiveram a autonomia dos diferentes segmentos organizados preservando a expressão das diferentes coletividades livres de algum vanguardismo superior. Assim, as diferentes experiências de luta são valorizadas.



Os referenciais teóricos das lutas empreendidas pelos movimentos sociais no início da década de 1980 (SADER, 2001) são úteis para tal análise, em se considerando que os sindicatos e organizações que estão à frente na defesa da pesca artesanal da Baía de Sepetiba, seguem buscando autonomia em relação ao Estado. Mais ainda: os membros destas entidades, uns filiados a vários partidos, outros sem filiação partidária nenhuma, conferem ao movimento uma diversificação que o afasta das organizações de luta popular dos fins da década de 1960 e começos da de 1970, quando atuar na clandestinidade era a única alternativa para os que lutavam contra as políticas hegemônicas. Vem a propósito aqui a entrevista dada pela bióloga Mônica Lima ao engenheiro e vereador Eliomar Coelho, sobretudo a resposta da entrevistada à pergunta “Por que você está sendo processada pela CSA?”:

Porque venho dizendo a verdade e desejo proteger os atingidos, já que meu compromisso é com a sociedade e não com empresas e governos. A empresa age com má fé para me intimidar e ameaçar, pois venho associando a poluição atmosférica da TKCSA, ou seja, o particulado e os gases tóxicos com doenças agudas, ou seja, as doenças imediatas, como os casos de alergias dermatológicas, respiratórias e oftalmológicas (asma, bronquite, rinite, conjuntivite, coceiras na pele com e sem sangramentos) e as doenças crônicas futuras, como câncer, casos de aborto espontâneo e doenças neurológicas. Mas algumas doenças crônicas já estão ocorrendo, como é o caso de um menino que apresentou síndrome nefrótica, que é uma grave disfunção renal provocada pelas altas concentrações no sangue da toxina da bactéria que se replica durante a infecção de pele ocasionada pelo pó-brilhoso da CSA. (Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2011/11/entrevista-biologa-monica-lima-alerta-que-a-tkcsa-sempre-poluira/#more-34062>>, com acesso em 20 de janeiro de 2012).

A TKCSA processou a bióloga Mônica Lima, o engenheiro sanitário Alexandre Pessoa e o pneumologista Hermano Castro por danos morais à empresa. Depois de muitos protestos dos movimentos sociais e atuações jurídicas em defesa do trabalho acadêmico, a TKCSA retirou o processo no fórum do bairro de Santa Cruz. Divulgaram o fato os veículos de comunicação de massa, entre eles os grandes telejornais. O sindicato dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC) publicou no seu jornal o apoio aos profissionais:

O Sindicato dos Trabalhadores da FIOCRUZ (ASFOC-SN) repudia a ação covarde da TKCSA e se posiciona pela defesa intransigente dos profissionais envolvidos, por entender que eles cumprem seu dever como servidores públicos ao defenderem solidariamente a saúde das populações impactadas e que também estavam apenas cumprindo demanda institucional ao produzirem relatório específico sobre o assunto. Estendemos nossa posição e solidariedade à companheira Mônica Lima, da UERJ, pelos mesmos argumentos, também processada pela empresa.

Assim, conclamamos as instituições, organizações, movimentos sociais e cidadãos brasileiros e estrangeiros a se unirem com a FIOCRUZ e seus trabalhadores na luta em defesa dos profissionais atingidos, reafirmando o direito à informação e à comunicação em saúde, bem como à liberdade e à autonomia do trabalho técnico-científico e manifestando-se pelo direito à livre expressão, atacado pelas ações da TKCSA.

**Histórico do caso** - A TKCSA, buscando intimidar a livre expressão dos trabalhadores-pesquisadores da FIOCRUZ e impor obstáculos às ações e estudos referentes aos impactos à saúde decorrentes de seu complexo siderúrgico, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, ajuizou ações por danos morais, inicialmente contra o pesquisador pneumologista, Hermano Castro, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), e, mais recentemente,

contra o engenheiro sanitarista Alexandre Pessoa Dias, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), ambas unidades da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde do Brasil, além da bióloga Mônica Lima, do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do RJ (SINTUPERJ).

(Disponível

em

<<http://www.asfoc.fiocruz.br/publi/comunicados/2011/PAGINA%20IMPRESSAO/nov-11.htm#>>; acesso em 20 de janeiro de 2012.)

Na pluralidade dos movimentos sociais que compõem a frente de resistência à instalação da TKCSA, estão diversas associações de pescadores que atuam na Baía de Sepetiba. As diferenças nos modos de vida dessas diversas categorias de trabalhadores são enriquecedoras na construção do movimento. Assim, o próximo subcapítulo analisará o espaço do pescador artesanal da Baía de Sepetiba.

### **3.1 A luta em defesa do território de trabalho da pesca artesanal**

O trabalho, ao contrário do que muitos afirmam, é o fundamento da história. Do excedente do trabalho surgiu o Estado e as classes sociais. A sociedade cria e recria o espaço geográfico, emanada que é do trabalho, esse elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (MARX, 1985).

Não se tem hoje um mundo pós-industrial, nem um mundo pós-trabalho, pois até mesmo no período de crise de superprodução que se vai experienciando, não se acumula capital sem se explorar o trabalho-vivo. A crise de superprodução é a contradição mais evidente do processo de acumulação de capital: de um lado, sofisticadas máquinas paradas e o desespero de milhares de trabalhadores, altamente qualificados, mas destituídos de emprego, e vivendo na penúria, ao mesmo passo que também lhes são suprimidos mais direitos sociais mediante o sucateamento sistemático dos serviços públicos de saúde, de educação e de previdência social; de outro lado, bilhões de capitais em forma virtual, ou montanhas de papéis e títulos formando as infovias dessa busca de sobreacumulação. Mas sem mais-valia não se acumulam montanhas de papéis, é preciso um processo incessante de transformar em mercadoria a natureza, com a modernização contínua que se empenha em suprimir direitos sociais.

Este desdobramento expropria os pescadores artesanais das águas da Baía de Sepetiba e leva-os a novas condições históricas de organização. Nisto evidencia-se uma dialética, sobre

a qual lança luz este *humanismo concreto* com que Ribeiro (2005, p. 124) vê o território na contemporaneidade: “Encontram-se em jogo, efetivamente, os sentidos do moderno no próprio âmago do espaço banal. Este espaço, como abrigo de todos, constitui, ao término, a aparência-essência das lutas de apropriação e o desiderato das territorialidades possíveis”.

**Figura 1- Área de conflitos territoriais:  
a pesca artesanal e o complexo siderúrgico-portuário**



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC). Imagem do Google Earth [2012 ou 2013].

O Ministério da Pesca e Aquicultura define pescador artesanal como sendo o profissional que, devidamente licenciado por esse ministério, “exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcado ou em embarcações de pequeno porte” (disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/monitoramento-e-controlex/regime-nacional-de-certificacao-de-captura/19-autorizacao-complementar-de-anchova>>; acesso em 10 de dezembro de 2012) .

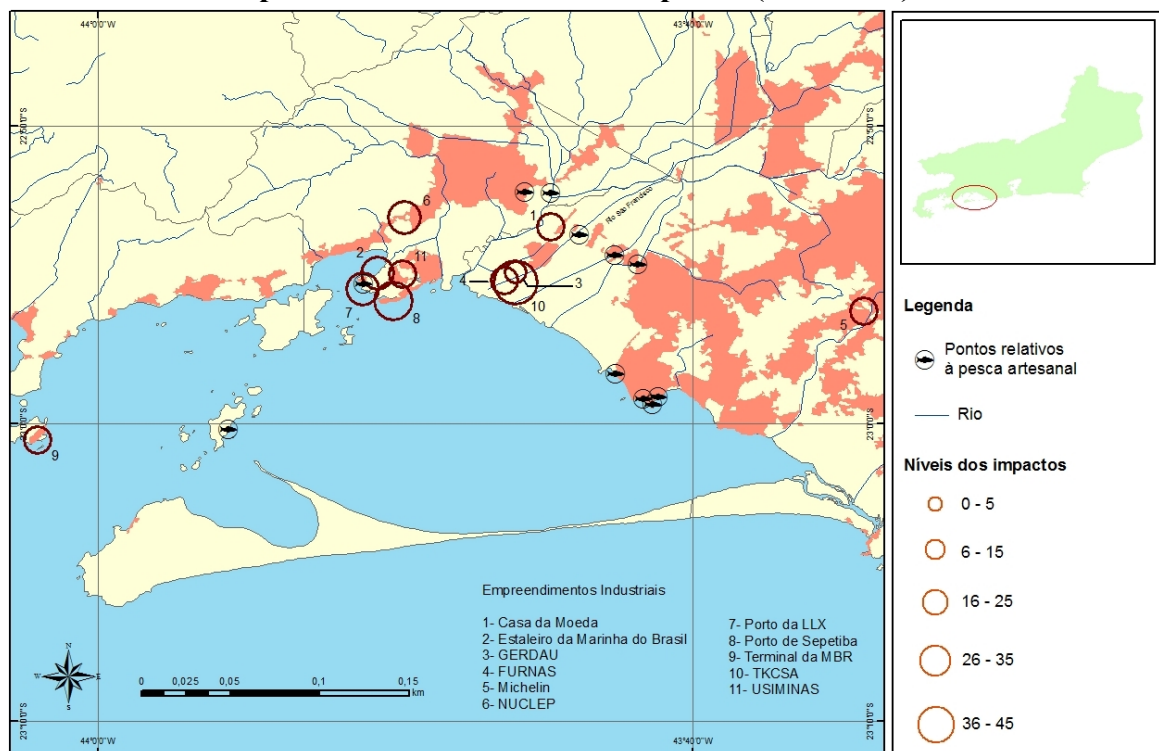
Com o trabalho que exercem, os pescadores artesanais contribuíram para nascerem as primeiras povoações litorâneas do Brasil, de sorte que eles, bons conhecedores que são do ambiente onde trabalham (o mar, as marés, os manguezais, os rios, as lagoas, os peixes), puderam dar essa contribuição histórica apropriando-se relevantemente, como ainda se apropriam, de valores de troca da natureza.

A pesca artesanal é uma cultura passada de pais a filhos. Tal ficou evidente durante este trabalho de pesquisa: quando entrei em casa de uma família de pescadores, residentes nas margens do Canal do Itá, um dos mais poluídos dentre os que afluem à bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba, em Santa Cruz. Assim se expressou um pescador, enquanto seu pai, ao lado, consertava uma rede:

Hoje, usamos o Canal do Itá apenas para navegar até a Baía de Sepetiba, mas quando eu era criança havia peixes no canal. Há poucos anos, pescávamos nessa época do ano muita tainha. Matávamos uns trinta quilos. A gente comercializava a maior parte do pescado. Depois da instalação da TKCSA os peixes sumiram. Até agora não apareceu a tainha. Tem que ir muito longe para pescá-las. Lá pra perto da restinga. É preciso ter embarcações maiores. Aqueles que têm barcos menores matam apenas pequenos bagres de papo amarelo. Muitos estão abandonando a pesca. Os peixes sumiram. Muita poluição. O barulho dos barcos, navios. Os pescadores que descem pelo Canal de São Francisco sofreram mais com a TKCSA. Os peixes sumiram. (A.S., 20 nov. 2012.)

Donde a menção aqui ao território de trabalho e, portanto, de cultura, às técnicas de apropriação consideradas na densidade social. É engendrada a resistência em defesa do *mercado socialmente necessário*: as trocas de valores de uso feitas de perto, fazendo e refazendo o lugar.

**Mapa 4 - Impactos da modernização nas áreas da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (2012/2013)**



Fonte: Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), IBGE, INEA, 2012.

Nesta pesquisa estende-se o conceito de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2010), pois se analisa um processo adiantado de concentração dos meios de produção: o espaço de adensamentos populacionais urbano-industriais da metrópole do Rio de Janeiro. Geograficamente é de entender o distanciamento dos moradores dos conjuntos habitacionais do entorno em relação à luta dos pescadores, uma vez que a formação desse espaço geográfico se traduz numa sociedade do mercado de terras, do dinheiro e da força de trabalho: o espaço banal.

O pescador Isac, da Associação dos Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba (AAPG), expõe a situação:

O ano de 2006 é considerado pelos pescadores como aquele que foi o início do aprofundamento da crise da atividade pesqueira na baía de Sepetiba, porque é quando chega ao Rio de Janeiro a empresa internacional de origem alemã denominada de TKCSA para ser implementada em Santa Cruz, trazendo o velho discurso da geração de emprego e de renda para a população, mas de forma covarde e com toda a arrogância, que lhe é peculiar, ignorou a população local e as milhares de famílias de pescadores que viviam da pesca em toda a baía. (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012.)

Para se instalar o complexo siderúrgico nas margens da baía, também sofreram remoção dezenas de famílias de trabalhadores organizadas pelo MST, que buscavam a posse da imensa área às margens do Canal de São Francisco, para ali plantarem. O discurso do emprego tomou conta da massa de trabalhadores que residem nos conjuntos habitacionais do entorno da siderúrgica. Os trabalhadores da pesca artesanal, diretamente ligados ao meio de produção, receberam certo apoio dessas comunidades, já que os moradores do entorno ficavam, na maioria, obrigados a lutar cotidianamente para satisfazer as suas necessidades básicas num ambiente urbano-industrial. Como observa ainda o pescador:

A propaganda do emprego é algo que consegue derrubar qualquer resistência. A propaganda do governo para a criação de empregos conseguiu quebrar a resistência que tentaríamos ter com os moradores. Os moradores ficaram encantados com as propagandas de emprego e com a possibilidade de haver muitos postos de trabalho. Muitos dos empregos esperados não chegaram. Não há pescador trabalhando nessa siderúrgica. Temos 7.000 pescadores fora da pesca, nenhum está trabalhando. A CSA tem 2.500 funcionários diretos, em Santa Cruz apenas 325. Assim, pois, fica provada que a propaganda do emprego é falha, pois não foram gerados empregos para o pescador e para o morador de Santa Cruz. (Jornal do SEPE Regional IX, maio 2012.)

Aqui, entende-se de modo claro a formação da sociedade burguesa, resultante da expropriação dos meios de produção do homem que vive do seu próprio trabalho. Esse transformar da natureza em mercadoria, feito para favorecer a acumulação de capital, não acontece sem a “expropriação das terras comuns”. Modifica-se cotidianamente o espaço

da pesca artesanal, para se servir a interesses estranhos ao cotidiano do lugar. Narra o mesmo pescador:

A empresa teve todo o apoio do Estado e feriu a legislação brasileira ao construir o empreendimento em uma área de preservação permanente e destruir uma grande área de manguezal. Além disso, construiu um grande porto com uma ponte de acesso com 3,8 km sobre uma área de desova de peixes crustáceos e moluscos, inviabilizando a desova dos mesmos. Temos visto desaparecer em nossa baía algumas espécies de pescado tais como: linguado, bijupirá, caranha, pescada amarela, sargo de dente, mero, garoupa, cherne, badejo entre outros. (Jornal SEPE Regional IX – out. 2012)

Assim se entende aqui a *expropriação*, conceito trabalhado por Fontes (2010). Expropriam-se os meios de produção às famílias que os utilizam para o seu próprio sustento. Não é importante para os grandes conglomerados capitalistas que haja a baía como ecossistema natural, tão valioso, todavia, para as atividades pesqueiras. Mas ao capital funcionante, alimentador do capital fictício (FONTES, 2010), é necessário circularem toneladas de minério e de chapas. Os produtos articulam um mercado que abrange vários pontos do planeta, já que as chapas de aço produzidas pela TKCSA vão para as siderúrgicas dela no Alabama (Estados Unidos) e para países da Europa. O território do mercado socialmente necessário de peixes e moluscos é invisível para essa lógica imposta por interesses distantes. Nas palavras de Zborowski (2008 p.99):

[...] apesar das riquezas naturais e das condições ambientais favoráveis à navegação, a prioridade dada pelas políticas públicas na região não foi o desenvolvimento pesqueiro, por sua riqueza e abundância de vida marinha; ou ao turismo, devido a grande beleza cênica da região, além das diversas praias, ilhas e cachoeiras. Outros critérios foram levados em conta. Protegida pelo cordão arenoso da restinga de Marambaia, possui águas calmas, profundas, além de proteção contra ventos, essas condições favoreceram a implantação do Porto de Sepetiba, no município de Itaguaí, em 1982. As condições favoráveis ao aporte de navios de grande dimensão e a posição estratégica no território brasileiro, uma vez que localiza-se no mais importante entorno geoeconômico do Brasil, onde, num raio de pouco mais de 500 km, estão situadas empresas industriais e comerciais responsáveis pela formação de aproximadamente 70% do PIB brasileiro.

É no contexto de semelhante apropriação-expropriação do território que se entende nesta pesquisa a questão dos trabalhadores da pesca artesanal com os agentes considerados hegemônicos: de um lado, o grande capital e o Estado brasileiro, assim como a força dos grandes meios de comunicação e seus diferentes aparelhos formadores de opinião; de outro lado, o movimento social que aglutina diversas organizações junto às associações de pescadores artesanais em defesa do território de trabalho de seus representados. Listam-se abaixo muitas associações de pescadores artesanais da Baía de Sepetiba:

**Quadro 1 - Associações de pescadores  
dedicados à pesca na Baía de Sepetiba**

---

Associação de Pescadores do Canto dos Rios (APESCARIOS)
<u>Endereço: Estrada do Curtume, 87, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ</u>
Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba (APAS)
<u>Endereço: Rua da Madeira, 169, Praia do Cardo, Sepetiba, Rio de Janeiro, RJ</u>
Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba (AAPPG)
<u>Endereço: Rua Márcia Mendes, 25, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ</u>
Associação dos Pescadores e lavradores da Ilha da Madeira (APAIM)
<u>Endereço: Estrada Joaquim Fernandes, 349, Ilha da Madeira, Itaguaí, RJ</u>
Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM)
<u>Endereço: Praia Saco de Dentro, Itaguaí, RJ</u>
Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande (AMACOR)
<u>Endereço: Avenida Antônio Martins, s/n, Coroa Grande, Itaguaí, RJ</u>

---

Segundo trabalho de Resende (2010, p. 2):

A Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro ou FEPERJ, representação máxima da pesca no Estado que se submete somente a Confederação a nível nacional é uma instituição centralizadora das ações voltadas para a pesca em suas 27 Colônias de atuação regional, que por sua vez se divide em Capatazias com atuações locais ligadas diretamente ao dia-a-dia do pescador. As Colônias na verdade são unidades independentes com suas políticas e planejamento, como estudado no Estado do Rio de Janeiro, sempre teve uma função de representatividade da categoria desde sua fundação no início do século XX pela Marinha do Brasil, mas só a pós-Constituição de 1988 foi elevada a categoria de sindicato com reconhecimento presidencial somente em 2009.

Essas mudanças provocam uma reorganização territorial, pois a FEPERJ como representatividade das Colônias agora sindicato, passa há ter uma força de influência na política e planejamento que não possuía antes, possibilitando se tornar um agente territorial mesmo que não tenha a mesma visibilidade dos já atuantes.

Diante disso, infere-se que, embora as associações de pescadores representem os interesses da base da pesca artesanal, a FAPERJ e as colônias de pescadores são, do ponto de vista jurídico e institucional, os órgãos legais de organização desses trabalhadores.

### 3. 2 O direcionamento na privatização dos recursos públicos

Os recursos oriundos do produto da força do trabalho são reduzidos para a manutenção da reprodução da classe trabalhadora e direcionados principalmente para os grandes conglomerados transnacionais. Assim, também as chamadas renúncias fiscais vêm dar mobilidade aos capitais em busca de ampliação, e desta forma, segundo (SANTOS, 2000), os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta numa globalização perversa.

A modernização tem-se reestruturado no Brasil desde as primeiras décadas da redemocratização. O BNDES aprovou, em 20 de julho de 2007, um financiamento 1,48 bilhão de reais, para serem usados na compra de máquinas e equipamentos nacionais para o complexo, o maior empreendimento do setor no país em vinte anos (Revista Valor Econômico, *apud* Senado).

Fartos recursos do BNDES e vultosas renúncias fiscais direcionaram o Estado aos projetos das grandes corporações e ao grande capital em geral, que reorganizam o espaço geográfico neste limiar do novo século no Brasil. Neste sentido é que se pondera aqui a frente de movimentos sociais na resistência ao avanço das ordens da acumulação de capital. Busca-se uma nova geografia produtora das territorialidades das comunidades tradicionais invisíveis aos grandes projetos hegemônicos. Assim, em 28 de março de 2007, representantes do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba, congregando ecológicos, entidades de pescadores e comunitárias, foram recebidos no BNDES por representantes do Departamento de Indústrias de Base e do Departamento de Meio Ambiente, da CSA, quando se reproduziram os argumentos suscitados na Ação Civil Pública 2006.001.059224-6, conforme publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 21/05/2007:



Expediente do dia: 10/05/2007

Ação civil pública

Proc. 2006.001.059224-6 - ASSOCIACAO DOS PESCADORES E LAVRADORES DA ILHA MADEIRA APLIM (Adv(s). Dr(a). CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND (RJ-087458)) X COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO CSA (Adv(s). Dr(a). KARINA STERN DE FREITAS DE SIQUEIRA (RJ-099412)), Procurador: RENATA SOARES BECHARA

(PGE) Despacho: Ao Ministério Público

Em consonância com o processo de reestruturação da acumulação capitalista a expansão da Zona Industrial de Santa Cruz no período citado acima, tem enorme fomento do Estado, para o que este se vale tanto de recursos da poupança pública, tais como os aportes do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), em poder do BNDES, quanto de papéis da dívida pública (veja-se o Anexo D).

#### Fotografia 1 - Manifestação em defesa da pesca artesanal à porta do BNDES



Fonte: Acervo do SISEJUFE. 2 ago. 2012.

Então, os recursos destinados à reprodução da força de trabalho são reduzidos no presente período comprometendo as próximas décadas, conforme a informação abaixo:

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna subiu 2,65%, passando de R\$ 1,833 trilhão para R\$ 1,882 trilhão. Isso ocorreu porque o Tesouro emitiu R\$ 34,77 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Desse total, grande parte decorreu da emissão para o BNDES, por meio da qual o Tesouro Nacional lança títulos públicos e empresta os papéis para o banco de

desenvolvimento, que os vende no mercado para ampliar o capital. No pacote de estímulo à indústria lançado em abril, o governo anunciou o repasse de R\$ 45 bilhões em títulos públicos para o BNDES. Esse mecanismo tem sido usado para reforçar o capital do banco, que pode ampliar os financiamentos a empresas nacionais. Desde 2009, o governo injetou R\$ 245 bilhões na instituição financeira: R\$ 100 bilhões em 2009, R\$ 80 bilhões em 2010, R\$ 55 bilhões em 2011 e no início de 2012, e mais R\$ 10 bilhões no mês passado. (Empresa Brasil de comunicação, 23 jul. 2012)

Por isso sustenta-se aqui a hipótese de que um novo setor popular, o Partido dos Trabalhadores, no governo Lula, entrou para o comando do poder hegemônico e faz, assim, a sua revolução passiva, ou, como diz Vianna (1997), pois realizou-se uma revolução sem revolução. Promoveu-se o desenvolvimento das forças produtivas sem haver rupturas com as relações sociais anteriores e prevalecentes, mas mesmo assim sofreram um processo de mudança. As forças produtivas desenvolveram-se com o fortalecimento do mercado interno brasileiro na primeira década do séc. XXI (IBGE, 2010), tal como também ocorreu a política de investimento em infraestrutura, em bens de capital e no aumento da produção de bens de consumo duráveis, no Período JK e também na década de 1970, quando vigorava a ditadura militar. A modernização da primeira década do século XXI difere da anterior, a qual, ocorrida sob as ordens da ditadura e batizada com o nome de *Milagre Brasileiro*, se executou reprimindo fortemente as reivindicações operárias e populares, visto que:

As bases do milagre se assentavam sobre a “recessão controlada” nos anos anteriores, e sobre a capitalização do Estado através do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional. Tal política econômica impulsionava o desenvolvimento, através do investimento em infraestrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos a baixo custo nas estatais. Mas, além disso, o “milagre” tinha outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam e muito a lucratividade do setor privado. (MATTOS, M, 2003, pp. 55 e 56)

Segundo Harvey (1992), o capitalismo monopolista keynesiano, baseado no paradigma tecnológico rígido de produção em série e em larga escala, conheceu na década de 1970 inovações tecnológicas assentes na informática, na robótica e na automação, e que permitem produzir flexivelmente, isto é, produzir vários modelos para as diversas faixas de mercado e em conformidade com a demanda, fazendo aumentar a produção nas conjunturas de crescimento, e reduzindo-a em períodos recessivos. Harvey (*ibid.*) adverte em que a nova base tecnológica não apenas sana os problemas de estoques e de superprodução, como ainda faculta dispensar trabalhadores, gerando o problema do desemprego estrutural. Por outro lado, observa ainda, o Estado que deu condições a que se alavancasse o desenvolvimento econômico do pós-guerra, experimenta séria crise de déficit fiscal e torna-se parco de

recursos com que manter a malha territorial estatal (as empresas públicas, a infraestrutura de transportes e de telecomunicações).

Nesse contexto da década de 1970, com a crise do petróleo e a recessão econômica resultante dessa crise, foram a superprodução e as primeiras dívidas públicas os elementos iniciais da crise do fordismo e do surgimento de novos contextos que a seguir originaram o pós-fordismo, entre os quais figuram a precarização das relações de trabalho e a expropriação de direitos básicos da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo que os portos voltados à exportação de minério de ferro nas águas Baía de Sepetiba, começa-se a construir também um imenso complexo industrial siderúrgico. O desenvolvimento brasileiro do período considerado assinalou-se por amplos aportes do Estado aos empreendimentos das grandes corporações transnacionais. Nesta conjuntura de início de século, instalam-se no espaço geográfico brasileiro novas bases fixas. O contexto socioambiental das margens da Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, efetiva-se como lugar preferido das grandes siderúrgicas e mineradoras dedicadas à exportação. Ignora-se a territorialidade da pesca artesanal, e propositadamente se trata a dinâmica da existência do lugar como se ele fosse invisível. Nota-o o pescador Isac:

Eu soube logo no início das obras quando disseram que iriam construir uma ponte em cima da “maternidade”. Porque ali onde eles fizeram aquela ponte de quatro quilômetros é exatamente em cima do local de procriação natural do camarão, é a maternidade, o local de criação de peixes. Então nós como pescadores já visualizamos o problema e ficamos muito preocupados com o lugar escolhido pela empresa para a construção daquela ponte. E eu acho que se houvesse preocupação ambiental por parte das nossas autoridades eles nunca permitiriam a construção daquilo ali. (Jornal do SEPE Regional IX, 13 fev. 2012, p.2.)

As formas herdadas, como a pesca artesanal, ficam sob pressão, numa baía que, desde a década de 1970, vem sendo apropriada pelo tráfego de navios de grande calado, ideais para o transporte de chapas de aço e minérios, gerando-se uma infraestrutura ferroviária que promove a ligação entre a fonte da matéria-prima, situada no Quadrilátero Ferrífero, na serra do Espinhaço, Estado de Minas Gerais, e os portos da Baía de Sepetiba, no litoral do Oceano Atlântico. É uma geografia para exportar o território. Afirma Santos (2006, p. 356):

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que, desse modo, a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução dos problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado.

As diferenças do espaço geográfico originam-se da história dos lugares, a qual, por sua vez, é a história do mundo. Não houvesse os lugares com suas singularidades, não haveria história, nem geografia. A acumulação de capital necessita deste efeito, porque:

O ponto fundamental é que o capitalismo – ou se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual. (SOJA, 1993, p.132)

Os protagonistas dos movimentos sociais que propõem a resistência à instalação dos projetos hegemônicos, dizem não à acumulação ampliada do capital. Uma luta local, mas, que pode ser considerada um avanço da consciência da classe trabalhadora, na medida em que discute e desnaturaliza o mito do desenvolvimento econômico e sua ideologia.

Segundo Harvey (2003), está varrendo o mundo uma nova onda de “expropriação de terras comuns”, e a ação do Estado com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade desempenham um papel crucial no apoio de tal processo. No caso estudado na presente pesquisa, esta nova onda apoia-se nas políticas de renúncias fiscais em favor do grande capital, exemplificadas na promulgação da Lei 4529 de 31/05/2005, que de todo isenta de ICMS, por vinte anos, a construção, a pré-operação e a operação do complexo siderúrgico da TKCSA.

**Quadro 2 - Renúncias fiscais do governo do Estado do Rio de Janeiro em favor da TKCSA (até 2010)**

	A	B	C	D	E	F	G
2	<b>Diploma Legal</b>	<b>Num Diploma Legal</b>	<b>Valor 2007</b>	<b>Valor 2008</b>	<b>Valor 2009</b>	<b>Valor 2010</b>	<b>Total</b>
3	Decreto	4.529/2005	R\$ -	R\$ -	R\$ 24,450,382	R\$ -	R\$ 24,450,382
4	Lei	4.529/2005	R\$ -	R\$ -	R\$ 14,505,450	R\$ 5,850,267	R\$ 20,355,717
5	Decreto	4.529/2005	R\$ -	R\$ 250,365,133	R\$ -	R\$ -	R\$ 250,365,133
6	Lei	4.529/2005	R\$ 100,588,288	R\$ -	R\$ -	R\$ 7,648,197	R\$ 108,236,485
7	Decreto	nº 27.427/00 Livro XV, Título I, Capítulo I/2000	R\$ 6,650	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,650
8	Convênio	ICMS 27/1990	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 97,914,871	R\$ 97,914,871
9	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II, do Livro I./2000	R\$ 22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22
10	Decreto	38.501, Artigo 2./2005	R\$ -	R\$ 6,818,857	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,818,857
11	Decreto	38.501, Artigo 2/2005	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,805,965	R\$ -	R\$ 8,805,965
12	Convênio	52/1991	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,704,903	R\$ -	R\$ 6,704,903
13	Convênio	ICMS 52/1991	R\$ 165,604	R\$ 21,839,698	R\$ 20,284,756	R\$ 1,587,873	R\$ 43,877,931
14	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II do livro I/2000	R\$ -	R\$ -	R\$ 425	R\$ -	R\$ 425
15	Decreto	27.427, Art. 13, Inciso I do livro XI./2000	R\$ 2,770,568	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,770,568
16	Decreto	27.427, Art. 13, Inciso I do Livro XI./2000	R\$ -	R\$ 531,171	R\$ -	R\$ -	R\$ 531,171
17	Decreto	27.427, Art. 13, Inciso I do livro XI/2000	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,797	R\$ -	R\$ 25,797
18	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II do livro I/2000	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,831	R\$ -	R\$ 4,831
19	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II do Livro I./2000	R\$ -	R\$ 8	R\$ -	R\$ -	R\$ 8
20	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II do Livro I/2000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11,331	R\$ 11,331
21	Decreto	27.427, Art. 47, Inciso II, do Livro I./2000	R\$ -	R\$ 7,323	R\$ -	R\$ -	R\$ 7,323
22	Convênio	ICMS 52/1991	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,160,475	R\$ 4,160,475
23	Decreto	Art. 52, Inciso I, Livro I do Decreto 27.427/2000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 39,443	R\$ 39,443
24	Decreto	4.529/2005	R\$ 393,755	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 393,755
25	Lei	4.529/2005	R\$ -	R\$ 118,200,791	R\$ -	R\$ -	R\$ 118,200,791
26	Convênio	ICMS 52/1991	R\$ -	R\$ 27,072	R\$ -	R\$ -	R\$ 27,072
27	Decreto	27.427, Art. 13, Inciso I do Livro XI./2000	R\$ 31,233	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 31,233
28	Decreto	27.427/2000	R\$ -	R\$ 1,290,417	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,290,417
30		TOTAL	<b>R\$ 103,956,119</b>	<b>R\$ 399,080,468</b>	<b>R\$ 74,782,509</b>	<b>R\$ 117,212,457</b>	<b>R\$ 695,031,554</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda. 2011.

Encarrega-se o Estado de rearranjar a integração entre o espaço herdado e o espaço projetado pelos agentes hegemônicos, formar a geografia da nova divisão territorial do trabalho do contínuo processo de acumulação de capital:

Que é que se torna geograficamente diferenciado? A lista começa pelas taxas de lucro, parâmetro crucial, mas também inclui a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os índices de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes. Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e infraestrutura social, da concentração localizada dos meios de controle de mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção. Todos eles fazem parte espacialização complexa e distintiva que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde a sua origem. (SOJA, 1993, p.132)

A relativa proximidade entre Baía de Sepetiba e o Quadrilátero Ferrífero, sito na Serra do Espinhaço, Estado de Minas Gerais, não resulta da posição geográfica de um lugar em relação ao outro, mas do fato de que o Estado interveio construindo a linha férrea que principia no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, transpõe a Serra do Mar e atravessa o Vale do Paraíba, até chegar ao Planalto Brasileiro. No decorrer de vários períodos construiu-se a estrada de ferro, à medida que as suas partes se interligavam conforme os interesses de sucessivos agentes econômicos. Assim, o ramal Mangaratiba, construído na segunda metade do século XX, foi deixando, até os últimos tempos da ditadura militar, de usar-se para o transporte de passageiros, e então passou a servir exclusivamente ao transporte de minério de ferro. Com a política de privatizações iniciada após o fim da ditadura, a ferrovia tomou o nome de MRS Logística S.A. nos meados da década de 1990:

A MRS Logística é uma concessionária que controla, opera e monitora a Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal. A empresa atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. São 1.643 Km de malha – trilhos que facilitam o processo de transporte e distribuição de cargas numa região que concentra aproximadamente 55% do produto interno bruto\* do Brasil e estão instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha da MRS também é possível alcançar os portos de Itaguaí e de Santos (o mais importante da América Latina).

O foco das atividades da MRS está no transporte ferroviário de cargas gerais, como minérios, produtos siderúrgicos acabados, cimento, bauxita, produtos agrícolas, coque verde e contêineres. (MRS Logística. Disponível em: <[http://www.mrs.com.br/aempresa/apres\\_institucional.php](http://www.mrs.com.br/aempresa/apres_institucional.php)>. Acesso em: 10 jan. 2013.)

O declínio da atividade agroexportadora no Vale do Paraíba e a transição para a sociedade urbano-industrial terminaram por reorientar o uso da ferrovia, consagrando-a ao transporte de cargas. Hegemônica como foi a territorialização do capital, cujas bases quase todas têm matriz no exterior, extinguiu-se a flexibilidade de uso da ferrovia. Esta, se antes transportava passageiros e mercadorias, agora presta-se exclusivamente ao transporte de cargas para as siderúrgicas sediadas no entorno da Baía de Sepetiba, assim como para o exterior. A rigidez do território usado, à qual se refere Santos (2006), engendraram-na ali as bases fixas do capital, em detrimento de outras territorialidades. A produção social fica submetida a uma racionalização privada, o espaço que foi chão das políticas de modernizantes

da ditadura torna-se o espaço da globalização de empresas gigantescas. Está presente o que Santos (2006, p. 355) interpreta como “uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segunda as circunstâncias, mas, em todo o caso, regulada. O ‘mundo’ não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e dos poderes locais nos seus diversos níveis”.

Na luta por autonomia classista, os movimentos sociais buscam uma regulação proposta pelo conjunto da classe trabalhadora, a denunciarem quanto o Estado se revela partidário da acumulação capitalista, garantidor de que se mantenha favorável às grandes corporações a concentração do controle da mais-valia.

Assim, o conceito de *acumulação primitiva* permanente, ampliado por Harvey (2010) no conceito da *acumulação por espoliação*, serve de base à afirmação de que se expropria o território (SANTOS, 2006), de que se exporta o território e se desterritorializam as formas autônomas de reprodução da vida. O Estado assegura que se mantenha a acumulação do capital, resguardando legalmente a expropriação dos espaços comuns, a qual se dá em conflito com a pesca artesanal, e com outras formas de trabalho, consumo e *apropriação ordinária* do território (RIBEIRO, 2005).

### **3.3 Portos industriais na Baía de Sepetiba: impactos na produção da pesca artesanal**

A Baía de Sepetiba, tal como a define o Instituto Estadual do Ambiente (IEA, s/d), “é um corpo de águas salinas e salobras, que se comunica com o oceano Atlântico por meio de duas passagens, na parte oeste entre os cordões de ilhas que limitam com a ponta da Restinga, e na porção leste, pelo canal que deságua na Barra de Guaratiba”. O Canal de São Francisco deságua nessa baía, na parte que compreende o bairro de Santa Cruz, sito no extremo oeste do Município do Rio de Janeiro. Aí está o megacomplexo siderúrgico do Atlântico Sul, a CSA.

**Fotografia 2 - Píer sobre um território de trabalho dos pescadores artesanais: o manguezal**



Fonte: Jornal da TKCSA. 2008.

Os pescadores da Baía de Sepetiba, difusamente organizados, discutem as leis ambientais que estorvam a pesca artesanal, mas, permitem que os grandes empreendimentos se instalem. Não se podem mais usar certas redes; não se pode fazer o cercado, cuja técnica é uma tradição de famílias da região. Patenteia-se nisto que o Estado executa “expropriação das terras” comuns na baía, sob o manto da política de proteção ambiental. Assim, nos informou o pescador:

Atualmente não faço mais esse tipo de pesca. O governo criou muitas leis que praticamente inviabilizaram nossa atividade. Aqui na Baía de Sepetiba, em 2004, foi editada uma resolução do CONAMA, órgão que gerencia nossa atividade, proibindo a pesca de arrasto na Baía de Sepetiba. Acabou com praticamente com 60% de nosso território com a intenção da criação desses empreendimentos. Aqui nada faz sem segundas intenções, pois eles não estavam preocupados com a pesca do arrastão. Aqui não havia nenhum tipo de fiscalização, trabalhávamos à vontade. Quando fizeram tudo isso tiraram 60% dos pescadores da Baía de Sepetiba. Naquela época em nossos encontros falávamos com eles que iria chegar o dia que iriam proibir a pesca de rede de espécie. Hoje eles já proibiram um tipo de rede aqui.” (Isac, 8 out. 2011.)

Desta fala do pescador vê-se que o capital não se acumula somente com a produção propriamente dita da sociedade urbano-industrial. A extração de mais-valia e a formação do capital efetuam-se no chão da fábrica, porém a expropriação das “terras comuns” pela burguesia capitalista é imprescindível para a eficácia do processo. A transformação dos espaços comuns em mercadoria é uma das características inerentes desse processo contínuo.



**Fotografia 3 - Manifestação do movimento social em frente ao portão da TKCSA**



Fonte: Jornal do SEPE Regional IX. Out. 2012.

Os pescadores estranham que “os políticos” — como chamam eles aos mandatários do Executivo e do Legislativo — defendam os empreendimentos que estão tomando os territórios da pesca artesanal. Acontece que o Estado participa ativamente nessa expropriação, utilizando-se da sua falsa neutralidade como um dos instrumentos ideológicos com que ajuda o capital a promover a alienação do espaço geográfico. O Estado não é neutro, a-histórico, alheio à superestrutura econômica dominante, e sim pertence às relações de poder sobre as quais se funda o modo de produção capitalista. A este respeito são esclarecedoras as palavras de Wood (2003, p. 33):

Algumas instituições políticas e jurídicas existem independentemente das relações de produção, ainda que ajudem a sustentá-las e reproduzi-las; e talvez o termo “superestrutura” devesse ser reservado para elas. Mas as relações de produção tornam a forma de relações jurídicas e políticas particulares, modos de dominação e coerção, formas de propriedade e

organização social, que não são meros reflexos secundários, mas constituintes dessas relações de produção. A “esfera” da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os atributos de um sistema produtivo particular.

O Estado não existe precipuamente para gerar e proteger direitos às massas, antes está ele todo a serviço da acumulação do capital. Deve-se lembrar que os direitos da maioria, e esta não os tem tão abundantes, não se conquistaram, ainda os menores deles, senão à força de tenazes e dolorosas lutas e árduas negociações com a classe dirigente. E mesmo assim, tais conquistas, que, reconhece-o Tilly (TILLY, C. 1996), em geral tornam o Estado mais civil, são em muitos casos avanços sociais que não beneficiam a maioria sem mais ainda satisfazerem aos interesses capitalistas de reprodução da força de trabalho, no processo de se construir a sociedade urbano-industrial. Essas conquistas ajudam a legitimar o Estado, reforçando a noção falaz de que ele se consagra a melhorar imparcialmente as condições de vida da sociedade inteira, enquanto a direção política burguesa de que se rege nas suas decisões, o compromete em manter a plasmarem a geografia do mundo os processos de extrair a mais-valia e de expropriar as *terras comuns*. Quando se repara nessa parcialidade classista do Estado, com maior clareza se compreendem as diferenciações que se infundem no espaço geográfico e a maneira como neste se entranha e se ergue o modo capitalista de produção. Vê-se, como o salienta Thompson (2001), que onde as lutas da classe trabalhadora frutificam, aí se produz uma geografia nova.

Com as suas zonas de mangue e de estuário a servirem de criadouro natural para numerosas espécies da fauna e flora, a Baía de Sepetiba é importante, desde há muito, para o sustento dos pescadores da região, além de constituir-se num sistema cuja riqueza ambiental, embora esta nem sempre respeitem os lucrativos empreendimentos capitalistas, ainda se presta não só à navegação, mas também ao turismo, graças à beleza da sua paisagem, a que não falta o encanto cênico de ilhas e cachoeiras. E, no tocante aos pescadores artesanais, vívido exemplo do valor desta baía descobre-se na Restinga de Marambaia, cujas areias, elevadas só uns poucos metros acima do nível do mar, entretanto formam como um dique, atrás do qual se isola consideravelmente do oceano uma pequena fração das águas da Baía de Sepetiba, delineando uma área assaz valiosa para estes pescadores, que dela tiram a subsistência das suas famílias.

Ao analisarem-se aqui os movimentos sociais, assume-se a perspectiva sociológica de ver o sujeito construindo-se na sua relação com o outro, na sua alteridade, e compreende-se portanto que o movimento contra a instalação do complexo siderúrgico-portuário da Baía de

Sepetiba transcende as lutas de cada uma das entidades que protagonizam tal movimento de resistência, quais sejam os sindicatos, as organizações não-governamentais e as comunitárias.

Por outro lado, entende-se numa perspectiva classista a construção do movimento. Pode-se construí-lo partindo das concepções predominantes na militância do SEPE-RJ. Por outro lado, entende-se numa perspectiva classista a construção do movimento, salientando o papel da militância que o protagoniza, como é o caso do SEPE-RJ, de que sou membro atuante. No *XII Congresso* do Sindicato, em 2008, deliberou-se que 4% da arrecadação do sindicato seriam destinadas aos movimentos sociais, percentual que alguns de nós até aceitaríamos fosse maior, pois todos os membros reputamos fundamentais as questões classistas, e firmemente acreditamos que a organização corporativista dividida em categorias vai contra a finalidade de construir o poder político da classe trabalhadora.

**Quadro 3 - A construção do movimento social de resistência ao complexo siderúrgico-portuário e suas dimensões espaço-temporais**

<b>Dinâmica da escala espaço-tempo</b>	<b>Atos e mobilizações</b>	<b>Lideranças e representações de apoio ao movimento social da resistência / órgãos de direitos humanos e constitucionais</b>	<b>Populações atingidas /segmentos</b>	<b>Representações dos agentes hegemônicos</b>
BNDES, centro do Município do Rio de Janeiro (2005)	Reunião de lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em conjunto com a FAPESCA e CONFAPESCA. Nessa reunião os representantes do MST informam que as 75 famílias que ocupavam o terreno aonde a TKCSA iria se implantar, estava sendo pressionadas a sair sofrendo ameaças da milícia e a pressão da polícia militar.	MST FAPESCA CONFAPESCA	Trabalhadores sem-terra e pescadores artesanais	BNDES
Baía de Sepetiba – Estado do Rio de Janeiro (jan. 2007)	Protesto no mar com 52 embarcações tomando e ocupando a draga, paralisando assim os trabalhos da obra da siderúrgica por um dia inteiro.	Pescador Luiz Carlos (APESCARI)	Pescadores artesanais	TKCSA
Lima, Peru (13 a 16 maio 2008)	Apresentação de denúncia sobre irregularidades e crimes cometidos pela TKCSA no Tribunal Permanente dos Povos.	Ambientalista Sergio Ricardo / pescador Luiz Carlos		TKCSA/Empresas transnacionais na América Latina e no Caribe.
Berlim, Alemanha (out. 2008)	Apresentação do caso TKCSA na Conferencia sobre “Transnacionais e Direitos Humanos”	Centro de Direitos Humanos e Constitucionais	Moradores e pescadores artesanais	TKCSA
Centro do Rio de Janeiro, RJ (dez. 2008)	Reunião para denunciar a TKCSA	Pescadores, PACS	Pescadores artesanais	Plataforma BNDES e TKCSA
Salvador, BA (dez. 2008)	Denunciar contra a TKCSA na assembleia de populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento	Pescadores da baía de Sepetiba	Pescadores artesanais	TKCSA e projetos de desenvolvimento
Rio de Janeiro, Santa Cruz (maio 2009)	Passeata e ato do Dia do Trabalhador da Praça do Gado em Santa Cruz até o portão II da TKCSA por quase toda a Avenida João XXIII quando participaram 900 pessoas.	Plenária dos movimentos sociais, Sepe-RJ, Frente internacional dos trabalhadores sem-teto, pescadores, MST, associação de moradores, Asfoc-RJ	Pescadores artesanais e moradores do entorno	TKCSA e grandes projetos de desenvolvimento
Rio de Janeiro – Santa Cruz – (set. 2012)	Reunião no sepe-regional IX para propor que a TKCSA seja transformada numa grande universidade tecnológica	Sepe-RJ, PACS e movimento de pescadores	Educadores, pescadores e dirigentes de organização não-governamental	TKCSA e Estado brasileiro

Fonte: Elaborado em colaboração com o grupo de pesquisa Urbano Território e Mudanças Contemporâneas – FFP/ UERJ, com base em matérias jornalísticas e informações da *linha do tempo* do movimento elaborada pelo professor Alexandre Pessoa. (ANEXO A)

Ao SEPE Regional IX, de Santa Cruz, o núcleo regional territorialmente mais atingido pelo processo de modernização do megaprojeto, coube o papel de contribuir ativamente para a construção do movimento. As entidades protagonistas do movimento de resistência trazem a público os prejuízos resultantes dos projetos multimilionários da TKCSA. E os prejuízos são muitos: a corporação gigantesca usurpa com a enormidade dos seus navios as águas da Baía de Sepetiba, tomando um espaço cada vez maior à pesca artesanal; com os gases das suas siderúrgicas polui o ar, em prejuízo da saúde dos moradores do entorno; com os seus dejetos industriais deteriora o manguezal que se estende pelas margens da baía e pela foz do Canal de São Francisco; e a sua influência política desencadeia perseguição contra a liberdade acadêmica dos funcionários da FIOCRUZ e da UERJ de divulgarem trabalhos seus, em que cientificamente se patenteiam esses e outros males capitalistas da TKCSA.

Para Gramsci, segundo observa Bianchi (2008), são indissociáveis entre si a conquista do poder e a afirmação de um novo mundo econômico e produtivo. Com base nesta premissa, e diante da modernização que se efetua nestes começos do século XXI, pode-se interpretar a gigantesca estruturação siderúrgico-portuária da Baía de Sepetiba, afirmando-se que as renúncias fiscais, as políticas do BNDES de fomento ao capital e o conseqüente decréscimo do custo de reprodução da força de trabalho advêm desse liame indissolúvel entre o exercício do poder político e os interesses econômicos do mundo que ele rege. No projeto grandioso e socialmente questionável que a TKCSA ali executa, percebe-se a força dos laços que esta, representativa da classe dominante, se patenteia capaz de formar com o poder estatal, e nisto depara-se mais uma, entre infindas amostras possíveis, de que a classe dominante o é tanto econômica como politicamente.

A renovação do Estado pode preceder a modernização da economia. Bianchi (2008) refere-se ao trabalho de Gramsci, para lembrar a reflexão do marxista, natural da Sardenha, acerca de como o Estado italiano primeiramente se modernizou e depois deu vitória às forças políticas da expansão econômica. Bianchi (2008) enfatiza que a situação internacional permitiu ao Estado italiano modernizar-se, e determinou os limites dentro dos quais ocorreu tal modernização.

Com essas referências analíticas, pode-se trabalhar a hipótese de que, na desnacionalização que o Estado brasileiro, em se modernizando, encetou na década de 1990, tem-se na privatização das estatais e na total entrega dos recursos minerais e energéticos aos grandes conglomerados privados transnacionais uma demonstração do indissolúvel liame entre a *superestrutura* a *estrutura*. Bianchi adverte em que há

temporalidades diferentes no interior de uma como da outra, o que, no caso do Brasil, bem se vê na circunstância de o Estado haver promovido a sua própria modernização, alterando pois a superestrutura, para em seguida empenhar-se em modernizar a economia, a estrutura. Releva perceber isso, para se trabalhar a hipótese de que, ao modernizar-se, o Estado brasileiro se antecipou à plena transformação da sua própria economia. Diz Bianchi:

Certo descompasso entre as mudanças ocorridas nesses conjuntos é, até mesmo, previsível muito embora exista uma tendência à adequação de um ao outro. Essa tendência não é, senão, a busca de uma otimização das condições de produção e reprodução das relações sociais capitalistas por meio da unidade econômica e política da classe dominante, unidade que se processa no Estado. (Bianchi, 2008, p. 175.)

Trabalhando o mesmo autor o conceito de *hegemonia*, discorre sobre o conceito de gramsciano de *Estado integral* e, mais adiante, o de *hegemonia encorajada de coerção*, aquela que não só exercem os aparelhos coercitivos do Estado, mas também a sociedade civil, e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. Impende lembrar os intelectuais que ajudaram a pôr o Estado brasileiro nos moldes exigidos pela globalização capitalista, no que formularam orientações para a função coercitiva da política. Bianchi reflexiona, apoiando-se em Gramsci, que o Estado é, *strictu sensu*, o aparelho governamental, encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente, aparelho esse a que também chama Gramsci, nos *Quaderni*, “Estado político” ou “Estado governo”, salientando a importância da luta pela conquista do poder político, ou antes, pela tomada do Estado.

Na sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia cumprem o papel de tornar consensual a política da classe dominante; contribuem para essa consensualidade as igrejas, as escolas, os sindicatos, as associações de moradores, e outras instituições organizativas da sociedade civil. Nas comunidades do entorno da CSA, em vários conjuntos habitacionais contíguos, as associações de moradores relacionam-se com funcionários que trabalham pela Siderúrgica em ações de convencimento. As associações de moradores então complementam o serviço da hegemonia. Em 2011, houve um evento esportivo envolvendo as associações de moradores e a CSA, a *Copa CSA*. Eis aqui a realidade do conceito gramsciano de Estado integral.

Em maio de 2009, promoveu-se uma grande passeata, com o fim de mobilizar as comunidades do entorno para a luta em defesa da pesca artesanal da Baía de Sepetiba e contra os danos ambientais ocorridos desde que se instalou o complexo siderúrgico-

portuário. Foi-se do centro de Santa Cruz até ao portão principal da siderúrgica, perfazendo uma caminhada de aproximadamente 3km. Distribuíram-se milhares de jornais e de panfletos que os movimentos sociais haviam produzido. Era a contra-hegemonia.

O entendimento da formação da classe trabalhadora como um processo contínuo – como um *fazer-se*, pois é um processo ativo o que se estuda aqui –, o entender que tal formação se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos (Thompson, 2004), é ampliado nesta organização da resistência à modernização da geografia do entorno da Baía de Sepetiba. Organizações de trabalhadores da educação, do MST, do MTST, da saúde pública, assim como diversas outras, geram esse fenômeno histórico, unificador duma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.

Thompson (2004) verbera o erro de conceber a estrutura social como algo pronto e acabado e a classe trabalhadora como uma coisa estática. Os que assim erram acreditam que se pode com alguma precisão definir a classe operária como um componente da estrutura social, julgam a consciência uma noção daninha inventada por intelectuais deslocados, visto que tudo que perturba a coexistência harmoniosa entre grupos que desempenham diferentes “papéis sociais”.

A classe como formação, como um *fazer-se*, é compreensível do ponto de vista histórico e cultural. A resistência dos pescadores artesanais contra a implantação da TKCSA (pescadores a quem por vezes a necessidade leva a trabalhar como pedreiros ou ajudantes de pedreiro), é uma luta que se tornou também a dos pesquisadores e professores, dos sem-teto, dos desempregados e dos subempregados. É uma luta que se peleja num período de desemprego estrutural (ANTUNES, 2001), de aumento do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado e informalizado em favor da reestruturação produtiva do capital.

Os numerosos docentes das escolas circunvizinhas à CSA participaram de seminários sobre a questão ambiental promovidos pela siderúrgica com consultoria de organizações não-governamentais. Falava-se muito, debatia-se abundantemente sobre o conceito de sustentabilidade num evento organizado por um joint-venture transnacional que, entre os meses de agosto e setembro de 2010, lançou toneladas de um “pó preto” sobre as residências próximas da fábrica. Nesses eventos omitia-se que a empresa é que provocava os danos. Adoeceram dezenas de moradores.

Em entrevista a Eliomar Coelho, a bióloga Mônica Lima é de opinião que a TKCSA sempre poluirá:

O discurso da inexorabilidade da modernização requer, para se tornar hegemônico, o empenho dos seus defensores em negar o saber dos movimentos sociais contrários aos projetos e, assim, de todas as formas se exercita pressão sobre a militância da resistência. Bianchi (2008) atenta em que, para Gramsci, a coerção e o consenso são inseparáveis na política de Estado. O Estado é força e consenso – a ideologia do progresso. Para Gramsci “força e consenso em política são termos correlatos e onde aparece um o outro não faltará” (*apud* BIANCHI, *op. cit.*).

Representam um avanço nas lutas sociais o movimento dos trabalhadores sem-teto, o movimento dos trabalhadores sem-terra, e outros movimentos de luta de classe organizados no Brasil, na década de 1980, problematizando a concentração da propriedade nas mãos de escassa minoria: não só a concentração de terras no campo, socialmente tensa, mas ainda a de imóveis nas cidades. Não que as militâncias nunca antes houvessem problematizado tais conflitos; sem dúvida os problematizaram, e não poucos militantes que o fizeram foram perseguidos, presos, torturados e mortos pela ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964. Mas agora os conflitos aguçaram-se, por efeito da pressão que exerce o capital com a sua ânsia acumulativa, num período em que, concentrando-se o trabalho morto da forma capital, se propicia anexar quase imediatamente os espaços da globalização. Porém não se globaliza o mundo para as pessoas comuns, para os trabalhadores, majoritários nas metrópoles. Os espaços da globalização fragmentam e verticalizam o mundo, atuando como vetores de normas nas suas redes de escala planetária. De maneira que assim como as redes da globalização possibilitam o imediatismo da ordem dos agentes hegemônicos, assim também acirram elas os conflitos sociais oriundos da luta de classes contra a racionalidade capital-imperialista.

Em meio a esta realidade complexa é que os militantes do movimento resistem à instalação da TKCSA; no meu caso iniciei a minha atividade política na direção da subseção Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, SEPE Regional IX, cuja área geográfica de atuação abarca a área atingida por esse empreendimento econômico do Estado brasileiro: os sub-bairros Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Palmares e Paciência, todos situados na bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba, por eles passando os rios e canais mais poluídos que nesta última deságuam. Grandes conglomerados transnacionais instalam suas bases fixas, conectando-as aos sistemas de redes da globalização. A Baía de Sepetiba abrange esses lugares a que Santos (2006) chama *espaços luminosos*, intensamente ligados aos sistemas da ordem hegemônica.



O conceito de *espaços luminosos* compreende-se por oposição ao de *espaços opacos*, que, segundo Santos (*ibid.*), são aqueles a que falecem as virtualidades necessárias aos fluxos da globalização de capitais. As reflexões de (SANTOS, 2006 p.238) ajudam a perceber que a instalação do complexo siderúrgico-portuário recria o espaço:

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica.

Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informações, e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS 2006, p.238).

Transformam-se as práticas sociais com as verticalidades dos agentes hegemônicos distantes do nosso cotidiano, alienando-se a identidade do lugar e a vida que dele emana. Os sistemas de objetos técnicos preparados para o fluxo de capitais são essas próteses no nosso lugar a cumprirem funções alheias à nossa cidadania plena. Assim, a política de vultosas renúncias fiscais aos grandes conglomerados pelo Estado representa uma das muitas imposições do capital-imperialismo à reprodução da força de trabalho.

Daí converterem-se em mercadorias direitos que anteriormente o Estado capitalista consagrou, o que revela as duas faces de uma mesma política: enquanto aos grandes conglomerados beneficiam as renúncias fiscais, que os poupam da cobrança de bilhões em impostos, aos trabalhadores tiram-se direitos, que se tornam serviços ao alcance apenas de quem os possa comprar.

**Fotografia 4 - Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em Santos, SP, em junho de 2010, para unificar os movimentos sindical e popular e discutir a expropriação do território de trabalho do pescador artesanal da Baía de Sepetiba**



Fonte: Jacaré Parado Vira Bolsa. Disponível em:  
< [http://jacareparadovirabolsa.blogspot.com.br/2010\\_06\\_01\\_archive.html](http://jacareparadovirabolsa.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

A frente dos movimentos sociais, na perspectiva da organização centralizada dos movimentos sindical e popular em escala nacional, escolheu a cidade de Santos, em julho de 2010, para a organização da central sindical e popular.

### **3.4 A análise da prática militante**

Na prática da construção do espaço social é que se entende nesta pesquisa a militância na direção do SEPE Regional IX, em Santa Cruz, militância que motivou o intuito de dissertar sobre o movimento de resistência contra a instalação da TKCSA. O Sindicato construiu o movimento de resistência com mais sindicatos, com ONGs e com diversas outras organizações de movimentos sociais. Um dos sujeitos políticos deste processo é quem analisa academicamente a sua própria militância neste trabalho. Cabe lembrar que:

A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se, sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si, para conhecer as coisas independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis: para constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático. (KOSIC, 2011 p. 28).

As passeatas, os artigos publicados em jornais, as reuniões preparatórias aos atos públicos, e outras formas de atuação do movimento, no trabalho como nas ruas, produzem o espaço social. O indivíduo consegue compreender o *sentido objetivo* da coisa se cria para si mesmo um *sentido* correspondente. Este mesmo sentido por cujo intermédio a descobre e à realidade, é um produto histórico-social (KOSIC, 2011 p.29).

O lugar é o cotidiano, do imediato e da comunicação, ao contrário da passividade apregoada pelas grandes agências noticiosas transnacionais. Difundem-se tantas concepções ideológicas a respeito da globalização, que se pode considerá-la uma fábula. Para compreender o espaço geográfico técnico-informacional, cumpre, pois, ligar os pontos de interesse das grandes corporações no mapa do mundo e perceber que a globalização é uma ideologia.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 2006). Assim, as contradições são partes dialéticas deste espaço banal, onde coexistem as verticalidades e as horizontalidades. É preciso considerar que mesmo que a Baía de Sepetiba, suas ilhas e margens, são pontos privilegiados das corporações internacionais da Siderurgia e das grandes companhias de exportação de minérios, e que esses pontos são espaços de todos os que mudam de função para atender a verticalização das redes. Mas antes das grandes embarcações que tomam os espaços da pesca artesanal, e apesar das grandes embarcações com navios de grande calado, coexiste a pesca artesanal.

**Fotografia 5 – Passeata da resistência à instalação da TKCSA, em maio de 2009, na Avenida João XXIII, em Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro. Os manifestantes percorreram 3km da Praça do Gado aos portões da siderúrgica, que se estava construindo**



Fonte: Acervo do SEPE Regional IX.

A história do presente tem os sujeitos políticos na construção do espaço social. O território, hoje, pode-se formar de lugares contíguos e de lugares em rede, mas esses lugares são os mesmos que formam rede e formam o espaço banal.

A história do presente tem os sujeitos políticos na construção do espaço social. Entende-se, com Milton Santos, que o território “pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 2005, p. 255-256).

É por meio das técnicas que o homem se territorializa e, assim, modifica a chamada primeira natureza criando uma segunda. A primeira natureza, intocada, é portanto a-histórica; a segunda natureza é o espaço geográfico, um híbrido. Então:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2006 p. 29)

É neste sentido que se volta aqui ao conceito de território, um território preñado de história, impuro, e possível de formar com lugares contíguos e lugares em rede. Mas como são esses lugares os mesmos que formam contiguidades ou redes, dentro deles estabelece-se uma contradição vivida entre o mundo e o lugar. E com base nestas premissas consideram-se

neste trabalho os movimentos sociais que constroem a resistência contra o avanço das ordens de acumulação de capital, na busca por uma nova geografia, na fala das territorialidades das comunidades de pescadores invisíveis aos grandes projetos hegemônicos. Assim, segundo o entende Harvey (2010), para muitos comentadores esses novos movimentos, com as suas qualidades especiais, merecem a designação de “pós-modernos”. Mas evidencia-se o caráter classista da luta, quando se leva em conta a expropriação do território de vida e de trabalho, intrínseca ao processo de *acumulação por espoliação*. É um lutar contínuo: anos antes do movimento que resiste contra a TKCSA, a qual principiou a instalar-se nas margens da Baía de Sepetiba em 2006, outros movimentos sociais também opuseram resistência a projetos hegemônicos (um, da prefeitura do Rio de Janeiro, de instalar um aterro sanitário em Paciência; o outro, o de instalar mais uma termoeletrica no município de Itaguaí).

As construções milionárias financiadas com recursos da poupança pública legitimam, com a criação de empregos, o discurso da modernização, e abrigam, mesmo que de forma precária, consideráveis massas que migram do espaço agrário, onde domina o grande latifúndio. Formam-se em volta dos complexos industriais muitos enclaves resultantes da concentração de terras no campo brasileiro.

Neste contexto originaram-se a Zona Industrial de Santa Cruz e os portos destinados aos navios que exportam minério de ferro pelas águas da Baía de Sepetiba. No entorno erigiu-se também o complexo industrial siderúrgico da TKCSA.

O período aqui em análise, os começos do século XXI, é um período democrático-popular com amplo apoio aos empreendimentos das corporações transnacionais. No espaço geográfico brasileiro instalaram-se novas bases fixas e, assim, o contexto socioambiental das margens da Baía de Sepetiba, no caso do Estado do Rio de Janeiro, acabou preferido pelas siderúrgicas e mineradoras poderosas que visam a exportar os seus produtos. A pesca artesanal, como as outras formas herdadas, fica sob pressão, numa baía que desde a década de 1970 vem sendo apropriada pelo tráfego de navios de grande calado, ideais para o transporte de chapas de aço e minérios criando-se toda uma infraestrutura ferroviária que liga os portos da Baía de Sepetiba, no litoral atlântico, à fonte de matérias-primas no maciço cristalino da Serra do Espinhaço, Estado de Minas Gerais. Uma geografia para exportar o território, sem se considerarem os interesses locais da maioria:

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que, desse modo, a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução dos problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto

do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado. (SANTOS, 2006, p. 356.)

As diferenças do espaço geográfico são oriundas da história dos lugares. A história dos lugares é a história do mundo. Sem os lugares com suas singularidades, não haveria história, nem geografia. A acumulação de capital necessita deste efeito, uma vez que:

O ponto fundamental é que o capitalismo – ou se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual. (SOJA, 1993, p. 132)

Ao lado da prática, intrínseca ao capitalismo, de explorar usando desigualdades, as quais ele cria ou acentua, está a prática, não menos intrínseca a ele, de explorar destruindo desigualdades preexistentes que não lhe interessam. Isto faz pensar nas comunidades ditas tradicionais, como as dos trabalhadores da pesca artesanal, cuja reprodução cotidiana do seu modo de vida se vê ameaçada, porque se empenham os interesses capitalistas em fazer tábula rasa dele, da história que o impregna, sem ligarem importância ao fato de que a ideia de um mundo uniforme sem história é uma ideia que contradiz o mundo. Neste sentido, analisar o processo de resistência à instalação de projetos hegemônicos nas margens da Baía de Sepetiba, protagonizado por movimentos sociais, soma esta pesquisa ao número daquelas cujo objeto principal é a história, a história no tempo e no espaço.

Os protagonistas dos movimentos sociais que propõem a resistência à instalação dos projetos hegemônicos, dizem *não* à acumulação ampliada do capital. É uma luta local, mas que se pode considerar um avanço da consciência da classe trabalhadora, na medida em que discute e desnaturaliza o mito do desenvolvimento econômico e seu sentido ideológico. Segundo Harvey (2003), uma nova onda de “expropriação de terras comuns” tem varrido o mundo e a ação do Estado com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade têm papel crucial no apoio a esse processo.

Este trabalho irá dos conceitos mais amplos aos mais simples, cabendo aqui a ressalva de que este *simples* não tem a significação de *desprovidos de complexidade interna*. Os movimentos sociais brasileiros, que abarcam imensa complexidade de ações coletivas, devem-se ponderar levando-se em conta a especificidade do espaço histórico-geográfico em análise.

Compreendendo-se que o espaço banal, que é o espaço de todos, é também o lugar dos conflitos, analisam-se aqui as territorialidades do recorte espacial problematizado, na medida

em que as respectivas estratégias pertencem à geografia, vão modelando a cidade e denotam a resistência ao projeto hegemônico, tal como aponta a voz do movimento social:

Os recursos públicos, no lugar de serem empregados em siderúrgicas voltadas ao mercado externo, poderiam ser muito melhor aplicados, por exemplo, num Campus Universitário, “Eco Tecnológico” voltado para pensar o desenvolvimento centrado no bem estar e na qualidade de vida para a população, não só de Santa Cruz como o de toda a Zona Oeste do Rio de Janeiro. (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012)

A acumulação necessita de novos espaços geográficos sob as leis do mercado, principalmente nos períodos de crise de superprodução. Encontrar meios de reproduzir-se nas relações não capitalistas, como no trabalho escravo nos confins da Ásia, da África, da América Latina e de qualquer outra parte do mundo, é um fator estruturante do capital, como na expropriação de espaços da pesca artesanal, ao assegurar novas rotas de grandes navios; na transformação das reservas extrativistas dos povos das florestas em áreas do agronegócio; na privatização e sucateamento dos serviços públicos e na retirada de direitos herdados nas ações coletivas anteriores. Contudo, é interessante compreender que as condições não são dadas. O espaço geográfico é história, pois nele há vida e as relações sociais que o animam. As formas herdadas são vivas e, muitas vezes, podem mudar o rumo e impedir esses processos da acumulação por espoliação (Harvey, 2010). Portanto, é por meio dessas intervenções que o capital expropria o produtor direto, tornando-o um trabalhador livre sem os meios de produção da vida.

Data das últimas décadas do século passado o início da história dos impactos ambientais causados à Baía de Sepetiba por projetos de reprodução do capital. Entre estes figura o da Cia. Mercantil Ingá, indústria produtora de zinco altamente puro que foi instalada na ZUPI de Coroa Grande, na Ilha da Madeira, Município de Itaguaí, e, hoje em situação falimentar e sob intervenção federal, continua a ser o empreendimento que em maior risco põe o ecossistema da região, contaminando-a com resíduos que, sem pararem de se acumular há mais de trinta anos, ainda enfraquecem ameaçadoramente o equilíbrio ecológico da Baía de Sepetiba (INEA, 2012). A área em que se localizava a Cia. Mercantil Ingá pertence agora à LLX Sudeste e é onde se está construindo um porto destinado à exportação de minério de ferro. Um grande túnel ao ser construído rasga o resquício de mata atlântica da ilha. A Marinha do Brasil constrói um estaleiro de submarinos em outra parte da ilha, aterrando boa parte de um manguezal, e contribuindo diretamente para a degradação desse berçário da vida marinha.

Nesta baía, o Porto de Itaguaí, outrora Porto de Sepetiba, ocupa área de 10,4 milhões de metros quadrados no Município de Itaguaí, a leste e sul da Ilha da Madeira. As obras para construir o porto, e depois as que o ampliaram e expandiram adaptando-o ao recebimento de navios cada vez maiores e mais rápidos, foram intervenções potencialmente poluidoras, assim como o têm sido desde o começo as próprias atividades do porto e o tráfego dos navios, e o vem sendo ocupação litorânea, que há muito cresce. Além disso, a infraestrutura do Porto de Itaguaí, que se constitui numa barreira entre a cidade o mar, interfere vigorosamente no uso e ocupação do solo. (INEA, 2012.)

Uma vez que inexitem estações de tratamento de esgoto para lhes beneficiarem as águas, os rios da bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba desaguam nesta carregados de efluentes domésticos e industriais, oriundos de vasta área densamente urbanizada, o que polui a baía e lhe causa intensos processos erosivos, difundindo-os por toda ela. A situação ambiental agrava-se com a precariedade do planejamento urbano e territorial, com a deficiência dos sistemas de resíduos sólidos e de drenagem, com o uso inadequado tanto do solo urbano quanto do rural e, também, com a prática do desmatamento (INEA, 2012).

O atual uso deste espaço geográfico em manter a acumulação de capital difere dos usos anteriores pelo fato de que as novas técnicas aceleram a história. Esta análise, portanto, não é isolada da produção desta geografia e da divisão do trabalho graças à qual se pode aqui reflexionar sobre ela.

### **3.5 A crise da demanda de aço no mundo: a venda da TKCSA e as novas propostas do movimento**

Nas concepções metodológicas procura-se a coerência e o rigor da análise. Mas uma cientificidade que se pretenda imparcial e superior às contradições é ideológica, paira no plano das ideias, negando o processo histórico. Neste sentido entendem-se as intervenções do Estado em favor da acumulação capitalista que marcaram as crises sistêmicas do século XX. Restaurou-a após a década de 1930 o Estado do bem-estar, cujas intervenções mais fortes só vieram depois da Segunda Guerra Mundial. A criação de organismos financeiros supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, demonstrou emblematicamente que se estava numa “era de ouro do capitalismo” (HOBSBAWN, 1995). De acordo com Bottomore (2001, p. 84), embora seja adequado



analisar o capitalismo contemporâneo tomando-lhe em consideração alguns setores (os privados competitivos e oligopólios, o setor público, etc.), impressiona perceber quanto estão inter-relacionados destinos de muitas empresas e indústrias. A crise de superprodução de aço, por exemplo, relaciona-se com o desemprego dos países centrais, ocasionado pela quebra das bolsas e pela falência de grandes conglomerados financeiros em 2008. O movimento social de resistência à instalação da TKCSA toma posição:

A ThyssenKrupp, diante de todos esses problemas discute atualmente a venda da TKCSA. Como vender uma empresa que até hoje não possui licença de operação? Qual a garantia de que os próximos donos respeitarão a legislação brasileira? O BNDES, um dos principais financiadores do projeto, tem que dar aval à venda. Como principais interessados no futuro da região e da TKCSA, os trabalhadores, moradores e pescadores da Baía de Sepetiba precisam ser ouvidos e incluídos nas discussões sobre o futuro da TKCSA. (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012.)

Conquanto para o capital a disponibilidade de largos contingentes de mão de obra tenha deixado de ser problema, todavia a precarização da força de trabalho e o aviltamento salarial repercutem na demanda. Ora, para a acumulação de capital prosseguir é necessário vender, é preciso que haja mercado, pois a mercadoria-capital requer a existência de consumidores. Mas como tê-los de verdade, se, a bem da acumulação de capital, se devem pagar salários vis e suprimir direitos sociais? Tal contradição assim se explica:

A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento. Nos EUA, em 1980 a dívida agregada familiar média era em torno de 40 mil dólares (em dólares constantes), mas agora é cerca de 130 mil dólares para cada família, incluindo hipotecas. As dívidas familiares dispararam, o que demandou o apoio e a promoção de instituições financeiras às dívidas as dívidas de trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando. Isso começou com a população constantemente empregada, mas no fim da década de 1990 tinha de ir mais longe, pois esse mercado já havia se esgotado. (HARVEY, D. 2011 p.22)

Embora muito se pregue a não-intervenção do Estado na esfera econômica, aumentam os aportes de capital mantidos pelo Estado em favor dos grandes conglomerados capitalistas. Segundo Bottomore (2001), para que se preserve a ordem nas sociedades contemporâneas, cumpre que o Estado intervenha à larga. O movimento social questiona as desigualdades desta intervenção:

É justo a empresa receber tantos recursos públicos enquanto pescadores e moradores esperam sem perspectivas reparação pelos danos sofridos até então decorrentes das atividades da usina siderúrgica? Mais de 8 mil famílias de pescadores passam necessidades, pois a pesca vem se extinguindo na baía. Moradores sofrem com problemas de saúde e comprometimento de sua qualidade de vida pela contaminação do ar e da água a que estão submetidos. Até quando isso se repetirá? (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012)

Até mesmo o Estado pode atuar como um capitalista, por exemplo, quando usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos, diz Harvey (2011, p. 41). Especificamente, ao contrário, o caso aqui analisado envolve captação de recursos que acarretam o aumento da dívida pública e simultaneamente o uso exagerado da poupança pública. Como afirma o movimento social:

Desde a instalação, a TKCSA recebeu dois vultosos empréstimos do BNDES. O primeiro foi em 2007 (1,48 bi) e o segundo em 2010 (r\$ 900 milhões) que viabilizou sua inauguração que já vinha sendo adiada desde final de 2008. Perfazem um total de 2,36 bilhões. Somaram-se a esse montante as generosas isenções fiscais que, somente na esfera do estado, ultrapassaram a 500 milhões. Até aqui já seriam cerca de r\$ 3 bi de recursos públicos ali investidos. (Jornal do SEPE Regional IX, out. 2012).

A posição dos movimentos sociais que organizam a resistência à instalação da CSA, propondo que a siderúrgica seja transformada num centro ecouniversitário, divulgou-se no publicação do SEPE Regional IX distribuída nas universidades e nas escolas públicas, assim como no meio da população, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

### 3.6 **Discutindo os conceitos: movimentos sociais e novos movimentos sociais**

A afirmação de que os *novos movimentos sociais*, por não apresentarem as características dos tradicionais movimentos operários, são mais dispersos e difusos e, por isso, não trazem perigo às classes proprietárias dos meios de produção, constitui uma inquietação permanente desta pesquisa. Os movimentos operários de cunho classista, orientados pelas concepções de Karl Marx, marcaram as lutas da modernidade. Foram eles, ainda que indiretamente, o principais construtores do *Primeiro Mundo*; dos movimentos de libertação das colônias africanas; da concretização do socialismo em Cuba; e de outros movimentos importantes que puseram em cheque a divisão internacional do trabalho capitaneada pelos países capitalistas. Por um lado, a luta dos comunistas era criar um mundo menos desigual; por outro lado, a social democracia europeia do pós-guerra teve seu sentido político no período em que a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era referência para o movimento operário mundo afora. O Estado do Bem-Estar Social, contemporâneo da *era de ouro* do capitalismo, no dizer de Hobsbaum (1995), sabe-se que se formou nesse contexto. Quando desmoronou o socialismo no país que era tão inspirador para o movimento operário, apareceram com novas manifestações os *novos movimentos sociais*. Surgiram as

marchas pela descriminalização da maconha, os movimentos contra a homofobia e outras tantas manifestações libertárias. Opondo-se ao dirigismo, tais movimentos desprezam os métodos leninistas de organização. Alguns estudiosos questionam a centralidade do trabalho nessas lutas. Assim, (Warren, 1996) problematiza os “novos” movimentos sociais, pois segundo a autora a essa denominação incluem-se os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome, demonstrando distanciamento do caráter classista que compreendia nos movimentos sindicais e operários em torno da centralidade do trabalho.

Quando nesta pesquisa se reflexiona sobre a ação dos movimentos sociais, especificamente sobre os impactos socioambientais da política de modernização, tem-se presente a categoria *totalidade*. Esta pesquisa, quando traz para a história escrita os embates contra os setores hegemônicos da sociedade brasileira, está assumindo posição em defesa de uma história construída nas ruas. A história constrói-se na vida mesma, constroem-na pessoas vivas que estão no cotidiano. As contribuições que a ciência da história oferece a este trabalho levam-no a um confronto de ideias valioso para se analisar o espaço geográfico como parte da totalidade. Não há compreender o presente objeto de estudo, sem se tentar um entendimento mais global, pois só pelo global se pode entender o local; a totalidade é que explica as partes. À vista dos progressos técnicos, científicos e informacionais, a noção de totalidade permite ser examinada objetivamente, nesta época em que, pela primeira vez na história da humanidade, se está convivendo com uma *universalidade empírica* (SANTOS, 1984). Vêm a propósito as palavras de Lucaks a respeito da totalidade:

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas, sempre determinadas. (LUCAKS, 1967, p. 206.)

Nesta pesquisa trata-se a totalidade como aspecto histórico do real e como elemento intrínseco da atualidade do espaço geográfico técnico-científico-informacional, entendendo-se que o capital necessita, para se reproduzir, que os mercados se reproduzam. As políticas de ajuste fiscal e as elevadas taxas de juros combinam-se com a redução das verbas destinadas a políticas públicas, e originam-se novas demandas para as grandes empresas de saúde e de educação. Milton Santos esclarece a este respeito quando afirma que “A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica” (SANTOS, 2006, p. 127).

Na construção deste trabalho, o fazer na perspectiva histórica e geográfica define-se na prática da pesquisa e na escrita. As fontes não estão a serviço do autor. É preciso ter método para reconhecê-las. Assim:

O que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para isso precisamos, se me perdoam a expressão, construir nós mesmos o quebra-cabeças, ou seja, formular como tais informações *deveriam* se encaixar. É uma outra maneira de repetir o que já enfatizei, ou seja, que o historiador dos movimentos populares não deve ser um positivista antiquado. Deve, de certo modo, saber o que está procurando e, apenas se souber, poderá reconhecer se o que já descobriu se encaixa ou não em sua hipótese; e se não encaixa tentar e conceber outro modelo. (HOBSBAWM, 2007, p. 224.)

É com base neste presente empírico é que nesta pesquisa se constrói a problemática da ação dos movimentos sociais no processo de resistência à instalação da TKCSA, sem se perder de vista o conceito de totalidade, o qual permite, como nota Santos, “revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável” (SANTOS, 2006, p. 115).

Quando se examina o processo histórico dos movimentos sociais, num determinado contexto espaço-temporal, consideram-se os eventos e as intervenções no lugar caracterizado como espaço do cotidiano. Tendo a ação coletiva como resistência à instalação de uma grande indústria siderúrgica, escreve-se aqui a história vista pela classe trabalhadora organizada num determinado período de nossa humanização (produção da vida coletiva). A busca das fontes leva a descobertas inusitadas, de modo que nada está pronto, uma vez que:

O historiador dos movimentos populares descobre apenas o que está procurando, não o que já está esperando por ele. Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado. (HOBSBAWM, 2007, p. 220).

No limiar do século XXI, a manutenção da sociedade capitalista e seu processo de acumulação inerente à competitividade das empresas associam-se à expropriação dos direitos da maioria da população trabalhadora, conquistados na recente história do século passado. Vastas extensões da geografia brasileira permanecem no mapa do Brasil, mas são territórios de firmas transnacionais. Esta pesquisa tenta contribuir para a história dos movimentos sociais que, mesmo que de maneira dispersa, se organizam contra a “expropriação das terras comuns”.

A história recente dos movimentos sociais condena a instalação da TKCSA, que tem causado efeitos deletérios à Baía de Sepetiba e aos bairros do entorno. Retruca-se, porém, que os movimentos sociais não recriminam as indústrias que foram antes instaladas na Zona Industrial de Santa Cruz, também responsáveis por tais efeitos. Redargua, igualmente, que as renúncias fiscais e outros privilégios das políticas de Estado dos quais essas outras indústrias também se beneficiaram, não foram objeto de discussão e de denúncias. No entanto, há que levar em conta as transformações ocorridas no Brasil nos últimos quarenta anos, tendo presente que, segundo o ensina Hobsbawm (2007), compreender a história principia com apreciar a alteridade do passado, e que o anacronismo é o pecado pior em que os historiadores podem incorrer contra a compreensão histórica, impende lembrar que a Zona Industrial de Santa Cruz, erigida na década de 1970, se incluiu no *milagre econômico* da ditadura militar, cujo autoritarismo envolvia assegurar o aviltamento salarial dos trabalhadores e reprimir os movimentos operários. Nessa época, portanto, não se tinha liberdade para criticar, nem muito menos a tinham os movimentos sociais de inspiração marxista, ferozmente reprimidos pelo governo, e assim não se formularam críticas, ou não se permitiu chegassem a público as críticas porventura formuladas, a respeito das várias indústrias poluidoras que então despejavam os seus efluentes nos rios da bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba.

A força persuasiva dos principais grupos de comunicação de massa consolida no Brasil o discurso de nação. Com o seu poder de produzir a consciência coletiva, esses grupos gigantesco mistificam os fatos sociais, reificando-os. O desafio do presente estudo é problematizar com a história tais fatos e esclarecer como se naturalizam e quem os naturaliza:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, que se opõem a “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 3.)

Na porfia entre os lugares, o Estado brasileiro cria políticas para atrair investimentos, devastam-se florestas inteiras extinguindo a agricultura de subsistência, e expulsam-se das matas os pobres, em benefício das grandes monoculturas de soja e outras culturas de larga escala que visam ao mercado. Para incluir o Brasil entre os países mais favoráveis à acumulação de capital e aos demais interesses capitalistas, a classe dominante faz valer a sua política de vantagens comparativas, institucionalizando: as mais altas taxas de juros do mundo; o afrouxamento contínuo da legislação ambiental; as vultosas renúncias fiscais outorgadas às poderosas corporações capitalistas; os financiamentos públicos outorgados às

empresas de bens de capital pelo BNDES, a juros baixíssimos; e a sistemática supressão de direitos trabalhistas e previdenciários.

Vê-se que os proprietários dos meios de produção, os quais dominam a grande mídia, têm privilegiadas condições para moldar a consciência coletiva segundo os interesses deles. Isto dá a perceber quanto há de mistificador na propalada liberdade de expressão, e realça a necessidade dum trabalho historiográfico como este, contraposto ao discurso desta modernização conservadora que “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.4).

Sistema que modelou o espaço geográfico numa curta escala temporal, o capitalismo não ocorre de maneira idêntica em todos os lugares, em cada momento histórico, antes apresenta distintos ritmos de temporalidade nas suas manifestações. Embora aqui não se negue, mas sim se reconheça firmemente, o caráter uniformizador da modernização, também se reconhece que a esta reage cada lugar por um modo específico. Tal especificidade é uma das questões com que se preocupa a política aliada ao capital, bem como se soma aos muitos elementos que tornam complexa a realidade social, e necessária a existência de disciplinas como a geografia e a história para se entender o capitalismo global.

Parte-se aqui do pressuposto de que a interpretação realizada nesta pesquisa difere da dos historiadores atuais, dados a escrever sobre épocas muito anteriores às das suas vidas (HOBBSAWN, 1998, p. 218). Os movimentos sociais que o presente estudo tem por referência, são construções da história do tempo de vida de quem toma parte neles. O fato de em geral a historiografia pouco estudar os movimentos de organização das pessoas comuns não quer dizer que estas não lutassem por melhores condições de vida, não fizessem história.

Até não muito tempo atrás, a maioria dos homens e mulheres não tinha acesso aos estudos escolares no Brasil. Com a Revolução Industrial Brasileira, entre 1930 e 1956, houve um tímido aumento do percentual de alfabetizados na população, em cotejo com as décadas imediatamente anteriores em que prevalecera a agora decadente oligarquia agroexportadora. Inicia-se a migração de milhares de trabalhadores para áreas urbanas, onde se inaugurou indústrias de base que precisavam de mão de obra com alfabetização elementar. Mas a historiografia brasileira, talvez por influência da sociedade fundamentalmente elitista em que se produz, quase não trata acerca desta gente comum e seus movimentos de organização. Também Hobsbawm é deste parecer:

Para afirmá-lo em termos mais gerais: foi a tradição francesa da historiografia como um todo, embebida não na história da classe dominante, mas do povo francês, que estabeleceu a maioria dos temas e até dos métodos da história dos movimentos populares, tanto Marc

Bloch quanto Georges Lefebvre. Mas o campo começou realmente a florescer em outros países apenas após a Segunda Guerra Mundial. De fato, seu avanço real apenas começou na metade dos anos 50, quando foi possível ao marxismo fazer sua contribuição plena ao mesmo. (HOBSBAWM, 2007, p. 218.)

Ao analisar-se a resistência que os movimentos sociais constroem contra a instalação da TKCSA nas margens da Baía de Sepetiba, no Bairro de Santa Cruz, entende-se que hoje o espaço é, como diz Santos, “um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por um sistema de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes” (SANTOS, M, 2006, p. 63), e, com Maria Gohn, veem-se os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003).

As manifestações e atos em defesa dos pescadores artesanais e dos moradores, na luta pela geografia do litoral, analisam-se com base nas contribuições dos trabalhos de Santos (2008) que apontam elementos a constituir a produção do período popular da história. Pode-se afirmar que tais atos e manifestações têm caráter problematizador, considerando-se que, segundo Gohn, “A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado — embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2003, p. 14).

Atuando em rede, os movimentos sociais podem universalizar as demandas dos lugares, e os indivíduos, no participarem desses movimentos, identificam-se como integrantes de uma classe. Pela ação dos indivíduos que vivem a sua própria história se produzem as classes sociais; estas não existem independentemente das relações e lutas históricas (CARLOS, A, p. 30). A luta de que fala o presente estudo, universalizam-na as questões socioambientais: segundo dados jornalísticos, a produção de chapas de aço na TKCSA faz aumentar mais de 70%, no Estado do Rio de Janeiro, a emissão de gases produtores do efeito estufa. Este problema ambiental causado pela siderúrgica tanto favorece a ocorrência de doenças brônquio-respiratórias nas comunidades do entorno, quanto eleva o risco de chuvas ácidas sobre a Mata Atlântica, assim como podem reduzir-se a fauna e flora marinhas com a degradação dos manguezais, também atingidos por essa produção industrial, e que são como berçários para muitas espécies dinamizadoras da cadeia alimentar num gigantesco ecossistema em que a vida aquática e a terrestre se enlaçam.

A identificação que os participantes do movimento têm com ele, constrói-se no cotidiano das lutas, as quais lhes infundem o sentimento de pertencimento social. Para Gohn

(2003), o caráter democrático de organização reflete-se na pluralidade de seus componentes em relação à subjetividade das pessoas que deles participam. Dotados de alto grau de tolerância democrática, os movimentos sociais que atuam nas frentes de resistência à instalação da siderúrgica recebem indivíduos de diferentes concepções políticas, morais e religiosas, inclusive membros de vários partidos e de ONGs, e todas estas pessoas, sem perderem a sua autonomia, unem-se em defesa de um programa comum:

Os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e contra todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é ter projetos e pensar o interesse dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de meta e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que está envolvido; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. (GOHN, 2003, p.17).

Este o motivo de se procurar a construção identitária da comunidade para a resistência, de se denunciarem as isenções fiscais desmedidas que o governo do Estado do Rio de Janeiro concede à TKCSA, e pelas quais entrega o território ao grande capital (segundo fontes do parlamento estadual, tal governo estadual isentou-a [quando?] de impostos no valor de R\$695.000.000). Regular as atividades econômicas fluminenses é atribuição de tal governo, mas enquanto este a usa para privilegiar o conglomerado capitalista, por sua vez os confrontos a que o movimento se lança e a atuação que efetua em rede com outros movimentos, contribuem a mobilizar a comunidade e promover-lhe a formação política, ao mesmo passo que se tornam públicas as críticas do movimento às citadas renúncias fiscais. Se as negociações têm êxito, passa-se à atuação na esfera institucional; se elas malogram, organizam-se passeatas, seminários, encontros e atos públicos. Tudo isto são ações que perfazem a sociabilidade examinada neste trabalho, no qual se visa a contribuir para os estudos da história recente, quando se analisa um campo que figura ente os mais significativos da história coletiva da humanidade: os movimentos sociais.

No entanto, a modernização capitalista realizou no século XX a compressão do espaço-tempo da escala global, o que foi possibilitado pela revolução tecnológica na robótica, na informática e nos meios de transporte. É a história das técnicas e das inovações no comportamento, na produção e no consumo, formadoras de novas sociabilidades que resultam do uso do trabalho morto e compreendem o espaço geográfico, atravessado pela disseminação da racionalidade dominante que, à medida que se instalam os novos objetos, aliena o espaço geográfico e o trabalho.



Assim, a transformação da mais-valia em capital dá-se no espaço geográfico, onde a finalidade da acumulação é materializada, tornando-se história, como fica demonstrado no quadro anterior. Por isso é que se fala aqui de alienação do espaço, pela qual uma racionalidade busca predominar. Outros tempos, outros ritmos também perpassam este ambiente socioespacial, evidenciando a problematização da análise.

## 4 CONCLUSÃO

Deve-se reputar esta conclusão como a síntese do trabalho realizado. Este pode corresponder às necessidades de consulta de outras pesquisas que tenham por objeto de estudo os movimentos sociais, como o da pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Cumpre-se, não perder de vista os limites do recorte espaço-temporal desta dissertação, pois que durante o tempo em que se pesquisava para escrevê-la, ocorriam diversas lutas e contradições sistêmicas. Esta dialética abre novos horizontes para a produção científica.

O estudo começou trazendo o conceito de *acumulação primitiva*, para explicitar como o capital territorializa os meios de produção em detrimento das necessidades dos trabalhadores da pesca artesanal e dos moradores do entorno do grande complexo siderúrgico. Descreveu-se a remoção das famílias sem-terra acampadas na área em que se construiu o complexo siderúrgico, área onde o Estado não lhes atendera a reivindicação para se assentarem.

O conceito de *acumulação por espoliação* (Harvey, 2003) explicitou as vultosas renúncias fiscais concedidas. Bem ao modo de um grande escritório político para a acumulação capitalista, o *Estado integral*, no dizer gramsciano, acentua a supressão de direitos sociais para alimentar o *capital-imperialismo* (Fontes, 2010).

As mudanças econômicas ocorridas desde crise que em 2008 se abateu sobre os países do capitalismo central, reorientaram os movimentos sociais mundo afora, alterando-lhes as práticas e estratégias. O movimento de resistência à instalação da TKCSA também adotou nova orientação por força de tais mudanças.

Discorreu-se aqui a respeito da atual crise de superprodução que tem atingido gravemente os direitos sociais e os salários dos trabalhadores dos países do norte. Como nestes a crise reduziu a demanda de aço, pôs-se à venda a planta da TKCSA, pois o complexo siderúrgico estava em situação financeira desfavorável, conforme noticiavam os jornais e revistas de economia. O movimento social propôs erguer-se um grande polo ecouniversitário na área que se escolhera para o complexo, mas terminou por dar-se a preferência ao projeto defendido pela transnacional. Somando-se os incentivos fiscais e os empréstimos do BNDES que vieram beneficiar esse projeto capitalista, é de ver que se tem feito uso de uma quantidade

demasiado alta de dinheiro público em financiar um empreendimento privado de enormes efeitos deletérios para as comunidades circunvizinhas.

Releva destacar o notável movimento do dia 1º de maio de 2009. Diversas centrais sindicais a atuarem no Estado do Rio de Janeiro mobilizaram a sua militância para grande passeata da resistência à instalação do complexo siderúrgico-portuário. Percorreu-se toda a Avenida João XXIII, usando-se carros de som e distribuindo-se jornais aos moradores. Contribuíram para essa grande manifestação várias organizações políticas, movimentos sociais e até membros de grupos religiosos.

Quanto à formação socioespacial de Santa Cruz, com relação ao caráter urbano-industrial foram considerados os aspectos dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas principalmente aqueles litorâneos da Baía de Sepetiba. Trajetórias das lideranças da pesca artesanal e dos movimentos sociais.

É interessante destacar que por meio das entrevistas se puderam trazer a público as razões mais do movimento social em questão, esclarecendo-se como os pescadores artesanais e os moradores da vizinhança do complexo siderúrgico-portuário vêm sofrendo com a poluição que este causa.

A história oral foi de fundamental importância para se realizar esta dissertação de mestrado, por dar maior desenvoltura técnica e científica aos fatores relevantes para o processo do estudo.

## BIBLIOGRAFIA

ASCERALD, Henry. *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO e outros (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BIANCHI, Álvaro. Estado/ Sociedade. In. Idem. *O laboratório de Gramsci: filosofia , história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

CARLOS, A. A Cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto. L. *Trajetórias geográficas*. Bertrand, 1996.

COSTA, Rogério Haesbaert. *Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, L. Redes emergência e organização. In CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

BADARÓ, Marcelo. *Sindicalismo após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, org., Moreira, G e. et al, Rio de Janeiro: Jorge Zaar Ed. 2001.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ ed. 2010.

FIORI, José. L. Globalização, Estado Nacionais e políticas públicas. In: *Ciência Hoje*, dez. 1993, v. 16, no. 96.

\_\_\_\_\_. Os efeitos da “via prussiana” sobre a intelectualidade brasileira. In: Revista Fundação Lauro Campos, set 2008.

GOHN, Maria. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Editora Vozes, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *O moderno Príncipe*. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAESBAERT, Rogério . Mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. – . A condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011

HESSEM, Johan. Teoria do Conhecimento. Coimbra: Editora Stvdivm, 1970.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História. 2ª ed. São Paulo: C. das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. *Baía de Sepetiba*. Disponível em <<http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp>> (acesso em 31 de março de 2013).

KOSIC, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra: 2011

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: ed. Anthropos, 1974.

LIPIETZ, A e LEBORNE, D. O Pós-fordismo e seu espaço. In: Revista Espaço e Debates, nº.25, 1988.

LUKACS, Georg. As bases Ontológicas do Pensamento e da atividade do Homem. Temas de Ciências Humanas n.4 tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 1ª Ed. Porto alegre: L&PM Editores: 2001

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. 1987.

MOREIRA, Ruy. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

\_\_\_\_\_. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: contexto, 2007.

POCHMANN, Márcio – Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil, Campinas, 1998.

POLLAK, Michel . Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV Estudos Históricos, 1989.

RIBEIRO, Ana Clara et al. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Território usando e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

RIBEIRO, Ana . C. T. e SILVA, C. A .da - Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista, in Territorios en Redefinición: lugar y mundo en América Latina – CDROM, coordenador: Pablo Ciccolella, Buenos Aires,1997.

SABER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS. Milton. Por uma geografia das redes. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996b.

\_\_\_\_\_. Eventos: os nomes, características, tipologia, in *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. 4ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000

\_\_\_\_\_. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*/Milton Santos, Maria Laura Silveira. - 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003

SILVA, Rita de Cássia . *Novas tendências do sindicalismo brasileiro: a formação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) - Regional V no período de 1970-90*. FGV/CPDOC Dissertação de Mestrado: 2006.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1993.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Campinas: Ed. Unicamp,2001.

TRATEMBERG. Maurício. *Economia dos Conflitos Sociais*. In BERNARDO,J São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009

VIANNA, Luiz Werneck. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In. : VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: Um estudo dos casos do projeto da usina termelétrica (UTE) de Sepetiba e do projeto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ/ IFCS, 2007

WARREN, Ilse. Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro.

WIRTH, John D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

WOODS, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. *Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)*. Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **- Fontes impressas**

Jornal do SEPE Regional IX, ano 2012

### **- Fontes digitais – informacionais (internet)**

[www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp](http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp) - <disponível 2012>.

[www.racismoambiental.net.br](http://www.racismoambiental.net.br) < disponível 2012 >)

[jacareparadovirabolsa.blogspot.com](http://jacareparadovirabolsa.blogspot.com) <disponível 2012>

### **- Fontes iconográficas (fotografias)**

SEPE Regional IX. Manifestação dos moradores na porta da TKCSA, 11 de novembro de 2011.

## ANEXO A - Linha do Tempo sobre o Caso TKCSA - 2005 a 2012

Alguns eventos sobre os impactos socioambientais decorrentes da instalação e operação da TKCSA, bem como as ações de mobilização permanente estão itemizados abaixo:

- ✓ 2005 – Elaboração dos projetos de implantação da TKCSA em Santa Cruz;
- ✓ 2005 – 75 famílias do MST começam a ser pressionado a sair do terreno com denúncias de ameaças da milícia e pressão da polícia militar, assim descritas por lideranças do MST, em reunião no BNDES em conjunto com a FAPESCA e CONFAPESCA;
- ✓ 31/03/2005 – Lei n.4529 – concede isenção total do ICMS nas fases de construção, pré-operação e operação do complexo siderúrgico, com prazo de 20 anos;
- ✓ Outubro/2005 – RIMA do Terminal Portuário Centro Atlântico;
- ✓ 19/10/2005 – EIA da Usina Siderúrgica CSA, incluindo Estudo de Análises de Riscos. ERM Brasil Ltda;
- ✓ 2006 – Técnicos do IBAMA criticaram através de relatório a celeridade incomum no processo de licenciamento. A emissão do licenciamento da obra ficou a cargo do Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ);
- ✓ 07/04/2006 – Ministério Público Federal move ação civil pública a Companhia Doca do RJ e Feema, com pedido de liminar e cumulada com ação de improbidade administrativa e pleiteia, dentre outros, que o material retirado das obras de dragagem do canal de acesso ao Porto de Sepetiba seja depositado, após tratamento necessário em local situado a pelo menos seis milhas da costa e a condenação dos réus a pagamento de indenização;
- ✓ 08,10 e 12/05/2006 – Realização de três audiências públicas exigidas pelo processo de licenciamento da TKCSA. Relatos de que a população somente teve informações uma semana antes. Foi notada a ausência de diversos órgãos públicos federais e estaduais;
- ✓ 13/06/2006 – Lei 4372 – a TKCSA fica isenta do Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza-ISS, ou de outro imposto que venha a substituí-lo, durante o período de cinco anos. O projeto de lei n.1/2009 renova o benefício totalizando 10 anos de isenção;
- ✓ 13/07/2006 – Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para implantação de usina siderúrgica de produção de placas de aço, que contará também com unidades de fabricação de cimento e de oxigênio e com usina termelétrica;
- ✓ 17/07/2006 – Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para realização de dragagem, aterro hidráulico e implantação do terminal portuário Centro Atlântico;
- ✓ 05/09/2006 – CECA delibera pela concessão da Licença de Instalação da CSA, após 50 dias da concessão da licença prévia;
- ✓ 07/09/2006 – Projeto Básico Ambiental da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA – Usina. ERM Brasil Ltda;
- ✓ Outubro/2006 – Início das dragagens impactantes da TKCSA, e marco “Zero” do estabelecimento do conflito, e também o início das ameaças as lideranças que se opõem ao projeto;
- ✓ 21/12/2006 – Decreto n. 40442, regulamenta a lei 4529, de 31 de março de 2005;
- ✓ Janeiro/2007 – A APESCARI, presidida pelo Luiz Carlos, faz protesto no mar com 52 embarcações tomando e ocupando a draga, paralisado assim os trabalhos por um dia inteiro, até que de helicóptero chegou um diretor da TKCSA para “negociar”. Com a intenção pura e simples de ganhar tempo, disse aos pescadores que seriam feitas indenizações para cobrir os prejuízos causados pela empresa a pesca, o que nunca foi cumprido, apesar de ter concordado com os termos do acordo, e mesmo após o encaminhamento de proposta formal de acordo pela APESCARI auxiliada pela FAPESCA;



- ✓ 28/03/2007 – Representantes do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba, formado por grupos ecológicos, associações de pescadores e lideranças comunitárias foram recebidos no BNDES, por representantes do Departamento de Indústrias de Base e do Departamento de Meio Ambiente, quando foram reproduzidos os argumentos suscitados na Ação civil pública (processo n.2006.001.059224-6);
- ✓ Abril a Setembro/2007 – A CONFAPESCA-BR & FAPESCA-RJ participa de assembleias das 12 filiadas na área do conflito e constata a grave situação, até mesmo de sobrevivência e condições dignas de vida das populações tradicionais da região em função das gravíssimas agressões ambientais praticadas pela empresa. Constata também um clima de medo e ameaças as lideranças que defendem seus associados em processos judiciais contra a empresa, e reconhecendo ainda a queda vertiginosa do padrão e qualidade de vida destas comunidades, nota também, já naquele momento que ao serem empurrados para a fome e necessidades de toda sorte, a desagregação familiar e social acelerada já se evidenciava como mais um problema a espera de solução;
- ✓ 21/06/2007 – Matéria do Jornal da Gazeta Mercantil: “BNDES aprova 1,48 bilhões de reais para a construção da CSA”;
- ✓ 13/07/2007 – Formalização do contrato de financiamento do BNDES à implantação da TKCSA, tendo como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis associadas e instalações e montagem que são partes integrantes da usina;
- ✓ Dezembro/2007 – Operação de fiscalização pelo IBAMA por determinação do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Maurício Manso, o que resultou no embargo da obra;
- ✓ 20/12/2007 – Termo de Embargo nº 487354 do IBAMA/RJ, em desfavor da TKCSA; bem como a revogação da decisão que revogou o referido embargo, de 03 de junho de 2008;
- ✓ 21/12/2007 – Matéria do Jornal O Dia: “Obra parada na CSA.- O IBAMA embarga obra uma vez que a TKCSA havia suprimido (4 ha) o dobro da área de mangue licenciada para a construção de uma ponte”;
- ✓ 2008 – Debate na Igreja Nossa Aparecida em Sepetiba patrocinado pelo Movimento Ecumênico Fé e Política do Rio de Janeiro sobre os impactos da CSA na Baía de Sepetiba;
- ✓ 2008 – Passeatas ecológicas anuais contra TKCSA reunindo cerca de 300 fiés e o Movimento Ecumênico Fé e Política do Rio de Janeiro;
- ✓ 2008 – Elaboração da dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ – Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba – O Caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da TKCSA;
- ✓ 2008 – Publicação do livro Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA): Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro, de autoria do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS);
- ✓ 03/01/2008 – A TKCSA sofreu embargo pelo Ibama/RJ na obras e foi multada em R\$200.000,00 por ter suprimido áreas de manguezais não previstas e intervenção em margem de rios sem autorização;
- ✓ 18/02/2008 – Ministério Público Federal instaura Inquérito Civil Público de Nº MPF/PR/RJ – 1.30.012.000035/2006 & 130.014.000069/2007 através da portaria MPF/PR/RJ Nº 30/2008 de 18 de Fevereiro de 2008 para apuração dos crimes ambientais praticados pela TKCSA
- ✓ Março/2008 – Ministério Público Federal apontou irregularidades cometidas pela TKCSA na construção de 3,8 km na baía de Guanabara. A ponte começou a ser construída sem autorização da Secretaria do Patrimônio da União, exigência legal por se tratar de terreno da Marinha e do mar territorial;

- ✓ Março/2008 – Primeiras reuniões entre pescadores, representantes de entidades de pesca e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) para levar as denúncias do caso ao Tribunal Permanente dos Povos;
- ✓ 30/03/2008 – Matéria Jornal do Brasil. Segunda edição CSA nega mortes de três operários – Pescadores de Sepetiba dizem que guindaste teria provocado acidente na obra em Santa Cruz;
- ✓ 14/04/2008 – Matéria “Barqueata denuncia empresa poluidora da Baía de Sepetiba”. Aleta Rio – [www.PcdoBRJ.org.br](http://www.PcdoBRJ.org.br). dezenas de barcos fizeram grande ato público na frente do canteiro de obras da CSA em decorrência dos impactos das obras de dragagem;
- ✓ Abril/2008 – Participação do pescador Luis Carlos e de representantes de entidades de pesca, na coletiva de imprensa realizada no Sindipetro-RJ sobre o Tribunal Permanente dos Povos, seção sobre Políticas Neoliberais e Empresas Transnacionais Européias na América Latina e Caribe;
- ✓ 06/05/2008 – Matéria do Jornal O Globo “Estado ofereceu terreno em Campo Grande à Hyundai e à Toyota ares em Resende e no Açú”. A Hyundai recusou espaço em Santa Cruz pois foi considerado muito próximo do local de construção da CSA. Os sul-coreanos alegaram que os resíduos liberados pela siderúrgica poderiam comprometer a qualidade da pintura de seus automóveis;
- ✓ 13 a 16/5/2008 – Apresentação de denúncia sobre irregularidades e crimes cometidos pela TKCSA no Tribunal Permanente dos Povos em Lima, seção sobre Políticas Neoliberais e Empresas Transnacionais Européias na América Latina e Caribe, realizado durante a Cúpula dos Povos, em paralelo à Cúpula de Chefes de Estado União Européia - América Latina e Caribe, em Lima (Peru). Uma comissão formada por um pescador, Luís Carlos e o ambientalista Sérgio Ricardo apresentaram o caso. O Tribunal Permanente dos Povos acatou e incluiu o caso em seu Ditame, considerando-o de extrema gravidade. Segundo este Ditame, "Es inevitable citar el caso de THYSEN KRUPP, paradigmatico del modelo de inversión excluyente y contaminante, posible solo gracias a la indiferencia y ausencia del Brasil.";
- ✓ 03/06/2008 – Ministério Público Federal advertiu o Estado e o IBAMA sobre irregularidades no licenciamento ambiental das obras de implantação da TKCSA e que recomendou ao Estado a suspensão da licença concedida pela FEEMA;
- ✓ Junho/2008 – Publicação do artigo: Desenvolvimento para quê? Para quem?, de Marcos Arruda sobre os empreendimentos industriais para a zona oeste do Rio de Janeiro, em particular a TKCSA, no informativo do PACS;
- ✓ Junho/2008 – Primeiro questionamento (“Anfrage”) da bancada do partido Die Linke ao governo alemão sobre o conhecimento das denúncias da atuação da ThyssenKrupp no Brasil;
- ✓ 01/06/2008 – Matéria O Dia On Line “Poluição na Baía pode até deformar peixes”;
- ✓ 03/06/2008 – Ministério Público Federal, através de inquérito civil questiona o processo de licenciamento da CSA. Dentre elas, o empreendimento não ter sido licenciado pela instância federal, o IBAMA e expõe uma celeridade pouco vista no andamento de processos desta natureza – convém lembrar que se trata da maior usina siderúrgica do mundo;
- ✓ 27 e 28/06/2008: Seminário Pólo Siderúrgico de Sepetiba: Desenvolvimento para quê? Para quem? Organizado por organizações, entidades e ativistas reunidos na Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, em Campo Grande. Foram discutidos os impactos do modelo de desenvolvimento representado pela implantação da TKCSA pelo consórcio no território da Zona Oeste do Rio de Janeiro e as alternativas existentes para o desenvolvimento social e econômico da região com justiça ambiental;

- ✓ 10/08/2008 – Matéria do Jornal Globo - Economia: “Dragagens e circulação de navios tiram o ganha-pão dos pescadores – resultaram na interrupção da geração de renda dos pescadores”;
- ✓ 10/08/2008 – Matéria do Jornal Globo - Economia: “Os portos correm para o Rio – Estado atrai nove projetos , mas esbarra em problemas sociais e ambientais e no governo”;
- ✓ 13/08/2008 – Matéria do jornal o Globo: “Procuradoria entra com ação civil pública contra CSA”. Ministério Público do Trabalho denuncia TKCSA por problemas trabalhistas referentes a 120 trabalhadores chineses mobilizados para construção da usina sem contrato de trabalho;
- ✓ Outubro/2008 – Apresentação do caso TKCSA na Conferência sobre “Transnacionais e Direitos Humanos”, promovida pelo Centro Europeu de Direitos Humanos e Constitucionais em Berlim, Alemanha;
- ✓ Outubro/2008 – Contatos com organizações da sociedade civil na Alemanha (ATTAC, Salve a Selva, FDCL) e com parlamentares alemães, na bancada de esquerda, com o objetivo de planejar no ano de 2009 a ida de uma pequena missão composta pelos pescadores e seu advogado;
- ✓ Novembro/2008 – No mesmo formato da conferência realizada em Berlim, a Terra de Direitos e a Rosa Luxemburgo organizaram uma conferência realizada em Curitiba com o objetivo de colocar em contato ativistas, militantes e advogados que atuem na áreas de litigação contra transnacionais na América Latina. O objetivo final era pensar estratégias de ação na área jurídica em casos em que transnacionais dos países do norte violam direitos humanos e constitucionais de povos nos países do sul. Essa oficina gerou a publicação Transnacionais no Banco dos Réus;
- ✓ Dezembro/2008 – Reunião com o BNDES. Uma pequena missão composta por pescadores e integrantes do PACS e da Plataforma BNDES foi a uma reunião no banco da qual participou a equipe responsável pelo projeto da TKCSA no BNDES e a ouvidora do banco, que prometeram tomar alguma atitude com relação às denúncias que fizemos na ocasião;
- ✓ Dezembro/2008 – Cúpula dos Povos em Salvador, Bahia. Participação de pescadores da Baía de Sepetiba que levaram o caso e as denúncias da TKCSA. Mesa de abertura da assembleia onde as populações afetadas pelos chamados projetos de desenvolvimentos colocaram como credores da dívida social e ambiental;
- ✓ 2009 – Juntamente com alguns integrantes da bancada de esquerda do Parlamento Alemão, foram redigidas algumas questões sobre o caso TKCSA e suas violações no Brasil que foram postas em plenária. Foram encaminhados em diferentes ocasiões dois documentos, cobrando uma resposta do governo alemão quanto às denúncias que foram feitas a respeito da TKCSA. As respostas foram a esse documento foram vagas;
- ✓ 2009 – PACS envia resumo do caso da TKCSA para Francesco Martone (Itália – Tribunal Permanente dos Povos) e ele se comprometeu a encaminhar essas informações para a Secretaria do TPP, de forma a pensarem maneiras pelas quais o TPP poderia atuar;
- ✓ 2009 – Encaminhamos materiais e documentos sobre a TKCSA para Ana Mac Naught do Transnational Institute. Ela que ficou de analisar a melhor forma de apoiar as nossas ações e nos enviar uma resposta em breve;
- ✓ 2009 – Contato com o Harvard Human Rights Law Clinic. Contato a pedido de Miriam Saage do ECHCR com James Cavalaro, um advogado que pensa em contribuir com o caso internacionalmente. Até o momento não tivemos respostas;
- ✓ 2009 – Denúncia no BNDES por meio da Plataforma BNDES. Apresentação das denúncias ao banco, encaminhadas diretamente para Dr. Luciano Coutinho, presidente do banco, e o ministro do planejamento Dr. Paulo Bernardo;

- ✓ 2009 – Reuniões Jurídicas. Reuniões realizadas no PACS ao longo do ano com o objetivo de colocar o advogado dos pescadores em contato com outros advogados com experiência de atuação contra transnacionais no Brasil. Dr. Bruno Barros, Eloá Cruz, Pinaud;
- ✓ 2009 – Reunião com a CUT Nacional e Rio de Janeiro. Reunião com membros da CUT que se comprometeram a realizar todo o contato com o IGMetal, sindicato siderúrgico na Alemanha. Nesta reunião foi sugerida e disponibilizado tempo para que as denúncias sobre o caso fossem feitas na bancada do PT;
- ✓ 2009 – Pronunciamento do Deputador Federal Chico Alencar. O deputado falou do caso em um pronunciamento no Congresso e ficou de contribuir com a pressão política no nível federal. O deputado encaminhou as denúncias para: Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério Público Federal e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ 2009 – Reuniões com OAB, COPPE e FIOCRUZ para a elaboração de pareceres técnicos. Realização de reuniões com instituições e entidades técnicas renomadas, de diferentes áreas, com o objetivo de emitirem pareceres técnicos sobre os impactos das obras em diferentes campos saúde, tecnologia, meio ambiente e direitos humanos;
- ✓ 2009 – Reunião com o sub-corregedor de direitos humanos do Ministério Público do Rio de Janeiro, Leonardo Chaves com o objetivo de denunciar os crimes da empresa. Ficou a perspectiva de se abrir um processo investigatório a respeito da ligação entre a empresa e as milícias da Zona Oeste;
- ✓ 2009 – Realização de Oficinas com mulheres. Seu objetivo era discutir o impacto da siderurgia na saúde e discutir o modelo de desenvolvimento que chega com esses grandes projetos, bem como debater o impacto que os mesmos têm na vida cotidiana. Primeira Oficina: Realizada com as mulheres da Zona Oeste com o objetivo de tratar os impactos sociais e ambientais da TKCSA sobre as populações locais, em especial as mulheres. Na oficina esteve presente o pesquisador da FIOCRUZ Bruno Milanez que palestrou a respeito dos riscos e impactos das atividades siderúrgicas sobre a saúde das pessoas. Apresentação de vídeo. Segunda Oficina: Segunda oficina realizada com o objetivo de acompanhar e mensurar o impacto da primeira oficina realizada com as mulheres;
- ✓ 2009 – Oficinas com pescadores para construção de indicadores de medição de impactos sociais e ambientais. Foram realizadas as duas oficinas com o objetivo de aplicar e construir junto às famílias de pescadores os indicadores de medição da dívida socioeconômica e ambiental dos megaprojetos industriais que serão implementados na região e com o objetivo de fortalecer a luta de resistência. As duas oficinas correspondem a projetos piloto com o objetivo de testar e calibrar o questionário de impactos qualitativos sociais e ambientais desenvolvido. Uma oficina foi realizada em Santa Cruz, Chatuba e outra em Pedra de Guaratiba com a participação de aproximadamente 70 pescadores no total. Foram distribuídos 60 questionários;
- ✓ Janeiro/2009: Juntamente com alguns integrantes da bancada de esquerda do parlamento alemão, foram redigidas algumas questões sobre o caso TKCSA e suas violações no Brasil. Esse documento, em alemão, será encaminhado ao governo alemão para este exerça pressão, cobrando respostas, sobre a empresa;
- ✓ Janeiro/2009: publicado artigo de Karina Kato e Sandra Quintela enfatizando os aspectos relacionados às violações dos direitos humanos, publicado no Relatório Brasileiro de Direitos Humanos, 2008;
- ✓ Janeiro/2009 – As ameaças de morte sofridas por lideranças torna evidenciada com os ataques a casa do presidente da APESCARI, Luiz Carlos, que o obriga a abandoná-la e começa as negociações para incluí-lo no programa federal de proteção aos defensores dos direitos humanos;

- ✓ Janeiro/2009 – Fórum Social Mundial. Participação nas atividades da Justiça nos Trilhos, articulação que luta por justiça em casos de atuação da Vale na região Norte. Participação de uma mesa que falava os conflitos entre a Vale e o meio ambiente. Adicionalmente, participamos também em atividade do Conselho Mundial de Igrejas sobre dívida social e ecológica e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental;
- ✓ Janeiro/2009 - Entrada no GT Articulação Mineração Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, espaço de articulação nacional com outros grupos afetados pela siderurgia. Participação em Seminário e no Encontro da Rede;
- ✓ Janeiro/2009 – Envio do caso da TKCSA para o Mapa de Injustiça Ambiental no Brasil da FIOCRUZ/RBJA/Fase;
- ✓ Janeiro/2009 – A partir do caso da TKCSA e do contato com outros grupos impactados pela Vale houve a articulação do grupo internacional dos Atingidos pela Vale;
- ✓ Fevereiro/2009 – Questionamento (“Anfrage”) da bancada do partido Die Linke ao governo alemão sobre as denúncias da atuação da ThyssenKrupp no Brasil;
- ✓ 10/02/2009 – Matéria do Globo Rio: “O preço do progresso – CSA aumentará em 76% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera da cidade”;
- ✓ 03/03/2009 – TKCSA nega denúncias através de notas de esclarecimentos no Globo e Jornal do Brasil;
- ✓ 03/03/2009 – Esclarecimento do Departamento de Relações Externas da TKCSA, no Jornal O Globo nega denúncias de que os serviços de segurança em suas dependências seriam realizados por grupos armados de fora da lei ou “milicianos”, conforme divulgado em imprensa;
- ✓ 04/03/2009 – Deputado Chico Alencar encaminha ofício dando ciência de que há inúmeras denúncias envolvendo o complexo TKCSA encaminhadas por associações de pescadores, de barqueiros, de movimentos populares, de juristas, de defensores dos direitos humanos ao Presidente Lula, ao Ministro do meio Ambiente Carlos Minc, ao Ministro da Justiça Tarso Genro, ao Procurador-geral da Republica, Antonio de Souza, ao Governador do Estado do RJ Sergio Cabral, ao Ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi;
- ✓ 04/03/2009 – Matéria da Agencia Brasil “Denúncia de uso de milícias por siderúrgica será investigada pela Assembleia do Rio”;
- ✓ 19/03/2009 – Realização da segunda audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre os impactos e as irregularidades da TKCSA com a participação do Marcelo Freixo, Paulo Ramos e do Alessandro Molon. Nessa audiência foram feitas as denúncias do envolvimento da segurança patrimonial da empresa com as milícias da Zona Oeste e um pescador foi incluído num programa federal de proteção;
- ✓ Março/2009 – O Cônsul Geral da Alemanha no Rio de Janeiro Sr. Marcus Haas convidou a CONFAPESCA-BR & FAPESCA-RJ para uma reunião no Consulado, onde demonstraram interesse do governo Alemão na solução do impasse, mas, deixaram claro que dependeria da vontade da empresa em abrir negociações com intuito de buscar uma solução negociada;
- ✓ Abril/2009 – Reunião com Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Participaram integrantes do mandato do Marcelo Freixo, o PACS, a Justiça Global e o dr. Fernando Mattos, coordenador do programa que se comprometeu a incluir o companheiro ameaçado pelas milícias no programa do governo federal;
- ✓ 30/04/2009 – Matéria do jornal o Estado de São Paulo – Usina da TKCSA no Rio é alvo de investigação do Ministério Público, referente a acusação de crime ambiental e irregularidade na construção de ponte na Baía de Sepetiba;

- ✓ Maio/2009 – Matéria “Rio de Janeiro em jogo: entre Cubatão e o paraíso” Jornal dos economistas. n.238, maio 2009. Órgão oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ;
- ✓ 01/05/2009 – Ato no Dia do Trabalhador em Santa Cruz, juntamente com a Plenária dos Movimentos, incluiu uma caminhada até o portão II da TKCSA e contou com a participação de cerca de 900 pessoas;
- ✓ 12/05/2009 – Ofício ao Representante Especial da Secretaria Geral da ONU para os Direitos Humanos e Empresas Transnacionais e Outras empresas, Sr. John Ruggie. Assunto: Violações cometidas pela CSA (TK e Vale) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil;
- ✓ 21/05/2009 – Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que tem como finalidade debater sobre graves violações aos direitos humanos na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. Sob presidência do Deputado Luiz Couto;
- ✓ Junho/2009 – Contato com Tim Cahill, baseado em Londres, da Anistia Internacional que sugeriu fazer uma denúncia internacional denunciando todas as ameaças que os pescadores vêm sofrendo na Baía de Sepetiba. O caso da TKCSA foi incluído no relatório Os Muros nas Favelas e o Processo de Criminalização;
- ✓ Junho/2009 – Matéria “A implantação da TKCSA na Baía de Sepetiba é o verdadeiro símbolo da tragédia do Rio de Janeiro” Jornal dos economistas. n.239, junho 2009. Órgão oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ;
- ✓ Julho/2009 – Parecer técnico elaborado por pesquisadores da ENSP sobre o Relatório de Impacto Ambiental da TKCSA;
- ✓ 13/08/2009 – Matéria do Jornal o Dia – “Trabalhadores sem salário e com uma refeição por dia” – revela que operários subcontratados em condições degradantes de trabalho; alguns deles dormiam em alojamentos sem cama nem acesso à água limpa e recebiam apenas uma refeição por dia;
- ✓ 25/09/2009 – Ministério da Saúde, através da Portaria n.2.241, institui grupo técnico saúde e licenciamento ambiental com a finalidade de estruturar a participação da área de saúde nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos;
- ✓ 18/10/2009 – Passeata ecológica contra a TKCSA e os projetos industriais que poluem a Baía de Sepetiba patrocinado pelo Movimento Ecumênico Fé e Política do Rio de Janeiro e a Paróquia de São Pedro de Sepetiba;
- ✓ Setembro e outubro de 2009 – Ciclo de Debates (19/09, 03/10, 17/10, 31/10): A Baía de Sepetiba pede Socorro. Pólo Industrial de Sepetiba: desenvolvimento para quem e para quê? Composto por três seminários locais (Ilha da Madeira, Itaguaí e Pedra de Guaratiba) e um seminário regional em Campo Grande a partir do acumulado destes três seminários locais. Elaboração de programa de trabalho para orientar as ações locais de articulação, formação e mobilização para lidar com o caso TKCSA. O ciclo resultou do evento também uma declaração final - carta política;
- ✓ Novembro/2009 – Café da Manhã com Jornalistas. Conferência de imprensa no centro do Rio de Janeiro. Estiveram presentes jornalistas dos seguintes veículos: Folha de São Paulo, Agência EFE, Fazendo Média, Brasil de Fato entre outros. Na ocasião estavam presentes: Karina Kato, Sandra Quintela, Leilane e Marcos Arruda do PACS; Evanize Sydow (assessora de imprensa do PACS); Victor Mucare (advogado); Sergio Ricardo (ambientalista); André Espírito Santo (FAPESCA); Ivo Soares (AAPP Guaratiba); Luís Carlos (Apescari). Na ocasião foi entregue um kit contendo o dossiê sobre o caso, cd com fotos e documentos digitalizados, relatório do GATE e documento final do Tribunal Permanente dos Povos. Envio de material para jornalistas da Carta Capital e do Fantástico;

- ✓ Novembro/2009 - Realização de uma gira pela Alemanha. Participaram uma assessora do PACS e dois pescadores. Realizada uma reunião com sindicalistas em Duisburg. Evento público organizado por diversas organizações alemãs, entre elas FDCL, KoBra, Die Linke Duisburg, ATTAC, Estreitamento das articulações com sindicalistas de base da ThyssenKrupp;
- ✓ 06/11/2009 – Participação do pescador Luis Carlos na Audiência Pública "De Lima a Madrid : luchando por justicia en las relaciones economicas UE-America Latina" no Parlamento Europeu em Bruxelas, Bélgica;
- ✓ 06/11/2009 – Reunião de pescadores, PACS, FDCL e Fundação Rosa Luxemburg com a deputada europeia Gabriella Zimmer no Parlamento Europeu em Bruxelas;
- ✓ 06/11/2009 – Matéria do Globo “Siderúrgica aumentará em 76% emissão de CO2 no Rio – CSA vai lançar 12 vezes mais gás poluente do que toda a indústria”;
- ✓ 26/11/2009 – Encontro com o ministro brasileiro de direitos humanos Paulo Vanucchi. Entrega do dossiê, o relatório do GATE, o documento final do Tribunal Permanente dos Povos e um cd com documentos e fotos das obras. O ministro se comprometeu a estudar os documentos e levar o caso para Brasília;
- ✓ Dezembro/2009: Participação de pescador e seu advogado na Conferência Transnacionais e Direitos Humanos – Terra de Direitos e Rosa Luxemburgo. O objetivo era colocar em contato ativistas, militantes e advogados que atuam na áreas de litigação contra transnacionais na América Latina para pensarem estratégias de ação na área jurídica em casos em que transnacionais dos países do norte violam direitos humanos e constitucionais de povos nos países do sul;
- ✓ Dezembro/2009 – Realização do seminário Estratégias do Capital no Rio de Janeiro: infraestrutura, indústria e energia. Nesta ocasião foi lançado o livro Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA): Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro;
- ✓ 09/12/2009: Seminário Estratégias do Capital no Rio de Janeiro: infra-estrutura, indústria e energia. O encontro visa ao questionamento e análise crítica das políticas “desenvolvimentistas” dos governos federal, estadual e municipal e ao aprofundamento do diálogo sobre os desafios que se apresentam para se pensar e construir novas formas de desenvolvimento. Realizado pelo Plenária dos Movimentos Sociais, o MST, a CMP e o PACS;
- ✓ 14/12/2009 – Diligência na TKCSA da Comissão de Direitos Humano e Minorias da Câmara dos Deputados para apuração de denúncias de danos e ameaças a direitos humanos, econômicos, sociais e ambientais à população diretamente afetada pela TKCSA;
- ✓ 22/12/2009 – Altera a Lei 4372, de 13/06/2006;
- ✓ 2010 – Lançamento do Filme “Não Vale” com o Curso pré-vestibular comunitário de Sepetiba, a comunidade de Sepetiba, e a Paróquia de São Pedro com debate focando o caso da TKCSA e suas irregularidades socioambientais, e avanço do agronegócio realizado no Centro Comunitário Santo Expedito pelo Movimento Ecumênico Fé e Política do Rio de Janeiro;
- ✓ 2010 – Seminário realizado na Igreja de São Pedro em Sepetiba que discutiu os megaprojetos industriais para a região, inclusive a poluição causada pela TKCSA com participação Núcleo Socialista de Campo Grande;
- ✓ 2010 – Debate antes da eleição e Campanha Fraternidade com o tema TKCSA e seus impactos socioambientais com participação de Chico Alencar (PSOL), Rogério Rocco (PV) e Robson Leite (PT);
- ✓ 2010 – Duas reuniões com o BNDES. No âmbito da plataforma BNDES foi realizada uma reunião com uma equipe do BNDES (responsáveis pelo projeto, ouvidora, jurídico) com o objetivo de entregar provas sobre os impactos e as irregularidades do caso da TKCSA;

- ✓ Janeiro/ 2010 – Articulação com outros grupos de atuação no território nacional contra a Vale para atividades no Fórum Social Mundial. Aproximação dos pescadores e do caso TKCSA da articulação Justiça nos Trilhos;
- ✓ 21/01/2010 – Participação na Assembleia Anual dos Acionistas da ThyssenKrupp em Bochum. Participaram um pescador e uma assessora do PACS. Viagem programada e articulada por organizações defensoras de direitos humanos e ambientalistas brasileiras e alemãs, por grupos de solidariedade Alemanha – Brasil, dentre elas PACS, Instituto Rosa Luxemburgo, FDCL, KoBra e pelo partido de esquerda alemão Die Linke. Na Alemanha a intervenção na Assembleia de Acionistas foi noticiada no Financial Times Deutschland, Die Welt, Spiegel on line, Börsen-Zeitung entre outros. A notícia foi divulgada também no Brasil, Itália, Portugal, Cuba e na França;
- ✓ Janeiro/2010 – Audiência Pública na Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico no Parlamento Alemão com presença de um pescador, da assessora do PACS e de representantes da empresa;
- ✓ 25/03/2010 – Foi realizada no Fórum Social Urbano uma oficina intitulada "A Baía de Sepetiba pede Socorro: os megaprojetos e os conflitos sociais e ambientais". Foi realizada pelo Comitê A Baía de Sepetiba pede Socorro em parceria com o Mandato do Deputado Federal Chico Alencar. Compondo a mesa: Dep. Chico Alencar; Félix Ruiz Sanchez (PUC/SP); Virgínia Fontes (UFF);
- ✓ 26/03/2010 – Membros do Comitê Baía de Sepetiba pede Socorro participam do debate sobre “Os Impactos dos Megaprojetos no Rio” no Fórum Social Urbano denunciando os impactos socioambientais provocados pela TKCSA;
- ✓ 31/03/2010 – Moradores de Santa Cruz participam do debate “As Lutas pela Saúde no Rio de Janeiro Hoje e a Organização do Fórum” no Fórum de Saúde denunciando as irregularidades da TKCSA e seus impactos na saúde;
- ✓ 05 a 12/04/2010 – Realização de duas caravanas da articulação "Atingidos pela Vale", objetivando o intercâmbio entre grupos impactados por atividades de siderurgia: uma em Minas Gerais e outra no Corredor Carajás. O pescador Ivo participou da caravana Carajás e Ana Garcia (PACS) da caravana Minas;
- ✓ 12/4/2010 - Recepção de chegada das caravanas Minas e Carajás em Sepetiba, RJ. Evento auspiciado pelo grupo Fé e Política na Igreja de Sepetiba;
- ✓ 12 a 14/04/2010 – Moradores e pescadores do entorno da Baía de Sepetiba denunciam a TKCSA no I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale no Rio de Janeiro. Encontro reuniu mais de 160 participantes de mais de 80 organizações de todo o mundo. No encontro foram denunciadas as violações de direitos humanos, a exploração de trabalhadores e a precarização das condições de trabalho, a destruição da natureza e o desrespeito às comunidades que são marcas dos instrumentos que a empresa utiliza em suas operações;
- ✓ 15/04/2010: Lançamento do Dossiê dos Impactos da Vale no mundo, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Participaram cerca de 200 pessoas. Representantes do Canadá, Peru e Moçambique, por exemplo, intercalaram seus depoimentos com os de lideranças comunitárias, movimentos e organizações sociais e sindicais de estados brasileiros. Após o lançamento foi realizado um ato na porta da Vale;
- ✓ 15/04/2010 – Entrevista para a CBN sobre o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale e sobre o Lançamento do Dossiê Os Impactos da Vale no Mundo;
- ✓ Maio/2010 – Apresentação do caso da TKCSA na Participação no II Tribunal Permanente dos Povos em Madri, Espanha, que julga ética e moralmente as violações de direitos humanos cometidas por empresas transnacionais européias na América Latina. A TKCSA foi incluída no veredito final no eixo de 1) violações a integridade física das pessoas (p. 9),



- 2) impactos ambientais e mudança climática (p.11). Além disso, e talvez a medida mais importante, o dictame sugere uma medida cautelar para suspensão da obra (p.30);
- ✓ Maio/2010 – Oficina sobre formas de litigação de multinacionais na III Cúpula dos Povos em Madrid, Espanha. Foi organizada em conjunto com a Terra de Direitos, PACS, AAPP e o FDCL;
  - ✓ 17/05/2010 – O documento La Unión Europea y Las Empresas Transnacionales em America Latina: Políticas, instrumentos y actores cómplices de las violaciones de los derechos de los pueblo de autoria do Tribunal Permanente de Los Pueblos, propõe enquanto medidas cautelares, dentre outras, a suspensão de grandes projetos e megaprojetos como a planta de aço impulsionada pela TK no RJ, Brasil;
  - ✓ 02/06/2010 – Documentário denuncia desastre ambiental em ilha fluminense. As agressões ambientais ocorridas na Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ), e as consequências disso na vida dos pescadores do local são o tema central do documentário „Território de Sacrificio ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira“. O vídeo foi produzido por pesquisadores da EPSJV/FIOCRUZ e mostra como a vida dos moradores da ilha foi afetada com a chegada de grandes empreendimentos econômicos à região do Porto de Itaguaí;
  - ✓ 11/06/2010 – Debate no programa de rádio Faixa Livre com a presença de Marielene Ramos, Secretária do Ambiente do Rio de Janeiro, Karina Kato (PACS) e Isac Soares, pescador;
  - ✓ 13/06/2010 - O Governo do Estado do Rio de Janeiro inaugura a pedra fundamental do Colégio Estadual Erich Walter Heine, no Conjunto Habitacional João XXIII, em Santa Cruz. O colégio oferecerá Ensino Médio regular e cursos nas áreas de administração, vendas, secretariado, logística e qualidade. O investimento da CSA na unidade será de cerca R\$ 9 milhões;
  - ✓ 14/06/2010 – Reunião com a Promotora Gisele Porto do Ministério Público Federal com o objetivo de pensar formas de barrar e/ou acusar formalmente os projetos que estão sendo implantados na Baía de Sepetiba;
  - ✓ 16/06/2010 – Debate no programa de rádio Faixa Livre com a presença de Marielene Ramos, Secretária do Ambiente do Rio de Janeiro, Karina Kato (PACS) e Isac Soares, pescador;
  - ✓ 18/06/2010 – Inauguração com entrada em operação da planta da TKCSA com a presença do presidente Lula, governador Sérgio Cabral, Roger Agnelli e Eberhard Schultz. Protesto de pescadores e panfletagem em Santa Cruz no dia de inauguração da TKCSA, contrária ao complexo siderúrgico;
  - ✓ 30/07/2010 – Reunião com o assistente e diretor de relações Institucionais de Marilene Ramos, Secretária do Ambiente do Estado com o objetivo de ampliar diálogo e dar visibilidade às nossas denúncias junto ao Estado;
  - ✓ Agosto/2010 – Denúncia de morador de Santa Cruz sobre a poeira de particulados prateados na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ;
  - ✓ 07/08/2010 – Matéria no Extra: Pó brilhoso assusta Santa Cruz – Moradores afirmam que vem tendo problemas de saúde devido a siderúrgica;
  - ✓ 22/08/2010 – Nota de esclarecimento da TKCSA na imprensa afirma que as estações de monitoramento registram resultados abaixo dos níveis estabelecidos pela licença ambiental e que medidas de controle adotadas, cessem as inconveniências relatadas por moradores das imediações da siderúrgica;
  - ✓ 23/08/2010 – INEA multou a TKCSA em R\$1,8 milhão pela poluição atmosférica com material particulado, proveniente da deposição de ferro-gusa em cavas abertas e posteriormente foi reduzido para R\$ 1,3 milhão;

- ✓ 16/09/2010 – Chegada da deputada do Parlamento Europeu Gabrielle Zimmer ao Rio de Janeiro. Almoço com o deputado estadual Marcelo Freixo. Visita a Pedra de Guaratiba e conversa com pescadores locais;
- ✓ 17/09/2010 – Missão de Solidariedade e Investigação de Denúncia em Santa Cruz. Essa missão foi composta por organizações sociais locais e nacionais, entidades sindicais, universidades, órgãos públicos, deputados e vereadores, assim como da deputada europeia Gabrielle Zimmer. A missão visitou escolas, postos de saúde e conversou com moradores e pescadores. Reunião da deputada Gabrielle Zimmer com cerca de dez diretores da CSA, acompanhada de duas assessoras;
- ✓ 17/09/2010 – Coleta de particulados em Santa Cruz contendo em uma amostra limalha de ferro e em outra calcário;
- ✓ 07/09/2010 – Artigo: O discurso da interdisciplinaridade e da sustentabilidade nos projetos de EA escolar: desafios para políticas e pesquisas. In: Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós Graduação no Brasil.USP/Campus Ribeirão Preto;
- ✓ 25/09/2010 – Folder “Missão de Solidariedade e Investigação de Denúncia em Santa Cruz – A Usina da TKCSA causa grave poluição no ambiente e danos à saúde da população em Santa Cruz”;
- ✓ Outubro/2010: Matéria “TKCSA em Santa Cruz: Uma tragédia social anunciada”. Jornal SEPE Regional IX, n.2;
- ✓ 20/10/2010 – Moradores e pescadores de Santa Cruz, Sepetiba e Pedra de Guaratiba participam do Seminário da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro denunciando a TKCSA;
- ✓ 22/10/2010 – Moção de Repúdio a TKCSA em Solidariedade à População de Santa Cruz e Pelo Direito à Saúde, aprovada no VI Congresso Interno da FIOCRUZ;
- ✓ 29/10/2010 – Elaboração da Carta ao INEA, solicitando informações sobre o monitoramento ambiental da qualidade do ar e das emissões atmosféricas da TKCSA, analisados pela empresa e pelo INEA;
- ✓ 23/11/2010 - Moção de Repúdio a TKCSA em Solidariedade à População de Santa Cruz e Pelo Direito à Saúde, aprovada no Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde – Seminário Nacional da Saúde;
- ✓ Outubro a Dezembro de 2010 – Moradores de Santa Cruz impactados pela TKCSA são atendidos no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe)/UERJ e no Cesteh/ENSP/FIOCRUZ;
- ✓ Dezembro/2010 – Relatório de Atividades do PROCEA – Programa TKCSA de Comunicação e Educação Ambiental – julho de 2009 a dezembro de 2010 – relata parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 10ª Coordenadoria Regional de Educação (10ª CRE), Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí e envolve a participação de cerca de 350 diretores, coordenadores e professores e mais de 7 mil alunos de 14 escolas públicas da região onde está instalado o empreendimento da ThyssenKrupp. O objetivo do programa é desenvolver atividades voltadas para a sensibilização e a educação ambiental de professores, funcionários e alunos de 13 escolas municipais localizadas em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e 01 escola no município de Itaguaí;
- ✓ Dezembro/2010 – Matéria: “Missão de solidariedade e investigação evidencia violação de direitos em Santa Cruz. Jornal da ASFOC. Ano XVI dez.2010;
- ✓ Dezembro/2010 – Matéria: “Moção pelo Direito à Saúde” Revista Radis – Comunicação em Saúde. N.100, dez 2010;
- ✓ 03/12/2010 – Jornal das Dez: MP denuncia a CSA por crimes ambientais;

- ✓ 03/12/2010 – RJTV 2ª edição: Vizinhos da CSA reclamam da qualidade do ar em Santa Cruz;
- ✓ 06/12/2011 – Bom Dia Rio: CSA é multada em R\$ 14 milhões - Bom Dia Rio;
- ✓ 10/12/2010 – Moção de Repúdio a TKCSA em Solidariedade à População de Santa Cruz e Pelo Direito à Saúde, aprovada no I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental (disponível no site da ABRASCO);
- ✓ 13/12/2010 – Apresentação da Moção no Encontro de Educadores Ambientais do Estado do Rio de Janeiro. VIII Encontro de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. SEAM UERJ;
- ✓ 14/12/2010 – Matéria do Globo: “Acordo entre MPRJ e INEA prevê auditoria ambiental independente na CSA”. Elaboração de termo de referência do INEA com participação do MPE para cumprimento da auditoria e que só então poderia haver liberação do funcionamento do alto-forno;
- ✓ 15/12/2010 – Apresentação das condicionantes da SEA para a liberação do segundo alto forno;
- ✓ 15/12/2010 – Ratificação do Governador Sérgio Cabral para a Liberação do segundo alto forno;
- ✓ 17/12/2010 – Parecer técnico do Dr. René Mendes afirma a ausência de evidências de que emissões de aerodispersóides, originados da TKCSA no período de julho a setembro de 2010 tenham provocado adoecimento e danos à saúde dos moradores do entorno da TKCSA;
- ✓ 17/12/2010 – RJTV 2ª edição: Governo estadual autoriza o funcionamento de novo forno da CSA;
- ✓ 17/12/2010 – Governo do estado autoriza entrada em operação do alto forno 2 da TKCSA, sem parecer e laudo técnico do INEA, mediante laudo emitido pela CH2M HILL do Brasil Engenharia Ltda, apresentado pela TKCSA. em detrimento do acordo firmado entre o INEA e o MPF;
- ✓ 20/12/2010 – Matéria Notícias do INEA: Autorização para funcionamento do alto forno 2 da CSA foi respaldada por auditoria. “A Companhia alegou que o prazo de 60 dias era muito longo e que isso lhe acarretaria sérios prejuízos econômicos, jurídicos e sociais, inclusive com a possível demissão de 800 postos de trabalho. Por isso, tomamos essa decisão, com o aval do governador Sérgio Cabral, que entendeu a necessidade da CSA. Mas, tudo sob o acompanhamento rigoroso dos órgãos ambientais: garantiu Marilene Ramos;
- ✓ 21/12/2010 – Moção de Repúdio a TKCSA em Solidariedade à População de Santa Cruz e Pelo Direito à Saúde, aprovada no Conselho Universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ 22/12/2010 – Matéria “Autorização para a CSA abre precedente inédito: licenças ambientais por decreto?” Site do Axel Graef. [http://axelgrael.blogspot.com/2010/12/autorizacao-para-csa-abre-precedente\\_22.html](http://axelgrael.blogspot.com/2010/12/autorizacao-para-csa-abre-precedente_22.html);
- ✓ 24/12/2010 – Segundo evento crítico de poluição atmosférica com material particulado causado pela TKCSA, proveniente da deposição de ferro-gusa em cavas abertas;
- ✓ 25/12/2010 – Ação penal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GATE/CAOp) denuncia TKCSA, o diretor de projetos Friedrich-Wilhelm Schaefer e o gerente ambiental Álvaro Barta Boechat, por crimes ambientais (pena de até 19 anos). Denúncia foi complementada por diversos relatórios técnicos do INEA, além de um estudo realizado pelo Instituto de Geociências da UFRJ, atestando aumento de 600% na concentração média de ferro na área de influência da TKCSA;
- ✓ 27/12/2010 – RJTV 2ª edição: CSA será novamente multada por despejar pó prateado em Santa Cruz;

- ✓ 28/12/2010 – Matéria: Pesquisadores se mobilizam para denunciar no Brasil e no exterior poluição da CSA, publicada no sítio Portal Guaratiba ([http://www.portalguaratiba.com.br/2010/noticias/281203\\_ambientalistas\\_se\\_mobilizam\\_para\\_denunciar\\_no\\_brasil\\_e\\_no\\_exterior\\_poluicao\\_da\\_csa.html](http://www.portalguaratiba.com.br/2010/noticias/281203_ambientalistas_se_mobilizam_para_denunciar_no_brasil_e_no_exterior_poluicao_da_csa.html));
- ✓ 28/12/2010 – Matéria: Pesquisadores se mobilizam para denunciar no Brasil e no exterior poluição da CSA, publicada na Revista Plurale;
- ✓ 29/12/2010 – RJTV 1ª edição: CSA terá que pagar indenização para moradores de Santa Cruz atingidos por fuligem;
- ✓ 29/12/2010 – RJTV 2ª edição: CSA vai ter que reduzir a capacidade de produção;
- ✓ 29/12/2010 – Matéria da Agencia Brasil: “CSA se compromete a indenizar moradores por gastos com limpeza de fuligem”;
- ✓ 30/12/2010 – RJTV 2ª edição: Carlos Minc critica a CSA pela poluição provocada pela siderúrgica;
- ✓ Janeiro/2011 – Matéria: “CSA polui e prejudica saúde da população – especialistas da UERJ e Ficoruz se mobilizam para denunciar poluição no Brasil e no exterior. Jornal do SINTUPERJ. Ano VI, n.32. dez 2011;
- ✓ Janeiro/2011 – Estudo Socioambiental na Localidade de Santa Cruz. INEA/DIMAM/GEAR;
- ✓ Janeiro/2011 – Parlamento Alemão e Europeu, em carta dirigida ao MPRJ, afirmaram por dois de seus membros, Niema Movassat e Gabrele Zimmer, respectivamente, questionamentos sobre a escolha da Usiminas para realização da auditoria da TKCSA, quanto á independência e a neutralidade no caso de conflitos de interesses. Pela informação divulgada, pelo menos até 2008 que a empresa brasileira Vale era acionista minoritária da Usiminas. O fundo de pensão Previ que gerencia a Vale também participa até hoje da composição acionária da Usiminas;
- ✓ Janeiro/2011 – Carta do secretário geral do Tribunal Permanente dos Povos, Giani Tognoni, ao promotor estadual Daniel Ribeiro, informando sobre as duas sentenças internacionais;
- ✓ 03/01/2011 – Matéria do Estadão: “FIOCRUZ pede ao INEA cópia de laudo de fuligem expelida no Rio pela CSA”;
- ✓ 05/01/2011 - INEA multou a TKCSA em R\$ 2,8 milhões pela poluição atmosférica e compensação socioambiental indenizatória de R\$ 14 milhões;
- ✓ 05/01/2011 - Usiminas é contratada pela SEA para realização de auditoria na TKCSA, sendo alvo de diversas acusações de conflito de interesses;
- ✓ 07/01/2011 – Ofício de Solicitação de diversas entidades e parlamentares ao Promotor de Justiça da Coordenação de Meio Ambiente do Grupo de Apoio Técnico Especializado. Assunto: Solicitação de Informações sobre a Auditoria Independente a ser realizada na ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico;
- ✓ 07/01/2011 – Reunião da FIOCRUZ com a SEA sobre o Caso TKCSA, na qual foi apresentada a possibilidade de cooperação através de formação de um grupo de trabalho envolvendo a FIOCRUZ, universidades públicas e secretarias de saúde;
- ✓ 08/01/2011 – Apresentação por pesquisador da EPSJV do tema Saúde no encontro com os moradores, realizados em praça pública em Santa Cruz, com abaixo-assinado Declaração de Santa Cruz, contrário a TKCSA;
- ✓ 10/01/2011 – Matéria: “CSA terá que reduzir sua capacidade operacional a 70%”. O presidente do conselho de administração da CSA, Hans Fischer garantiu na reunião que a siderúrgica vai indenizar as famílias afetadas pelas emissões de grafite, em valores ainda não calculados. A própria companhia estima em 6 mil o número de residências atingidas;
- ✓ 15/01/2011 – Matéria: “Companhia Siderúrgica do Atlântico polui e prejudica saúde da população”. Jornal do SINTUPERJ. Ano VI n.32, jan. 2011;

- ✓ 21/01/2011 – Intervenção de Christian Russau (KoBra – Kooperation Brasilien) na Assembleia de Acionistas da ThyssenKrupp em Bochum (Alemanha) no qual relatou os impactos socioambientais da TKCSA no Brasil e solicitou diversos esclarecimentos ao Ekkehard Schulz, presidente da ThyssenKrupp;
- ✓ 29/01/2011 – Matéria: “ThyssenKrupp briga no Brasil por usina mais cara da história do grupo industrial - O investimento de quase 6 bilhões de euros no complexo siderúrgico no Brasil ainda não tem licença definitiva. Depois de ter registrado incidentes ambientais, a empresa muda o tom e aceita auditoria.” Fonte: Via Política/Deutsche Welle;
- ✓ Fevereiro/2011 – Matéria: O trágico preço do “Progresso” – Complexo siderúrgico instalado no Rio de Janeiro comete crimes ambientais e viola direitos de pescadores e moradores da região. Revista Caros Amigos;
- ✓ Fevereiro/2011 – Diagnóstico Situacional sobre Botos Cinza e o Ecossistema Marinho da Baía de Sepetiba, elaborado pela Equipe Técnica do Projeto Boto Cinza;
- ✓ 02/02/2011 – Matéria no site da EPSJV sobre os Impactos dos Grandes Empreendimentos e o Sistema de Licenciamento/EIA-RIMA;
- ✓ 04/02/2011 - Grupo de pescadores e moradores de Santa Cruz participou do Seminário da Rede Alerta em Anchieta (ES), em solidariedade aos impactos da Companhia Siderúrgica do Ubu (CSU) e denunciaram a CSA relatando suas experiências e estratégias de luta;
- ✓ 13/02/2011 – Matéria: Acionistas da ThyssenKrupp tomaram conhecimento do que acontece na Siderúrgica de Santa Cruz, publicada no sítio Portal Guaratiba ([http://www.portalguaratiba.com.br/2011/noticias/130204\\_acionistas\\_da\\_thyssen\\_krupp\\_tomaram\\_conhecimento\\_do\\_que\\_acontece\\_na\\_siderurgica\\_de\\_santa\\_cruz.html](http://www.portalguaratiba.com.br/2011/noticias/130204_acionistas_da_thyssen_krupp_tomaram_conhecimento_do_que_acontece_na_siderurgica_de_santa_cruz.html));
- ✓ 18/02/2011- Morte do auxiliar operacional Jorge Édio de Araújo Junior na TKCSA;
- ✓ 21/02/2011 – Em entrevista dada ao jornal Estadão, na matéria – CSA: uma siderúrgica que começou errado - o diretor de sustentabilidade da TKCSA afirma “segundo o executivo, a poeira que se espalhou na região não é tóxica. É isso que a FIOCRUZ quer verificar com a análise em curso das amostras coletadas na vizinhança da siderúrgica. Moradores foram examinados para a produção do laudo, que deve ficar pronto ainda esse mês”. Este relato dado pela TKCSA configura-se uma distorção dos fatos;
- ✓ 23/02/2011 – Portaria da ENSP/FIOCRUZ constituindo o grupo de trabalho para examinar e atuar sobre os possíveis problemas socioambientais e de saúde associados à siderúrgica TKCSA; manifesto assinado pelos moradores diretamente impactados pela TKCSA; Abaixo-assinado contra a auditoria da Usiminas e a concessão da licença de operação definitiva da TKCSA;
- ✓ 25/02/2011 – Ato contra a TKCSA no INEA/SEA. Durante o ato reunião da comissão de moradores com a SEA, com presença de pesquisador da FIOCRUZ. Foram protocolados: carta escrita por moradores impactados pelas atividades da TKCSA;
- ✓ 01/03/2011 – Ato público em frente a TKCSA em decorrência da morte de trabalhador na TKCSA. Boletim CSP-CONLUTAS;
- ✓ 01/03/2011 – Citação sobre os impactos socioambientais em Santa Cruz. Entrevista: A serviço dos movimentos sociais: lado a lado com eles, Escola Politécnica da FIOCRUZ contribui para promover a saúde e a educação, na cidade e no campo. Revista de Manguinhos. Ano XXII n.22 - dez.2010. p.32-36;
- ✓ 01/03/2011 – deputado estadual Marcelo Freixo denuncia os impactos da TKCSA em pronunciamento na ALERJ;
- ✓ 01/03/2011 – Ato da SEA, publicado em DO, instituindo grupo de trabalho para avaliar os danos à saúde causados em virtude da emissão de fuligem na atmosfera pela empresa ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, composto pelas entidades: SEA, SESDF, SMS, FIOCRUZ, UFRJ e UERJ;

- ✓ 01/03/2011 – Matéria: CSA não terá licença definitiva enquanto não cumprir exigências, publicada no sítio Portal Portogente (<http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=41685>) sobre o Ato na SEA;
- ✓ 02/03/2011 – Matéria: CSA não terá licença definitiva enquanto não cumprir exigências, publicada pela Revista Vírus Planetário;
- ✓ 03/03/2011 – Comissão do Ato Contra TKCSA protocola carta junto a SEA e ao INEA solicitando esclarecimentos sobre o caso TKCSA, o licenciamento, a contratação da auditoria da Usiminas, a poluição da siderurgia, os agravos a saúde, etc;
- ✓ 03/03/2011 – Matéria: “SEA não dará licença definitiva enquanto CSA não cumprir exigências ambientais - SEA recebeu uma comissão de manifestantes. Eles denunciam que Companhia está poluindo a região” Ambiente Notícias. Ascom, site da SEA;
- ✓ 09/03/2011 – Entrevista: CSA causa racismo ambiental em população de Santa Cruz, publicada no Portal Portogente;
- ✓ 12/03/2011 – Apresentação pelo Grupo de Trabalho da EPSJV dos impactos à saúde causados pela TKCSA no Conselho Distrital de Saúde da AP5.3, em Santa Cruz, a convite deste conselho, onde houve distribuição da Revista Poli – Saúde, educação, trabalho (Ano II n.16 - mar./abr.2011), com a matéria (p.19-21) “Licença para impactar: Os conflitos na Saúde Ambiental” sobre o caso TKCSA e Belo Monte e da moção de repúdio aprovada no VI Congresso Interno da FIOCRUZ;
- ✓ 16/03/2011 – Reunião do GT da SEA aponta a possibilidade de realização de auditoria em saúde decorrente da poluição da TKCSA. Foi indicado a Fundacentro. A SEA foi questionada por não ter indicada a FIOCRUZ por terem pesquisadores acompanhando ser um centro de referência internacional;
- ✓ 18/03/2011 – Em função da reunião do Conselho Estadual de Saúde ter como ponto de pauta o caso TKCSA foram distribuídos a Revista Poli – Saúde, educação, trabalho (Ano II n.16 - mar./abr.2011) e a moção de repúdio aprovada no VI Congresso Interno da FIOCRUZ;
- ✓ 18/03/2011 – Publicação no diário oficial do requerimento de autoria da deputada estadual Lucinha (PSDB) criando Comissão Especial para apurar possíveis irregularidades e imprevidências do Governo do Estado e do Instituto Estadual de Ambiente - INEA - no processo de concessão de licenciamento ambiental referente à implantação da siderúrgica na região;
- ✓ 24/03/2011 – Portaria da EPSJV/FIOCRUZ constituindo o grupo de trabalho para examinar e atuar sobre os possíveis problemas socioambientais e de saúde associados à siderúrgica TKCSA;
- ✓ Março-Abril/2011 – Matéria: “Licença para impactar – Os conflitos na Saúde Ambiental. Revista Poli – EPSJV. Ano III. N.16. p.18-21;
- ✓ Março/2011 – Matéria: TKCSA: movimento em defesa dos moradores de Santa Cruz ganha força. Jornal da ASFOC – Ano XVII – março 2011. p.7;
- ✓ Abril/2011 – Matéria “Chuva de poeira prateada”. Le Monde Diplomatique Brasil p.8-9;
- ✓ Abril/2011 – O relatório de auditoria da TKCSA elaborado pela Usiminas é apresentado ao INEA;
- ✓ 12/04/2011 – Abaixo-assinado Repúdio à auditoria da Usiminas para Concessão da Licença de Operação à Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA);
- ✓ 17/04/2011 – Matéria no Jornal o Globo: “Paes critica CSA e indicação ação verde - Prefeito anuncia incentivos a prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores”;
- ✓ 21/04/2011 – Visita técnica a Baía de Sepetiba com os pescadores, moradores, ONG, universidades e pesquisador da FIOCRUZ;

- ✓ 22/04/2011 – Matéria no Jonal o Globo: “Achamos que só os empregos bastariam - Presidente da CSA admite que companhia avaliou mal as reações da comunidade e diz que quer mudar imagem”;
- ✓ 20-23/4/2011: II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale em Sarzedo, MG. Participação do pescador e morador de Santa Cruz, Jaci do Nascimento, e duas assessoras do PACS;
- ✓ 30/04/2011 – Palestra de pesquisador da FIOCRUZ sobre os Impactos à Saude Ambiental da TKCSA em Itaguaí e Santa Cruz. Seminário Comemoração ao Dia da Baixada, na Câmara Municipal de Vereadores de Seropédica;
- ✓ 07/05/2011 – Inaugurada, no bairro de Santa Cruz, o Colégio Estadual Erich Walter Heine, primeira escola sustentável do país, que faz parte de um convênio da empresa ThyssenKrupp CSA e o governo do estado;
- ✓ 09/05/2011 – Apresentação do vídeo - Desenvolvimento a Ferro e Fogo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, do IBASE, no Clube de Engenharia;
- ✓ 09/05/2011 – Matéria “Secretário do Ambiente anuncia medidas fortes para adequação ambiental da CSA” Ambiente Notícias;
- ✓ 10/05/2011 – Secretário do Ambiente, Carlos Minc, embarga obra de ampliação (terceira coqueria) da CSA e exige cobertura de poço poluente. Ambiente Notícias da SEA;
- ✓ 10/05/2011 – A Associação Rural Nippo Brasileira de Santa Cruz encaminha carta informa que desde a instalação da TKCSA a colônia japonesa, instalado no território desde 1938, tem enfrentado graves problemas relacionados a perdas de produção e de transtornos nas residências em consequência de transbordamentos do canal São Fernando. Com o desvio do canal do São Francisco para o rio Guandu pela TKCSA tem causado refluxo das águas para o canal nas cheias e nas marés alta, ocasionando transbordamento;
- ✓ 11/05/2011 – Matéria “Fuligem pode custar à CSA suspensão de licença. Minc fixa prazo para início de obras que reduzam poluição e embarga projeto de ampliação.” Jornal o Globo;
- ✓ 14/05/2011 – Apresentação pelo Grupo de Trabalho da EPSJV dos impactos à saúde causados pela TKCSA no Conselho Distrital de Saúde da AP5.2, em Campo Grande, a convite deste conselho;
- ✓ 14-15/5/2011 - Curso de Formação com moradores de Santa Cruz e pescadores na UFRRJ organizado pelo PACS
- ✓ 20/05/2011 – INEA autoriza autorização para ampliação da CSA mediante apresentação de projeto de exaustor que terá sua implantação finalizada em 1 ano;
- ✓ 20/05/2011 – Matéria “Mais 1 ano de chuva de fuligem. Estado libera obra após CSA apresentar projeto que só cessa emissão de pó em 12 meses. Jornal O Dia;
- ✓ 20/05/2011 – É inaugurada a primeira "escola verde" da América Latina, através de um convênio entre a TKCSA e Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. A escola é a primeira a conseguir certificação LEED Schools (sigla em inglês para liderança em energia e design ambiental);
- ✓ 24/05/2011 – Primeira audiência pública realizada na ALERJ convocada pela Comissão Especial da ALERJ instaurada para apurar possíveis e irregularidades e imprevidências do governo do estado e do INEA, no processo de concessão de licenciamento ambiental referente a implantação da TKCSA, com a convocatória e relato de pesquisadores da FIOCRUZ;
- ✓ 24/05/2011 – Na audiência houve denúncia da inauguração de uma boate em Itacuruça, que é freqüentada pelos chineses funcionários da TKCSA , onde meninas, menores de idade estão se prostituindo e usando drogas;

- ✓ 25/05/2011 – Matéria do SINDISPREV. Licença de Cabral para CSA ligar 3 alto-forno e “poluir mais” é criticado na ALERJ (<http://www.sindsprevrj.org.br/jornal/secao.asp?area=18&entrada=4916>);
- ✓ 25/05/2011 – A comissão do ato de 25 de fevereiro de 2011 protocola novo documento junto a SEA e o INEA reiterando a solicitação de resposta as questões apresentas em 25/02/2011;
- ✓ Junho/2011 – Matéria: Um futuro prateado. Jornal dos economistas. n.263, junho 2011 Órgão oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ;
- ✓ Junho /2011 – Panfleto “Resistência de Aço – Articulação da População Atingida pela CSA”;
- ✓ 04/06/2011 – Palestra Caso TKCSA: Sábado é dia de Cinema em São Gonçalo. Grandes obras, grandes problemas, grandes negócios. Auditório FFP/UERJ;
- ✓ 07/06/2011 – Palestra sobre a sustentabilidade e as políticas públicas – caso TKCSA. Semana do Ambiente da PUC-Rio;
- ✓ 08/06/2011 – TKCSA é denunciada pelo Ministério Público Estadual, por crimes ambientais pela segunda vez, respondendo o gestor técnico da empresa, Luiz Cláudio Ferreira Castro. De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) MP, os réus não adotaram medidas de precaução ao acionar o Alto Forno 2, em dezembro, tampouco comunicaram os órgãos ambientais competentes sobre os impactos ambientais gerados desde então;
- ✓ 08/06/2011: Segunda Ação Penal do MPRJ. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) voltou a denunciar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), da ThyssenKrupp, por crimes ambientais;
- ✓ 14/06/2011 – Oitava de audiência pública convocada pela Comissão Especial da ALERJ, com os temas saúde e atividade pesqueira, com a convocatória e relato de pesquisador da FIOCRUZ;
- ✓ 21/06/2011 – Oitava de audiência pública convocada pela Comissão Especial da ALERJ, com a convocatória da Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, Marilene Ramos;
- ✓ 27/06/2011 – O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denunciou por crimes ambientais a Usiminas e quatro de seus prepostos, Bruno Menezes de Melo, Ricardo Salgado e Silva, Marta Russo Blazek e Monica Silveira e Consta Chang, por apresentarem relatório de auditoria ambiental parcialmente falso e enganoso, inclusive por omissão, ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para instruir o processo de licenciamento da TKCSA;
- ✓ Julho /2011 – Panfleto “Resistência de Aço – Articulação da População Atingida pela CSA”;
- ✓ 02/07/2011 – Moção de Repúdio a TKCSA em Solidariedade à População de Santa Cruz e pelo Direito à Saúde Ambiental. Aprovada na Plenária Internacional de Mobilização: Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental. Rio de Janeiro. Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20;
- ✓ 06/07/2011 – Aprovada audiência da comissão de seguridade social e família da Câmara de Deputados que deve ser realizada nas próximas semanas em Brasília para discutir os riscos à saúde do trabalhador e da população da Zona Oeste do Rio de Janeiro com as atividades da CSA”;
- ✓ 15/07/2011 – Palestra: Conflitos socioambientais na Baía de Sepetiba – O Caso TKCSA. Seminário Políticas públicas, controle social e sustentabilidade: Um enfoque para a Rio+20. Apedema-Baixada. FIOCRUZ. Rio de Janeiro;



- ✓ 15/07/2011 – Entrevista de pesquisador da FIOCRUZ na rádio Catedral sobre os impactos à saúde causados pela TKCSA em Santa Cruz;
- ✓ 28/07/2011 – TKCSA move uma ação de responsabilidade civil contra o pesquisador médico sanitário da FIOCRUZ Hermano Albuquerque de Castro;
- ✓ 30/07/2011 – Articulação da População Atingida pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (APACSA) encaminha ofício aos representantes da auditoria Conestoga – Rovers & Associados na reunião na Paróquia de São José, Av. João XXIII, Santa Cruz, para tratar da auditoria em curso acerca das atividades da TKCSA;
- ✓ Agosto/2011 – Panfleto “Resistência de Aço – Articulação da População Atingida pela CSA;
- ✓ Agosto/2011 – Matéria: “Chuva se irregularidades, desrespeito à vida e bem-estar à TKCSA. Jornal da ASFOC. Ano XVII. Ago.2011;
- ✓ Agosto 2011 – Matéria: Desenvolvimento – Para onde? Para quê? Para quem? Radis Comunicação em Saúde aborda os impactos à saúde causados pela TKCSA;
- ✓ Agosto 2011- Matéria da publicação de circulação externa da TKCSA – Hora da Verdade – afirma que a CSA apóia os governos estadual e municipal na construção de novas e modernas unidades de atendimento médico. TKCSA faz investimentos de R\$ 4 milhões na construção da unidade de Clínica de Família da Reta João XXIII. A TKCSA afirma que declarações de pesquisador da FIOCRUZ são falsas;
- ✓ 10/08/2011 – Audiência pública na ALERJ sobre o caso TKCSA foi cancelada devido ao cancelamento da vinda do IBAMA-RJ;
- ✓ 13/08/2011 – Denúncia na assembleia do SEPE-RJ sobre as ações da TKCSA junto as escolas públicas de Santa Cruz e Itaguaí, autorizadas pelas secretarias estadual e municipal de educação;
- ✓ 16/08/2011 – Presidência da FIOCRUZ, através de comunicado institucional contesta jornal da TKCSA que apresenta produção de informações descontextualizadas, que agredem a credibilidade institucional construída ao longo de mais de cem anos;
- ✓ 18/08/2011 – Audiência pública na ALERJ sobre o caso TKCSA foi cancelada devido ao não comparecimento do Secretario Estadual do Ambiente Carlos Minc;
- ✓ 18/08/2011 – Moção de Apoio à Comunidade e Trabalhadores de Santa Cruz/RJ pelo Direito à Saúde, a educação, ao Trabalho e a Vida aprovada no VIII Congresso do SINTUPERJ;
- ✓ 19/8/2011 - Participação em reunião nacional dos Atingidos pela Vale em Anchieta (ES). Visita e troca com a comunidade que será atingida pela CSU;
- ✓ 22/08/2011 – Matéria do Jornal o Globo: CSA assina acordo para investir R\$4,6 milhões em projetos de pescadores da Baía de Sepetiba;
- ✓ 24/08/2011 – Audiência pública na ALERJ sobre o caso TKCSA foi novamente cancelada devido ao não comparecimento do Secretario Estadual do Ambiente Carlos Minc e do representante da TKCSA;
- ✓ 24/08/2011 – A Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) manifesta seu apoio ao pesquisador Hermano Albuquerque de Castro, através de manifesto e no site da associação;
- ✓ 25/08/2011 – Carta de repúdio ao acordo assinado entre a SEA e a União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do RJ (UEPA). Assinado pela Associação dos Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba (AAPP) e Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios (APESCARI), Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro – FAPESCA, Confederação das Federações de Pescadores Artesanais do Brasil – CONFAPESCA, Colônia Z15 – Sepetiba;
- ✓ 25/08/2011 – Moradores de Santa Cruz acampam na porta da SEA em denúncia pelo não comparecimento do Secretario Estadual do Ambiente Carlos Minc nas audiências públicas

- na ALERJ sobre a TKCSA e exige a presença do mesmo nas audiências públicas da comissão especial da ALERJ;
- ✓ 26/08/2011 – Carta aberta à sociedade sobre a Ocupação na Secretaria de Estado do Ambiente pela comunidade de Santa Cruz/RJ;
  - ✓ 27/08/2011 – Reunião extraordinária sobre os impactos a saúde da TKCSA no Conselho Distrital de Saúde da AP5.3, em Santa Cruz. Esteve presente a FIOCRUZ. Os representantes da SEA, da Coordenação da Saúde do Trabalhador da SMSDC e da TKCSA não compareceram;
  - ✓ 27/08/2011 – Denúncia do caso TKCSA junto a Assembleia do SEPE e autorização do mesmo para publicação de matéria denunciando os impactos à saúde e a educação ambiental realizada pelo complexo siderúrgico nas escolas da rede pública no território;
  - ✓ 29/08/2011 – Pesquisadores do PACS, FIOCRUZ e UERJ participam de debate promovido pela Equipe Técnica do Projeto Políticas Públicas de Saúde da Faculdade de Serviço Social na UERJ sobre os impactos gerados pela TKCSA na saúde, na educação e ao ambiente;
  - ✓ 31/08/2011 – Carta em solidariedade aos moradores e moradoras de Santa Cruz, em mais um dia de luta. Justiça nos Trilhos - Rede de organizações civis, movimentos sociais, pastorais sindicatos e núcleos universitários do Maranhão. Açailândia/Piquiá, Estado do Maranhão;
  - ✓ 31/08/2011 – Matéria: Manifestantes de Santa Cruz são recebidos pelo Secretário do Ambiente Carlos Minc. Notícias INEA;
  - ✓ Setembro/2011 – Panfleto “Resistência de Aço – Articulação da População Atingida pela CSA”;
  - ✓ Setembro/2011 – Matéria “TKCSA: Explorações e isenções. Jornal SEPE Regional IX, n. 4”;
  - ✓ 05/09/2011 – Audiência pública na ALERJ sobre o caso TKCSA com presença do ex-superintendente estadual do Ibama, Rogerio Rocco. Não compareceram mesmo tendo sido convidados a Presidente do INEA Marilene Ramos e o Luiz Tenório, representante área de saúde do INEA/SEA;
  - ✓ 05/09/2011 – Matéria: Moradores, pescadores e parlamentares se mobilizam contra licença definitiva à TKCSA. Publicada pela Rede Brasil Atual;
  - ✓ 05/09/2011 – No de apoio da Articulação da População Atingida pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (APACSA) em apoio ao pesquisador Dr. Hermano Albuquerque de Castro (ENSP/FIOCRUZ), diante da inaceitável e repulsiva tentativa de desqualificação técnica de seu trabalho pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) em matéria da publicação de circulação externa da TKCSA – Hora da Verdade, n.1, agosto 2011;
  - ✓ 15/09/2011 - Manifesto do SEPE em apoio à população de Santa Cruz/RJ atingida pela TKCSA que protesta acampada em frente a sea/inea contra o descaso do governo Cabral/Minc;
  - ✓ 20/09/2011 – Nota enviada pelo deputado alemão do partido Die Linke do parlamento federal alemão, Niema Movassat, em solidariedade e apoio aos moradores e moradoras de Santa Cruz em mobilização no dia hoje. “A fração DIE LINKE e eu mesmo, Niema Movassat, queria expressar nossos protestos sobre os defeitos e os prejuízos da gente e do ambiente causados através da aceraria da Companhia Siderúrgica do Atlântico do conglomerado alemão ThyssenKrupp na Baía de Sepetiba”;
  - ✓ 20/09/2011 – Passeata de moradores de Santa Cruz pela Av. João XXIII para e reunião com o secretário Carlos Minc. A maioria dos presentes se retirou no início da reunião por divergências na constituição da mesa e no encaminhamento da mesma.
  - ✓ 19/10/2012 – I Seminário Nacional Pela Regularização dos Territórios Pesca Artesanal, realizado na UERJ – Campus Maracanã, com a presença de pescadores artesanais de

vários pontos do litoral do estado do Rio de Janeiro, personas do movimento do referido de outros estados do Brasil, professores e estudantes universitários.

- ✓ 01/10/2012 – Publicação do boletim do Sepe-Regional IX -“Recuperação Ambiental e Crescimento Social – Santa Cruz sem a CSA”. Falando sobre a proposta do movimento para transformação da TKCSA num grande Centro Universitário Ecotecnológico. Militantes distribuíram centenas de exemplares do boletim para a população escolas públicas da região durante dois meses após a publicação.
- ✓ 01/12/2012 – Plenária na Faculdade Machado de Assis em Santa Cruz, sobre as propostas e informes do movimento pela transformação da TKCSA num grande centro universitário ecotecnológico.

Fonte: Linha do tempo elaborada por Alexandre Pêsoa, professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz.

**ANEXO B** - Declaração do Encontro Unitário de Camponeses (Brasília, de 20 a 22 ago. 2012)



Após séculos de opressão e resistência, “as massas camponesas oprimidas e exploradas”, numa demonstração de capacidade de articulação, unidade política e construção de uma proposta nacional, se reuniram no “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária”, no ano de 1961, em Belo Horizonte. Já nesse I Congresso os povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas

perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão.

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum.

Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de *commodities* de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra.

O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo superexploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta superexploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.

Estas consequências foram agravadas pela ausência, falta de adequação ou caráter assistencialista e emergencial das políticas públicas. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado, muitas vezes, retiram direitos e promovem a violência no campo.

Mesmo gerando conflitos e sendo inimigo dos povos, o Estado brasileiro nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente vem investindo no fortalecimento do modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e degradador. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos campesinatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade.

Diante disto, afirmamos:

1. a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
2. a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
3. a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
4. a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.
5. a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.
6. a necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.
7. a soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.
8. a educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Elas se contrapõem à educação rural, que tem como objetivo auxiliar um projeto de

agricultura e sociedade subordinada aos interesses do capital, que submete a educação escolar à preparação de mão-de-obra minimamente qualificada e barata e que escraviza trabalhadores e trabalhadoras no sistema de produção de monocultura.

9. a necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrados em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo, das águas e das florestas.
10. a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

Nos comprometemos:

1. a fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.
2. a ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pela reconhecimento, titulação, demarcação e desintrusão das terras indígenas, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.
3. a fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.
4. a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.
5. a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes.
6. a construir uma agenda comum para discutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas.
7. a fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.
8. a ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
9. a lutar por mudanças no atual modelo de produção pautado nos petrodependentes, de alto consumo energético.
10. a combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.
11. a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas exigimos o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos um País e uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Brasília, 22 de agosto de 2012.

Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR)	Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
Associação das Mulheres do Brasil (AMB)	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)	Movimento Camponês Popular (MCP)
Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF)	Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
CARITAS Brasileira	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ)	Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	Oxfam Brasil
Comissão Pastoral da Pesca (CPP)	Pastoral da Juventude Rural (PJR)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Plataforma Dhesca
Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)	Rede Cefas
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)	SINPRO DF
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)	Terra de Direitos
FASE	Unicafes
Greenpeace	VIA CAMPESINA BRASIL
INESC	

Fonte: Notícias da Terra: Comissão Pastoral da Terra de Rondônia – Brasil. Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com.br/2012/08/declaracao-do-encontro-nacional.html#more>>. Acesso em: 10 jan. 2013.



## ANEXO C - Homenagem a pesquisadores, na Cúpula, vira ato “Fora TKCSA”



Alexandre, Mônica, Eliomar, Hermanno e Freixo ao final da homenagem na Cúpula dos Povos

A tenda Carmem da Silva, na Cúpula dos Povos, ficou lotada, hoje (18/06), na homenagem do mandato Eliomar Coelho aos pesquisadores que foram processados porque denunciaram danos ao meio ambiente, à população de Santa Cruz e aos pescadores de Sepetiba. Receberam Medalha Pedro Ernesto, o pneumologista Hermanno Albuquerque de Castro e o engenheiro sanitário Alexandre Pessoa Dias (ambos da FIOCRUZ) e a bióloga Mônica Lima, da UERJ. O tom era de manifestação e a palavra de ordem foi “Fora TKCSA”.

Eliomar também entregou Moção de Reconhecimento e Louvor a Jaci do Nascimento, pescador em Sepetiba, e a Rodolfo Martins Lobato, morador de Santa Cruz, líderes do movimento contra a concessão da licença definitiva à TKCSA. Antes, eles participaram de um concorrido debate sobre os impactos ambientais de megaempreendimentos como TKCSA, COMPERJ e Porto-Açu.

“Esses processos são uma tentativa de esconder a farsa que se tornou o órgão ambiental estadual. Improvisaram um Termo de Ajuste de Conduta. Como ajustar um empreendimento que fez tudo errado desde o início? Como reverter o quadro de poluição que aumentará as emissões de particulado em mais de dez vezes na cidade?”, questionou Eliomar.

A fragmentação do licenciamento foi duramente criticada pelos pesquisadores, incluindo Marcelo Firpo, que também participou do debate. Para Firpo, é uma estratégia que visa acelerar o processo de licenciamento e mascara o impacto ambiental.

“O processo e a medalha mostram que estamos do lado certo”, disse a bióloga Mônica Lima que lembrou dos “pescadores assassinados pelo barco da TKCSA” e dedicou o prêmio

aos pescadores, aos moradores e a militantes como Sandra Quintela, da rede Jubileu Sul-Américas, que também denuncia os estragos causados pela TKCSA e estava presente.

“Queremos ver a TKCSA virar um museu do desenvolvimento”, disparou Sandra Quintela.

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) também participou da homenagem. Freixo assinalou que a TKCSA terá que devolver, aos cofres públicos, R\$ 552 milhões em impostos. Ele entrou com ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) junto ao Supremo Tribunal Federal contra a isenção fiscal irregular concedida pelo governo estadual à companhia.

### **Eliomar cumprimenta Jaci do Nascimento depois de entregar Moção**

“Eu saía para pescar às 16h e voltava meia-noite com quatro caixas de peixe. Hoje o peixe é pingado”, revelou Jaci do Nascimento que, como outros pescadores, procurou outras formas de sustento.

O líder da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara, Alexandre Anderson, reforçou que 23 mil pescadores artesanais foram prejudicados pelos megaempreendimentos. Ele é um dos líderes do movimento contra a instalação do gasoduto que escoará a produção da Petrobrás para o COMPERJ (Complexo Petroquímico Rio de Janeiro), na região de Itaboraí.

Fonte: Artigo que o engenheiro e vereador Eliomar Coelho publicou no seu blog em 18 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/fora-tkcsa-e-palavra-de-ordem-na-homenagem-ao-pesquisadores-processados-pela-companhia/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

## ANEXO D - Emissão de títulos para BNDES influencia aumento da Dívida Pública Federal em junho

23/07/2012 - 15h48

Wellton Máximo

*Repórter da Agência Brasil*

Brasília – Impulsionada pela emissão de R\$ 10 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Dívida Pública Federal (DPF) subiu 2,53% em junho. Segundo números divulgados há pouco pelo Tesouro Nacional, o estoque da DPF encerrou o mês passado em R\$ 1,970 trilhão, contra R\$ 1,922 trilhão registrados no fim de maio.

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna subiu 2,65%, passando de R\$ 1,833 trilhão para R\$ 1,882 trilhão. Isso ocorreu porque o Tesouro emitiu R\$ 34,77 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Desse total, grande parte decorreu da emissão para o BNDES, por meio da qual o Tesouro Nacional lança títulos públicos e empresta os papéis para o banco de desenvolvimento, que os vende no mercado para ampliar o capital.

No pacote de estímulo à indústria lançado em abril, o governo anunciou o repasse de R\$ 45 bilhões em títulos públicos para o BNDES. Esse mecanismo tem sido usado para reforçar o capital do banco, que pode ampliar os financiamentos a empresas nacionais. Desde 2009, o governo injetou R\$ 245 bilhões na instituição financeira: R\$ 100 bilhões em 2009, R\$ 80 bilhões em 2010, R\$ 55 bilhões em 2011 e no início de 2012, e mais R\$ 10 bilhões no mês passado.

A alta também foi impulsionada pela incorporação de R\$ 13,76 bilhões em taxas de juros. O reconhecimento de juros ocorre porque a correção que o Tesouro se compromete a pagar aos investidores – que emprestam dinheiro para que o governo possa rolar a dívida – é incorporada gradualmente ao valor devido. No caso de um investidor que comprou um título por R\$ 100, com correção de 12% ao ano, ele receberá R\$ 964 ao final de 20 anos. Essa diferença é incorporada mês a mês ao total da dívida pública.

Depois de disparar nos últimos meses por causa da alta do dólar, a dívida pública externa se estabilizou. De acordo com o Tesouro, o aumento de apenas 0,05% da moeda norte-americana em junho fez a dívida pública externa subir 0,16%, encerrando junho em R\$ 89,05 bilhões, contra R\$ 88,91 bilhões registrados no mês anterior.

Por meio da dívida pública, o governo pega emprestados recursos dos investidores para honrar compromissos. Em troca, compromete-se a devolver os recursos com alguma correção, que pode ser definida com antecedência, no caso dos títulos prefixados, ou seguir a variação da taxa Selic, da inflação ou do câmbio.

*Edição: Lana Cristina*

Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-07-23/emissao-de-titulos-para-bndes-influencia-aumento-da-divida-publica-federal-em-junho>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

**ANEXO E** - Lei Nº 466, de 21 de outubro 1981 - Dispõe sobre o zoneamento industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - No zoneamento urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro as atividades industriais se localizarão em zonas definidas como:

**I** - zonas de uso estritamente industrial (ZEI) - destinadas, preferencialmente, à localização de estabelecimentos industriais cujos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, ruídos, vibrações, emanações e radiações possam causar perigo à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações, mesmo depois da aplicação de métodos adequados de controle de tratamento de efluentes, nos termos da legislação vigente;

**II** - zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI) - destinadas, preferencialmente, à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbem o repouso noturno das populações;

**III** - zonas de uso diversificado (ZUD) - destinadas à localização de estabelecimentos industriais cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural em que se situem, e com elas se compatibilize, independentemente do uso de métodos especiais de controle da poluição, não ocasionando, em qualquer caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar, e à segurança das populações vizinhas.

**Parágrafo único** - Nas zonas de uso estritamente industrial (ZEI), será permitido exclusivamente o uso industrial, tolerando-se no entanto, a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços, complementares às atividades industriais ali instaladas. Nas zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI), o uso industrial tem preferência sobre os demais. Nas zonas de uso diversificado (ZUD), o uso industrial pode coexistir com os demais usos urbanos, dependendo da natureza, porte, e características de cada indústria.

**Art. 2º** - A delimitação e classificação, na Região Metropolitana, das áreas definidas como ZEI e ZUPI, serão feitas pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com o art. 10, inciso I, § 1º, da Lei federal nº 6803, de 02-07-80.

**Parágrafo único** - Caberá aos municípios metropolitanos a definição dos locais onde será permitido o uso industrial típico de ZUD - zona de uso diversificado.

**Art. 3º** - Na Região Metropolitana, a implantação de distritos e loteamentos industriais, qualquer que seja seu porte, deverá ter a aprovação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana.

**Art. 4º** - As áreas que vierem a ser delimitadas e classificadas de acordo com o art. 2º deverão ser periodicamente avaliadas e classificadas pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana em função das suas condições urbanísticas e ambientais, aferidas respectivamente pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Fundrem, e pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, em:

**I** - não saturadas - NS;

**II** - em vias de saturação - VS;

**III** - saturadas - S.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo adotará as providências cabíveis para a recuperação das áreas classificadas como saturadas e em vias de saturação.

## CAPÍTULO II

### Das Atividades e dos Estabelecimentos Industriais

**Art. 5º** - As atividades Industriais que poderão ser implantadas em cada uma das categorias de zonas industriais definidas no art. 1º desta Lei, serão classificadas pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana em:

- I** - atividades industriais próprias de ZEI;
- II** - atividades industriais próprias de ZUPI;
- III** - atividades industriais próprias de ZUD.

**Parágrafo único** - Nas áreas das zonas de uso estritamente industrial (ZEI) e de uso predominantemente industrial (ZUPI) que vierem a ser classificadas como saturadas ou em vias de saturação, só poderão se localizar atividades que não agravem seu grau de saturação.

## CAPÍTULO III

### Do Plano de Ocupação de Zona Industrial

**Art. 6º** - Os municípios em cujo território vierem a ser delimitadas e classificadas zonas de uso estritamente industrial, ou zonas de uso predominantemente industrial deverão instituir Plano de Ocupação de Zona Industrial, visando a racionalizar o uso do solo para fins industriais e minimizar os impactos ambientais.

**§ 1º** - O Plano de Ocupação de Zona Industrial a que se refere o caput deste artigo, obedecerá às diretrizes estabelecidas pela entidade metropolitana, podendo ser elaborado pelos municípios, por estes com auxílio técnico da FUNDREM, ou por terceiros interessados.

**§ 2º** - O Plano de Ocupação da Zona Industrial deverá necessariamente considerar:

- I** - a situação fundiária da zona industrial;
- II** - a hierarquização do sistema viário;
- III** - a definição de áreas para os diferentes usos e os parâmetros de edificação permitidos;
- IV** - as condições para o parcelamento da terra;
- V** - a indicação de áreas propícias a equipamentos urbanos, áreas de reserva e de proteção ambiental.

**Art. 7º** - Os projetos de loteamento e desmembramento de glebas incluídas nas zonas de uso predominantemente industrial deverão obedecer às diretrizes do Plano de Ocupação de Zona Industrial, além do disposto na Lei federal nº 6766, de 19-12-79, e no Decreto estadual nº 3910, de 04-02-81, e demais legislação pertinente.

## CAPÍTULO IV

### Do Licenciamento

**Art. 8º** - O licenciamento para a implantação, operação ou ampliação de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana atenderá a legislação e às normas federais pertinentes; ao disposto no Decreto nº 1633, de 21-12-77, que instituiu o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras no Estado do Rio de Janeiro, e à sua regulamentação; e ao estabelecido na presente lei.

**Parágrafo único** - As prefeituras municipais condicionarão a concessão do alvará para a localização de estabelecimentos industriais à apresentação das licenças previstas no Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras, mencionado no caput deste artigo.

**Art. 9º** - A FUNDREM, observando as diretrizes do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, coordenará as atividades relativas à localização industrial na Região Metropolitana, promovendo a articulação entre os órgãos vinculados ao fomento e promoção industrial e à proteção ambiental.

**Art. 10** - O Governo do Estado do Rio de Janeiro condicionará a concessão de incentivos fiscais e financiamentos, assim como a sua participação societária em atividades industriais, à observância do disposto nesta lei.

**Parágrafo único** - O Governo do Estado do Rio de Janeiro poderá conceder condições especiais de financiamento, a serem definidas pelos órgãos competentes, a projetos destinados à realocação de indústrias em decorrência desta lei e à redução de poluição ambiental.

**Art. 11** - A localização no território metropolitano, das seguintes atividades industriais, dar-se-á, de acordo com o que estabelece a Lei federal nº 6803/80, somente em zonas de uso estritamente industrial - ZEI, obedecidos ainda os requisitos de licenciamento previstos na legislação;

**I** - polos petroquímicos;

**II** - polos cloroquímicos;

**III** - polos carboquímicos;

**IV** - usinas nucleares;

**V** - outras atividades cuja localização em ZEI vier a ser considerada obrigatória em ato do governo federal ou estadual.

**Art. 12** - A implantação, fora dos limites fixados para as zonas de usos industriais, de indústrias extrativas que, por suas características, devam ter instalações próximas às fontes de matéria-prima, obedecerá a critérios a serem estabelecidos pelo Conselho Deliberativo da região Metropolitana, observado o disposto nesta lei e demais dispositivos legais pertinentes.

**Art. 13** - A licença específica de que trata o art. 3º da Lei federal nº 6567, de 24-09-78, para aproveitamento das substâncias enquadradas nas classes II e III, a que se refere o art. 5º do Decreto-Lei federal nº 227, de 28-02-67, só será concedida pelos municípios metropolitanos, mediante apresentação de Plano de Aproveitamento Econômico das Jazidas, previamente aprovado pelo Departamento de Recursos Minerais - DRM, da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo.

**Art. 14** - Na área definida pelo zoneamento municipal como rural, será permitida a instalação de atividade industrial que utilize insumos agropecuários ou explore recursos minerais.

**Parágrafo único** - A permissão mencionada no caput deste artigo será concedida pelo Conselho Deliberativo da região Metropolitana, à vista de estudos aprovados pela FUNDREM e pelo município metropolitano de situação do empreendimento.

## CAPÍTULO VII

### Disposições Finais e Transitórias

**Art. 15** - Os estabelecimentos industriais hoje existentes que não forem abrangidos pelas zonas industriais a serem delimitadas de acordo com o art. 2º desta lei serão submetidos, quando necessário, à instalação de equipamentos especiais de controle de poluição e, nos casos mais graves, à realocação.

**Parágrafo único** - Os estabelecimentos industriais a que se refere o caput deste artigo só poderão ampliar suas instalações desde que tal ampliação esteja de acordo com os parâmetros que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana e não implique em aumento da carga poluidora considerado incompatível com a preservação ambiental a juízo da CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental.

**Art. 16** - O Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, editará os atos correspondentes ao cumprimento das atribuições que lhe são conferidas por esta lei.

**Art. 17** - Nas áreas delimitadas e classificadas como ZEI e ZUPI, não será permitido o parcelamento da terra do qual resultem lotes de dimensão inferior a 5000m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), enquanto não for elaborado o Plano de Ocupação de Zona Industrial, referido no art. 6º desta lei.

**Art. 18** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1981.**

**A. DE P. CHAGAS FREITAS**

**Governador**

Fonte: Homepage de Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/546d593d3c9dcf040325657d005cec82?OpenDocument&Start=1.98&ExpandView>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

## ANEXO F - ThyssenKrupp Constrói no Brasil o maior Complexo Siderúrgico da América Latina - Página 2

### **Pier para operação de Granéis Sólidos e Produtos Siderúrgicos**

O pier de graneis sólidos e produtos siderúrgicos possui uma plataforma única com uma face acostável de 413,0 m, largura de 39,0 m e um trecho inicial a noroeste de 62,65 m de comprimento, com largura de 89,50 m dando uma configuração final da plataforma em “L”. Esta área do pier estabelece a ligação com a ponte, transportadores de correia, canaleta de drenagem, e é também o local onde foi implantada subestação SE-02.

O pier foi projetado com cabeços de amarração de navios de 1500 kN de capacidade e defensas marítimas fixas de borracha com painel frontal para atender a navios de até 220.000 TPB e apresenta profundidade mínima de 17,0 m. É prevista a operação de dois descarregadores de navios com capacidade nominal de 2.600 t/h para importação de carvão, sobre trilhos duplos, com bitola de 20,0 m, descarregando sobre correias transportadoras ao longo da face acostável. O pier também é destinado a movimentação de produtos siderúrgicos e eventualmente carga geral em contêineres ou unitizadas através de três guindastes portuários tipo pórtico – Porteiner, sobre trilhos, também com 20,0 m de bitola e alcance de carga de 650 kN a 35,0 m, nas operações de carregamento e descarregamento.

Além dos carregamentos verticais do guindastes, veículo para transporte de produtos siderúrgicos com 1.585 kN de peso foi considerada a sobrecarga uniforme de 100 kN/m<sup>2</sup> no projeto da obra.

A filosofia básica do projeto da superestrutura toda em concreto armado considerou a máxima utilização da pré-moldagem dos elementos da estrutura do pier evitando-se ao máximo escoramentos.

Basicamente, a estrutura é composta de 6 vigas longitudinais, executadas em duas etapas, a primeira com altura de 0,60 m para servir de apoio as vigas “T” transversais pré-moldadas e dispostas lado a lado e que servem de formas a concretagem do complemento das vigas longitudinais e da laje da plataforma. Apoiada na viga longitudinal frontal, foi projetada a canaleta de utilidades ao longo do pier e na viga de retaguarda a canaleta de drenagem da plataforma do pier. Os paramentos das defensas marítimas e as bases dos cabeços de amarração foram dispostos a cada 27,0 m.

Os trilhos utilizados para caminhamento dos guindastes foram do tipo A 100 assentes sobre manta de elastômero sintético vulcanizado reforçado, sobre placa de aço e presos com castanhas dotadas de dispositivos elásticos. Esse tipo de fixação do trilho proporciona melhor desempenho e maior vida útil para o trilho e rodas dos guindastes.

A cota de coroamento do pier foi prevista na elevação + 5,0 m acima o NR da DHN.

O nível máximo da maré no local é de 1,80 m referido ao NR da DHN.

A obra foi projetada em plataforma única nas dimensões já mencionadas, com infraestrutura em estacas cravadas do mesmo tipo, diâmetro e carga nominal das utilizadas na ponte de acesso. O comprimento médio prevista para as estacas foi de 42,0 m.

O estaqueamento da obra foi projetado com 656 estacas sendo 32 inclinadas e 624 verticais. As estacas foram dispostas ao longo do pier em seis fileiras longitudinais e no trecho de alargamento em 13 fileiras, com espaçamento longitudinal de 4,50 m. Nas duas extremidades do pier foram projetados “STRONG POINTS” transversais materializados por 6 cavaletes de estacas, com inclinação de 1H:4V e em local determinado do pier, um “STRONG POINT”, longitudinal materializado por 4 cavaletes com inclinação de 1H:4V.

Esses “STRONG POINTS” absorvem os esforços horizontais transversais e longitudinais atuantes na estrutura.



Todos os elementos estruturais da obra foram projetados em CAD – concreto de alto desempenho com  $f_{ck} > 40$  MPa.



### **Pier para Produtos Siderúrgicos**

O pier de produtos siderúrgicos tem face acostável de 287,0 m e largura de 39,0 m e um trecho inicial a noroeste de 77,25 m de comprimento e largura de 56,90 m, configurando sua forma em “L”. Neste alargamento de 17,90 x 77,25 m foram implantadas as edificações do prédio operacional do porto em 2 níveis o prédio para abrigo e pequenos reparos de empilhadeiras e ainda um pier para lanchas no paramento de retaguarda.

O pier está no mesmo alinhamento e se liga horizontalmente ao pier para Operação de Graneis Sólidos e Produtos Siderúrgicos através de rótulas materializadas na extremidade das superestruturas dos dois piers constituída de aparelhos de apoio de neoprene.

O pier dotado de cabeços de amarração de 1.500 kN de capacidade e defensas marítimas fixas de borracha com painel frontal foi projetado para atender a navios Panamax de até 75.000 TPB e apresenta profundidade mínima de 17,0 m. É prevista a operação de três guindastes portuários tipo pórticos – Portainer, sobre trilhos, com 20,0 m de bitola e alcance de carga de 650 kN a 35,0 m nas operações de carregamento e descarregamento de produtos siderúrgicos e eventualmente carga geral em contêineres ou unitizados.

A cota de coroamento do pier foi prevista na elevação + 5,0 m acima do NR da DHN.

A obra foi projetada em plataforma única nas dimensões já mencionadas com infraestrutura em estacas cravadas, do mesmo tipo e diâmetro nominal das utilizadas na ponte de acesso.

O comprimento médio previsto para as estacas foi de 42,0 m.

O estaqueamento da obra foi projetado com 401 estacas sendo 32 inclinadas e 369 verticais. As estacas foram dispostas ao longo do pier em seis fileiras longitudinais, com espaçamento longitudinal de 4,5 m e mais três fileiras na área de alargamento com espaçamento longitudinal de 6,75 m. Nas duas extremidades do pier foram projetados “STRONG POINTS” transversais materializados por seis cavaletes de estacas cada com inclinação de 1H: 4V e em local determinado do pier um “STRONG POINT” longitudinal materializado por 4 cavaletes com inclinação de 1H: 4V.

Esses “STRONG POINTS” absorvem os esforços horizontais transversais e longitudinais atuantes na estrutura.

Todos os elementos estruturais da obra foram projetados em CAD – Concreto de alto desempenho com  $f_{ck} > 40$  MPa.

Além dos carregamentos dos guindastes; veículo para transporte de produtos siderúrgicos com 1.585 kN de peso, foi considerado a sobrecarga uniforme de 100 kN/m<sup>2</sup> no projeto da obra.

A filosofia básica do projeto da superestrutura considerou a máxima utilização da pré-moldagem dos elementos da estrutura do píer, usando-se também ao máximo os mesmos pré-moldados utilizados no píer de granéis sólidos e produtos siderúrgicos.



### **Estrutura**

Basicamente, a estrutura é composta de 6 vigas longitudinais, executadas em duas etapas a primeira com altura de 0,60 m para servir de apoio às vigas “T” transversais pré-moldadas e dispostas lado a lado e que servem de formas à concretagem complementar das vigas longitudinais e da laje da plataforma. Apoiada na viga longitudinal frontal foi projetada a canaleta de utilidades ao longo do píer e na viga da retaguarda a canaleta de drenagem da plataforma do píer. Os paramentos das defensas marítimas e as bases dos cabeços de amarração foram dispostos a cada 27,0 m.

Os trilhos utilizados para caminhamento dos guindastes foram do tipo A 100 assentes sobre manta de elastômetro sintético vulcanizado reforçado, sobre placa de aço e presos com castanhas dotadas de dispositivos elástico[s]. Esse tipo de fixação do trilho proporcionando melhor desempenho e maior vida útil para o trilho e as rodas dos guindastes.



### **Ficha Técnica:**

#### *Equipe Técnica:*

Responsáveis pelo projeto global do Terminal Portuário:

Eduardo de Souza Fernandes Pereira

Rogé Cury

*Responsável pelo projeto estrutural do Terminal:* Flavio de Lima Ferreira Alves

#### *Equipe técnica do projeto estrutural:*

Ingrid Ilg

Luciana Barbosa de Freitas

Márcio Santos Machado

Sergio Marques

*Colaboração:* Assessoria de Imprensa / ABECE – Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural

*Fotos:*

Divulgação

ThyssenKrupp

Ana Luzia Fuccia

Fonte: Portal Met@lica. Disponível em: <<http://www.metlica.com.br/porto-tkcsa-pier-para-graneis-solidos-e-produtos-siderurgicos>>. Acesso em> 10 jan. 2013.

## ANEXO G - Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no Município do Rio de Janeiro

Nº	Bairro ou grupo de bairros	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice de longevidade IDH-L	Índice de educação IDH-E	Índice de renda IDH-R	Índice de desenvolvimento humano IDH
1	Gávea	80,45	98,08	118,13	2139,56	0,924	0,987	1,000	<b>0,970</b>
2	Leblon	79,47	99,01	105,18	2441,28	0,908	0,993	1,000	<b>0,967</b>
3	Jardim Guanabara	80,47	98,92	111,15	1316,86	0,924	0,993	0,972	<b>0,963</b>
4	Ipanema	78,68	98,78	107,98	2465,45	0,895	0,992	1,000	<b>0,962</b>
5	Lagoa	77,91	99,46	115,26	2955,29	0,882	0,996	1,000	<b>0,959</b>
6	Flamengo	77,91	99,28	119,08	1781,71	0,882	0,995	1,000	<b>0,959</b>
7	Humaitá	77,91	99,28	122,20	1830,65	0,882	0,995	1,000	<b>0,959</b>
8	Barra da Tijuca, Joá	77,84	99,38	110,09	2488,47	0,881	0,996	1,000	<b>0,959</b>
9	Laranjeiras	77,84	98,74	115,98	1679,22	0,881	0,992	1,000	<b>0,957</b>
10	Jardim Botânico	77,84	98,71	104,89	1952,77	0,881	0,991	1,000	<b>0,957</b>
11	Copacabana	77,78	98,48	107,54	1623,42	0,880	0,990	1,000	<b>0,956</b>
12	Leme	77,47	98,75	112,07	1713,89	0,875	0,992	1,000	<b>0,955</b>
13	Botafogo, Urca	78,25	98,46	113,01	1376,47	0,888	0,990	0,979	<b>0,952</b>
14	Maracanã	77,91	98,91	113,97	1206,73	0,882	0,993	0,957	<b>0,944</b>
15	Glória	77,37	99,06	114,55	1183,28	0,873	0,994	0,954	<b>0,940</b>
16	Grajaú	77,84	97,90	107,00	1134,93	0,881	0,986	0,947	<b>0,938</b>
17	Méier	77,37	99,01	108,63	1000,16	0,873	0,993	0,926	<b>0,931</b>
18	Tijuca, Alto da Boa Vista	75,04	98,02	107,38	1204,61	0,834	0,987	0,957	<b>0,926</b>
19	Todos os Santos	77,91	98,55	108,20	825,91	0,882	0,990	0,894	<b>0,922</b>
20	Anil	77,15	97,30	101,85	768,26	0,869	0,982	0,882	<b>0,911</b>
21	Vila da Penha	77,64	98,79	103,71	669,34	0,877	0,992	0,859	<b>0,909</b>
22	Andaraí	74,99	98,05	103,85	897,07	0,833	0,987	0,908	<b>0,909</b>
23	Riachuelo	76,44	98,31	102,75	715,92	0,857	0,989	0,870	<b>0,905</b>
24	Campinho, Vila Valqueire	77,47	97,86	96,69	684,94	0,875	0,975	0,863	<b>0,904</b>
25	Moneró, Portuguesa	76,43	97,21	100,52	730,40	0,857	0,981	0,873	<b>0,904</b>
26	Catete	74,99	96,65	100,40	822,22	0,833	0,978	0,893	<b>0,901</b>
27	Vila Isabel	73,46	97,16	100,89	931,25	0,808	0,981	0,914	<b>0,901</b>
28	Cachambi	75,70	98,14	102,23	709,05	0,845	0,988	0,868	<b>0,900</b>
29	Pechincha	75,67	97,72	97,92	751,28	0,844	0,978	0,878	<b>0,900</b>
30	Freguesia	75,07	97,46	98,82	766,82	0,834	0,979	0,882	<b>0,898</b>
31	Recreio dos	72,55	95,03	91,75	1166,18	0,793	0,939	0,952	<b>0,894</b>

	Bandeirantes, Grumari								
32	Centro	76,12	97,58	99,24	633,36	0,852	0,981	0,850	<b>0,894</b>
33	Higienópolis	74,06	97,46	100,28	614,41	0,818	0,983	0,845	<b>0,882</b>
34	Santa Teresa, Cosme Velho	74,06	96,14	92,60	701,19	0,818	0,950	0,867	<b>0,878</b>
35	Água Santa, Encantado	76,21	97,48	95,65	496,66	0,853	0,969	0,809	<b>0,877</b>
36	Taquara	76,21	96,53	92,28	544,29	0,853	0,951	0,824	<b>0,876</b>
37	Vila Cosmos	77,20	97,58	89,46	498,82	0,870	0,949	0,810	<b>0,876</b>
38	Vidigal, São Conrado	71,12	94,76	82,00	1131,47	0,769	0,905	0,946	<b>0,873</b>
	Cidade Nova, Praça da Bandeira								
39	Praça da Bandeira	72,05	96,29	96,84	640,31	0,784	0,965	0,851	<b>0,867</b>
40	Bonsucesso	74,70	95,72	86,94	552,99	0,828	0,928	0,827	<b>0,861</b>
41	Cocotá, Bancários	74,06	96,48	91,67	518,28	0,818	0,949	0,816	<b>0,861</b>
	Maria da Graça, Del Castilho								
42	Maria da Graça, Del Castilho	72,66	98,35	95,47	505,40	0,794	0,974	0,812	<b>0,860</b>
43	Ribeira, Cacuaia	72,85	96,48	95,37	527,20	0,797	0,961	0,819	<b>0,859</b>
44	Lins de Vasconcelos	72,73	95,54	92,30	583,35	0,795	0,945	0,836	<b>0,859</b>
45	Engenho Novo	72,37	96,29	93,33	573,33	0,789	0,953	0,833	<b>0,858</b>
	Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira								
46	Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira	73,53	96,90	91,34	517,83	0,809	0,950	0,816	<b>0,858</b>
47	Ramos	73,94	97,13	88,70	508,76	0,816	0,943	0,813	<b>0,857</b>
48	Engenho de Dentro	72,66	96,67	92,77	536,54	0,794	0,954	0,822	<b>0,857</b>
49	Abolição	73,28	97,07	95,69	467,23	0,805	0,966	0,799	<b>0,857</b>
	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap								
50	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap	73,59	97,75	93,26	462,13	0,810	0,963	0,797	<b>0,856</b>
51	Oswaldo Cruz	73,59	97,75	94,12	441,34	0,810	0,965	0,789	<b>0,855</b>
52	Olaria	73,87	96,93	90,95	460,31	0,814	0,949	0,796	<b>0,853</b>
53	Bento Ribeiro	75,05	97,95	88,15	399,85	0,834	0,947	0,773	<b>0,851</b>
54	Piedade	72,66	97,08	95,51	447,64	0,794	0,966	0,792	<b>0,850</b>
55	Quintino Bocaiúva	73,91	96,80	91,97	424,67	0,815	0,952	0,783	<b>0,850</b>
56	Rio Comprido	70,28	97,00	92,60	590,26	0,755	0,955	0,838	<b>0,849</b>
57	Praça Seca	71,70	96,18	91,79	498,32	0,778	0,947	0,810	<b>0,845</b>
58	Jardim América	72,66	97,03	87,72	426,12	0,794	0,939	0,783	<b>0,839</b>

59	Jacaré, Rocha, Sampaio	70,64	95,90	90,65	513,62	0,761	0,941	0,815	<b>0,839</b>
60	Freguesia	70,28	95,23	89,35	557,35	0,755	0,933	0,828	<b>0,839</b>
61	Jardim Carioca	72,66	95,97	86,23	436,33	0,794	0,927	0,787	<b>0,836</b>
62	Engenho da Rainha	73,36	96,93	89,20	362,62	0,806	0,944	0,757	<b>0,835</b>
63	Brás de Pina	72,66	96,45	88,41	397,15	0,794	0,938	0,772	<b>0,835</b>
64	São Cristóvão, Vasco da Gama	72,27	95,44	89,08	412,39	0,788	0,933	0,778	<b>0,833</b>
65	Cascadura	72,15	95,97	86,35	428,76	0,786	0,928	0,785	<b>0,833</b>
66	Parque Anchieta	73,71	96,31	87,17	355,31	0,812	0,933	0,753	<b>0,833</b>
67	Madureira	70,97	96,81	90,42	419,81	0,766	0,947	0,781	<b>0,831</b>
68	Pilares	72,55	96,79	86,05	389,81	0,793	0,932	0,769	<b>0,831</b>
69	Tanque	71,49	95,95	86,87	439,87	0,775	0,929	0,789	<b>0,831</b>
70	Estácio	73,71	94,09	80,82	413,05	0,812	0,897	0,778	<b>0,829</b>
71	Curicica	72,57	96,15	88,33	362,72	0,793	0,935	0,757	<b>0,828</b>
72	Penha Circular	71,15	96,23	83,38	444,77	0,769	0,919	0,791	<b>0,826</b>
73	Benfica	73,59	94,50	81,35	376,65	0,810	0,901	0,763	<b>0,825</b>
74	Paquetá	74,06	94,22	67,66	457,61	0,818	0,854	0,795	<b>0,822</b>
75	Itanhangá	70,28	91,44	74,30	650,96	0,755	0,857	0,854	<b>0,822</b>
76	Tauá	71,24	93,20	83,99	416,19	0,771	0,901	0,780	<b>0,817</b>
77	Rocha Miranda	70,99	96,62	87,07	338,10	0,766	0,934	0,745	<b>0,815</b>
78	Marechal Hermes	70,11	96,09	87,78	366,28	0,752	0,933	0,758	<b>0,814</b>
79	Turiaçu	70,11	97,37	87,15	336,57	0,752	0,940	0,744	<b>0,812</b>
80	Guadalupe	70,11	97,27	85,58	336,89	0,752	0,934	0,744	<b>0,810</b>
81	Inhaúma	70,64	96,39	86,56	324,30	0,761	0,931	0,738	<b>0,810</b>
82	Campo Grande	69,80	95,98	87,42	351,11	0,747	0,931	0,751	<b>0,810</b>
83	Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo	70,41	96,29	84,68	328,64	0,757	0,924	0,740	<b>0,807</b>
84	Ricardo de Albuquerque	70,97	96,42	89,06	283,00	0,766	0,940	0,715	<b>0,807</b>
85	Coelho Neto	70,86	96,88	84,77	299,89	0,764	0,928	0,725	<b>0,806</b>
86	Padre Miguel	70,11	95,72	87,21	313,85	0,752	0,929	0,732	<b>0,804</b>
87	Penha	69,59	95,12	82,23	373,05	0,743	0,908	0,761	<b>0,804</b>
88	Honório Gurgel	69,88	96,56	88,09	303,98	0,748	0,937	0,727	<b>0,804</b>
89	Realengo	69,63	95,97	87,44	316,41	0,744	0,931	0,734	<b>0,803</b>
90	Senador Vasconcelos	69,68	95,88	88,68	302,44	0,745	0,935	0,726	<b>0,802</b>
91	Tomás Coelho	69,88	95,89	83,80	325,92	0,748	0,919	0,739	<b>0,802</b>
92	Magalhães Bastos	68,90	95,72	90,24	318,03	0,732	0,939	0,735	<b>0,802</b>

93	Catumbi	69,60	95,81	85,41	324,83	0,743	0,923	0,738	<b>0,802</b>
94	Mangueira, São Francisco Xavier	68,34	94,20	88,51	357,43	0,722	0,923	0,754	<b>0,800</b>
95	Vista Alegre, Irajá	62,81	98,08	92,99	473,39	0,630	0,964	0,801	<b>0,798</b>
96	Bangu	69,78	95,45	82,95	296,55	0,746	0,913	0,723	<b>0,794</b>
97	Saúde, Gamboa, Santo Cristo	70,28	94,21	77,52	320,57	0,755	0,886	0,736	<b>0,792</b>
98	Cordovil	68,32	95,83	87,92	290,49	0,722	0,932	0,720	<b>0,791</b>
99	Pavuna	69,27	95,96	82,51	286,38	0,738	0,915	0,717	<b>0,790</b>
100	Anchieta	68,90	95,65	84,75	278,18	0,732	0,920	0,712	<b>0,788</b>
101	Santíssimo	69,36	95,04	80,94	256,08	0,739	0,903	0,698	<b>0,780</b>
102	Galeão, Cidade Universitária	67,79	93,92	80,64	300,31	0,713	0,895	0,725	<b>0,778</b>
103	Vicente de Carvalho	67,51	93,79	78,52	296,63	0,709	0,887	0,723	<b>0,773</b>
104	Jacarepaguá	67,51	90,18	77,14	331,44	0,709	0,858	0,742	<b>0,769</b>
105	Senador Camará	67,39	93,63	83,67	251,09	0,707	0,903	0,695	<b>0,768</b>
106	Gardênia Azul	67,79	93,78	76,40	274,68	0,713	0,880	0,710	<b>0,768</b>
107	Vigário Geral	66,66	93,52	74,73	296,60	0,694	0,873	0,723	<b>0,763</b>
108	Colégio	67,33	94,52	74,33	262,37	0,706	0,878	0,703	<b>0,762</b>
109	Sepetiba	66,30	93,64	79,65	264,80	0,688	0,890	0,704	<b>0,761</b>
110	Cosmos	67,51	94,86	82,17	205,90	0,709	0,906	0,662	<b>0,759</b>
111	Caju	68,90	90,43	71,97	236,59	0,732	0,843	0,685	<b>0,753</b>
112	Paciência	66,66	94,36	81,02	203,43	0,694	0,899	0,660	<b>0,751</b>
113	Cidade de Deus	66,66	93,56	81,10	207,56	0,694	0,894	0,663	<b>0,751</b>
114	Barros Filho	66,66	93,60	82,15	198,96	0,694	0,898	0,656	<b>0,750</b>
115	Inhoaíba	65,99	93,63	81,38	207,61	0,683	0,895	0,663	<b>0,747</b>
116	Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande	66,30	90,80	69,28	279,09	0,688	0,836	0,713	<b>0,746</b>
117	Parada de Lucas	65,35	92,38	82,15	220,27	0,672	0,890	0,673	<b>0,745</b>
118	Guaratiba, Barra de Pedra de Guaratiba	66,66	90,74	74,37	234,37	0,694	0,853	0,684	<b>0,744</b>
119	Santa Cruz	65,52	93,19	79,82	206,23	0,675	0,887	0,662	<b>0,742</b>
120	Rocinha	67,33	87,90	69,50	219,95	0,706	0,818	0,673	<b>0,732</b>
121	Jacarezinho	66,30	92,20	75,68	177,98	0,688	0,867	0,638	<b>0,731</b>
122	Manguinhos	66,30	91,48	69,64	188,86	0,688	0,842	0,648	<b>0,726</b>

123	Maré	66,58	89,46	68,76	187,25	0,693	0,826	0,646	<b>0,722</b>
124	Acari, Parque Colúmbia	63,93	91,68	79,44	174,12	0,649	0,876	0,634	<b>0,720</b>
125	Costa Barros	63,93	91,34	74,09	175,00	0,649	0,856	0,635	<b>0,713</b>
126	Complexo do Alemão	64,79	89,07	72,04	177,31	0,663	0,834	0,637	<b>0,711</b>

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apud *Wiki Rio*. Disponível em: <[http://www.wikirio.com.br/IDH\\_dos\\_bairros\\_da\\_cidade\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](http://www.wikirio.com.br/IDH_dos_bairros_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Os índices podem ser entre 0,000 e 1,000, considerando-se:

**baixos** os de 0,000 a 0,499,

**médios** os de 0,500 a 0,799,

**elevados** os iguais ou superiores a 0,800.